



MINISTÉRIO DA DEFESA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

EM BRANCO

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2013**

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo em prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria-TCU nº 150, de 03 de Julho de 2012, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2013**

EM BRANCO

SUMÁRIO

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA.....	1
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA.....	2
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, de 18 janeiro de 2012.....	9
1 INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – UJ.....	9
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	9
1.2 Responsabilidades institucionais da unidade.....	10
1.3 Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições.....	11
1.4 Macroprocessos finalísticos da UJ, com a indicação dos principais produtos e serviços.....	16
1.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada.....	22
1.6 Principais parceiros externos à UJ, relacionados aos macroprocessos finalísticos.....	24
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	34
2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da unidade contemplando.....	34
2.2 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2012.....	43
2.3 Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando.....	44
2.4 Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão.....	54
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	57
3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula.....	57
3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	57
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade.....	59
3.4 Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.....	59
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	59
4.1 Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada.....	59
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	60
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	65
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	66
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	73
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	78
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	79
4.2 Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira.....	80
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	89
5.1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	89
5.2 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2012.....	90
5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.....	91
5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	92
5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	92
5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	92
5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	93
5.2.6 Análise Crítica.....	94
5.3 Informações sobre a utilização de suprimento de fundos.....	96
5.3.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	96
5.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	97
5.3.3 Utilização do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	98
5.3.4 Prestação de Conta de Suprimento de Fundos.....	98
5.3.5 Análise crítica.....	98

EM BRANCO

6	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	98
6.1	Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas.....	98
6.2	Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.....	102
6.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	102
6.2.2	Informações sobre a Locação de Mão de Obra para as atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	104
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	105
7.1	Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.....	105
7.2	Informações sobre a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ.....	107
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO CONHECIMENTO.....	107
8.1	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos.....	107
9	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	110
9.1	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	110
9.2	Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando.....	111
10	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	112
10.1	Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula, ou as justificativas para o não cumprimento.....	112
10.1.1	Deliberação do TCU atendidas no exercício.....	112
10.1.2	Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	113
10.2	Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna da entidade, bem como sobre o tratamento de recomendações por ela expedidas.....	114
10.2.1	Deliberações do OCI atendidas no exercício.....	114
10.2.2	Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	115
10.3	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	117
10.4	Declaração atestando que as informações referentes a contratos e convênios, no SICONS.....	118
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	118
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	118
11.2	Declaração do contador atestando conformidades das demonstrações contábeis.....	119

EM BRANCO

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM.....	12
QUADRO A.1.2 – PARCEIROS EXTERNOS DO CENSIPAM	24
QUADRO A.2.2 – VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UJ COM O PLANO PLURIANUAL.....	36
QUADRO A.2.3 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES NO EXERCÍCIO	45
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	57
QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO	60
QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	65
QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	66
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	73
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO	79
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	79
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	80
QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	80
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	81
QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	81
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	82
QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	85
QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	85
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	86
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	87
QUADRO A.5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	89
QUADRO A.5.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	91
QUADRO A.5.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	92
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	92
QUADRO A.5.5 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	93
QUADRO A.5.6 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	93
QUADRO A.5.7–DESPESAS REALIZADAS ATRAVÉS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) ..	97
QUADRO A.5.8 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	97
QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	98

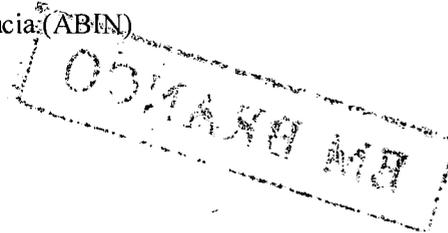
EM BRANCO

QUADRO A.5.10 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	98
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	99
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	99
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12.....	100
A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	100
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12.....	100
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12	101
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	101
QUADRO A.6.7 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	102
QUADRO A.6.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	104
QUADRO A.6.9 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	105
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	108
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	110
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	112
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	113
QUADRO A.10.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	113
QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	114
QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	116
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	117
QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	118
QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	119

EM BRANCO

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência.
ACT - Acordo de Cooperação Técnica
ASINT – Assessoria de Inteligência
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral - Brasília
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CGIIN – Coordenação Geral de Integração Institucional
CICCIA – Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
CICCON - Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico
CONCAR - Comissão Nacional de Cartografia
CONSISBIN - Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência
CR-BE - Centro Regional de Belém - PA
CR-MN - Centro Regional de Manaus - AM
CR-PV - Centro Regional de Porto Velho – RO
DIGER – Diretoria Geral
DIPRO – Diretoria de Produtos
DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças
DITEC – Diretoria Técnica
DISBIN – Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência: (ABIN)
EB - Exército Brasileiro
ED - Elemento de Despesa
FAB - Força Aérea Brasileira
GEI - Grupo Executivo Interministerial
GPis – Gerenciamento de Pistas
LOA - Lei Orçamentária Anual
OCI - Órgão de Controle Interno
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
RDSS – *Radio Determination Satellite Service* (Estação Transportável de Comunicações Satelitais)
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPlan - Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
TC - Termo de Cooperação
TCU - Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
VSAT - *Very Small Aperture Terminal* (Terminal de comunicação de pequena abertura)



EM BRANCO

INTRODUÇÃO

Na elaboração e organização do presente Relatório de Gestão, referente ao Exercício Financeiro do Ano 2012, foram seguidas as orientações previstas na Partes A da Portaria-TCU nº 150, de 03 de Julho de 2012, fazendo-se necessário os seguintes esclarecimentos:

Deixam de ser contempladas no presente relatório, por não aplicarem-se a esta UJ, as informações previstas nos seguintes itens da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012:

Item 3.1 - Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula.

Item 3.3 - Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

Item 3.4 - Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

Item 3.5 - Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

Item 5.6 - Informações sobre a gestão de precatórios.

Item 11.4 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.

Item 11.5 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora), e

Item 11.6 - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

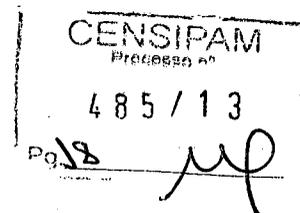
Os itens abaixo relacionados embora sejam aplicáveis a UJ no exercício de 2012 não há conteúdo a serem declarados.

Item 5.1 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Item 5.5 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM (UG 110511), na condição de gestor do SIPAM executa toda a gestão orçamentária e financeira, cabendo aos Centros Regionais de Belém (UG 110586), Manaus (UG 110573) e Porto Velho (UG110572) somente a gestão patrimonial de seus bens, dentro de suas competências.

EM BRANCO



PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, de 18 janeiro de 2012

1 INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – UJ.
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			
Denominação abreviada: CENSIPAM			
Código SIORG: 044072	Código LOA: Não de aplica		Código SIAFI: 110511
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-600
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214 – 0201	(61) 3214 – 0233	(61) 3214 - 0255
Endereço Eletrônico: gabinete@sipam.gov.br			
Página na Internet: http://www.sipam.gov.br			
Endereço Postal: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>Lei nº 10.667 de 14 de maio de 2003 – Altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências (Gratificações Temporárias Sipam – GTS).</p> <p>Decreto nº de 18 de outubro de 1999 – Dispõem sobre o conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM e dá outras providências;</p> <p>Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências;</p> <p>Decreto nº 4.736, de 11 de junho de 2003 – Dispõe sobre as condições para a concessão das Gratificações Temporárias Sipam - GTS, criadas pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, destinadas a servidores requisitados ou designados pela Casa Civil da Presidência da República para desempenho de atividades no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.</p> <p>Decreto nº 5.135, de 8 de julho de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências (nova redação do art. 14 do anexo I através do Decreto 6.726/2009);</p> <p>Decreto nº 5.283, de 24 de novembro de 2004 - Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, que transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências (Revogado pelo Decreto 6.615/2008);</p> <p>Decreto nº 6.615, de 24 de outubro de 2008 – Altera o Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;</p> <p>Decreto nº 6.726, de 13 de janeiro de 2009 – Dá nova redação ao art. 14 do Anexo I ao Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. (Anexo I revogado pelo Decreto 7.430/2011).</p> <p>Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011 – Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS, das gratificações em exercícios em cargos de confiança e das gratificações de representação pelo exercício de função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, altera dispositivos do decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 e dá outras providências.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 626/Casa Civil/PR de 12 de setembro de 2008 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para			

EM BRANCO

praticar atos de contratação de pessoal técnico por tempo determinado de acordo com a legislação vigente.
 Portaria nº 1.430/Seori/MD de 01 de junho de 2011 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para concessão de diárias e passagens.
 Portaria nº 857/MD de 28 de março de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de concessão e cessação de Gratificação Temporária Sipam (GTS).
 Portaria nº 865/Seori/MD de 30 de março de 2012 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para adotar providências relativas a realização de concurso público.
 Portaria Normativa nº 1.708/MD de 27 de junho de 2012 – Aprova os procedimentos a serem adotados no que concerne a concessão de diária e passagem.
 Portaria nº 2.289/Censipam/MD de 27 de agosto de 2012 – Constitui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. Revoga a Portaria nº 630/Censipam/MD de 30 de março de 2011.
 Portaria nº 3.125/Seori/MD de 23 de novembro de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para autorizar a concessão de diária e passagem.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Não há	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
110511	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	TESOURO NACIONAL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110511	00001

1.2 Responsabilidades institucionais da unidade.

O Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para planejamento e a coordenação das ações globais de governo com atuação na Amazônia, visando potencializar o desenvolvimento sustentável da região (redação dada pelo art. 2 do Decreto de 18 de outubro de 1999).

Através do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, a Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONSIPAM, passou a denominar-se de Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Conforme definido no Art. 36-A do Decreto nº 7.424/2011 compete à instituição:

I - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM;

II - fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

III - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;

IV - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados;

EM BRANCO

V - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do SIPAM;

VI - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;

VII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

VIII - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao CONSIPAM;

IX - encaminhar as recomendações do CONSIPAM aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;

X - articular-se com órgãos da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e entidades não-governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do CONSIPAM, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;

XI - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do SIPAM, anualmente ou quando solicitado;

XII - implementar e operacionalizar as diretrizes do CONSIPAM relacionadas com o SIPAM;

XIII - coordenar as ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM, definidos pelo CONSIPAM;

XIV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;

XV - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições;

XVI - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do CENSIPAM;

Os Objetivos Estratégicos da UJ estão descritos no item 2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO constante deste Relatório.

1.3 Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições.

Organograma funcional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia-CENSIPAM de acordo com o anexo I do Decreto 7476 de 10 de maio de 2011.

O quadro funcional deverá ser acrescido com a criação de 284 cargos da carreira de ciência e tecnologia (179 analistas e 105 assistentes) autorizado pela portaria MPOG nº. 2434 de 10 de setembro 2010.

No ano de 2012 foi autorizado e realizado o concurso publico, (autorizado pela portaria MPOG nº. 74, de 8 de março de 2012), para nomeação de 40 servidores do cargo de analista, os quais tem previsão para a posse no mês de março de 2013.

EM BRANCO

Ainda no ano de 2012 foi encaminhado ao Ministério de Planejamento e Gestão solicitação para autorização de concurso no ano de 2013 para as demais 244 vagas nos cargos de analista e assistente.

QUADRO A.1.1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM		
Área	Subordinação	Atividade
Diretoria Geral - DIGER	Ministro da Defesa	Propor, acompanhar, implementar e executar as Políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM
Gabinete	Diretoria Geral	Assessorar o Diretor-Geral, elaborando e acompanhando a pauta de audiências e de trabalho, manter contatos com outros órgãos e autoridades e dar andamento aos processos, correspondências e documentos sujeitos à decisão do Diretor-Geral.
Assessoria de Comunicação – ASCOM	Diretoria Geral	Assessorar o Diretor-Geral nas resoluções de questões de comunicação social relacionadas às atividades desenvolvidas pelo SIPAM, elaboração do plano de comunicação do SIPAM, e auxílio na definição da política de comunicação dos Centros Regionais.
Assessoria de Inteligência - ASINT	Diretoria Geral	Assessorar o Diretor-Geral nas atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do SIPAM.
Coordenação de Integração Institucional - CGIIN	Diretoria Geral	Coordenar, propor, implementar e avaliar a integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da Administração Pública e entidade não-governamentais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Geral, além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.
Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF	Diretoria Geral	Planejar e administrar os recursos humanos, materiais, patrimônio e orçamentários, de acordo com as diretrizes estabelecidas no PPA e no Planejamento Estratégico além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Desenvolvimento em Gestão de Pessoas - ADEGEP	Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de pessoal da instituição além de assessorar o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.
Coordenação Geral de Adm. Finanças - CGAFI	Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Orçamento e Finanças - COFIN	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Acompanhar a execução orçamentária, dos créditos adicionais e das atividades relacionadas com o PPA, operacionalizar os atos e fatos de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio do SIAFI.
Assessoria de Licitações e Contratos - ASSLIC	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Executar as atividades relacionadas às licitações e a execução dos contratos, além do acompanhamento do trabalho dos fiscais.
Assessoria de Manutenção Predial – ASSMAP	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Executar as atividades relacionadas à prestação de serviços de manutenção e conservação predial.
Assessoria de Serviços Gerais – ASSSEG	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Executar os serviços relacionados à protocolo, arquivo, telefonia, transporte e demais serviços auxiliares.
Coordenação Geral de Patrimônio e	Diretoria de	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os

EM BRANCO

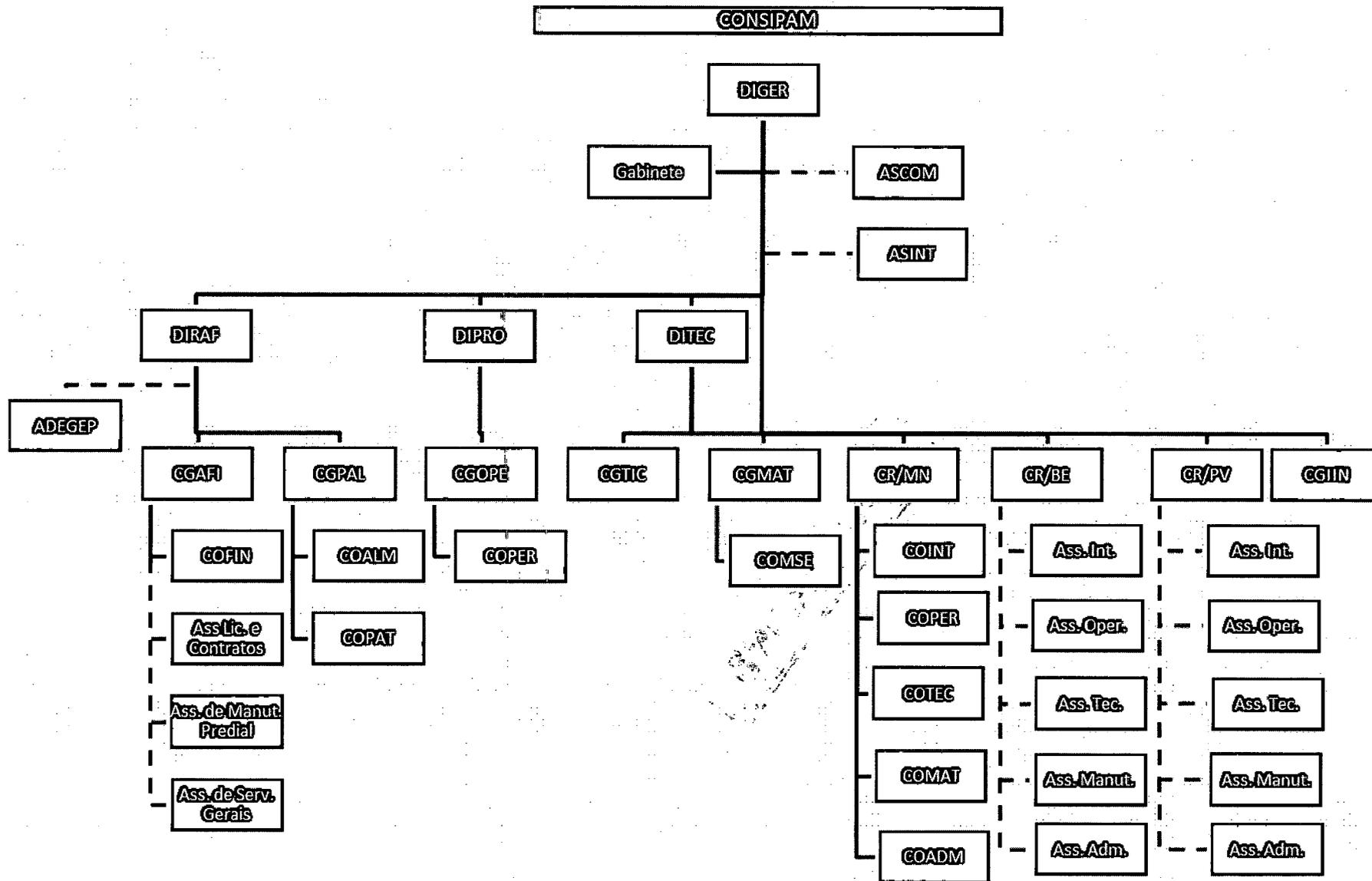
Almoxarifado – CGPAL	Administração e Finanças	trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Almoxarifado – COALM	Coordenação Geral de Patrimônio e Almoxarifado	Controlar as atividades de recebimento, guarda e distribuição dos bens permanentes e de material de consumo;
Coordenação de Patrimônio – COPAT	Coordenação Geral de Patrimônio e Almoxarifado	Executar inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais e manter controle dos bens considerados inservíveis, propondo sua destinação mais adequada.
Diretoria Técnica – DITEC	Diretoria Geral	Planejar e administrar a infraestrutura tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas no PPA e no Planejamento Estratégico além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC	Diretoria Técnica	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.
Coordenação Geral de Manutenção – CGMAT	Diretoria Técnica	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Manutenção de Sensores – COMSE	Coordenação Geral de Manutenção	Coordenar as atividades de manutenção dos equipamentos de Tecnologia da Informação, de acordo com as diretrizes da Diretoria Técnica.
Diretoria de Produtos - DIPRO	Diretoria Geral	Elaborar e desenvolver produtos para o Sistema de Proteção da Amazônia de acordo com as diretrizes estabelecidas no PPA e no Planejamento Estratégico além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.
Coordenação Geral de Operações – CGOPE	Diretoria de Produtos	Planejar e Coordenar as atividades operacionais do Censipam, além de assistir o Diretor de Produtos no âmbito de sua atuação.
Coordenação Operacional - COPER	Coordenação Geral de Operações	Monitoramento e acompanhamento das Coordenações Operacionais dos Centros Regionais.
CENTRO REGIONAL EM MANAUS - AM		
Gerência do Centro Regional de Manaus – AM	Diretoria Geral	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Inteligência – COINT	Gerência	Coordenar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Coordenação Técnica - COTEC	Gerência	Coordenar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Coordenação Operacional - COPER	Gerência	Coordenar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Administração - COADM	Gerência	Coordenar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.

EM BRANCO

Coordenação de Manutenção – COMAT	Gerência	Coordenar as atividades de manutenção dos equipamentos de Tecnologia da Informação, de acordo com as diretrizes da Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
CENTRO REGIONAL EM BELÉM - PA		
Gerência do Centro Regional de Belém – PA	Diretoria Geral	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Inteligência - ASSINT	Gerência	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Técnica – ASSTEC	Gerência	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Operacional - ASSOPER	Gerência	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Administração – ASSADM	Gerência	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
CENTRO REGIONAL EM PORTO VELHO - RO		
Gerência do Centro Regional de Porto Velho – RO	Diretoria Geral	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Inteligência - ASSINT	Gerência	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Técnica – ASSTEC	Gerência	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Operacional - ASSOPER	Gerência	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Administração – ASSADM	Gerência	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.

EM BRANCO

**ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM – Decreto
7.476 de 10 de maio de 2011**



CENSIPAM
 Processo nº
 485/13
 Pg. 04
 15

EM BRANCO

1.4 Macroprocessos finalísticos da UJ, com a indicação dos principais produtos e serviços.

Os macroprocessos finalísticos do CENSIPAM contam com programas próprios e do governo federal na região amazônica. Segue abaixo um breve relato sobre cada um deles e seus respectivos produtos e serviços.

1.4.1 DIPRO.

Macroprocesso 1: Operação Arco Verde

A Operação Arco Verde – OAV foi lançada em 2009 pelo governo federal, pelo Decreto n.º 7.008/2009, idealizada no âmbito do PPCDAm (Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), com o objetivo de ser uma complementação das ações de Comando e Controle nos 43 municípios da Amazônia Legal Brasileira que, na época apresentavam os maiores índices de desmatamento. Com vistas a estimular a transição do modelo produtivo regional, hoje baseado na produção predatória da extração da madeira para um modelo de produção sustentável, com geração de emprego e renda. De acordo com Decreto, os municípios prioritários para o controle do desmatamento, são listados anualmente por meio de portaria publicada pelo Ministério do Meio Ambiente, com base nos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 6.321/2007.

As portarias MMA 28/2008 e 102/2009 apresentaram, na época, um total de 43 municípios que foram incluídos na OAV. Atualmente a OAV conta com uma agenda de compromissos em 50 municípios da Amazônia Legal.

O CENSIPAM tem dois papéis importantes, um deles de monitorar as ações comprometidas pelas diversas instituições, informando à Secretaria Executiva da OAV e à sua coordenação o andamento dessas agendas, e outro como uma das instituições que tem agenda própria com os municípios.

Na OAV o CENSIPAM tem os seguintes processos de trabalho e seus respectivos produtos:

MACROPROCESSO 1: OPERAÇÃO ARCO VERDE		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Monitoramento e avaliação da OAV para a Secretaria Executiva e para a Casa Civil da Presidência da República	“Relatório de Situação da Operação Arco Verde – biênio 2011/2012”.	Relatório elaborado
Inclusão digital e instalação de telecentros comunitários nos municípios	Implantação de 130 telecentros pelo Programa Telecentros BR operado pelo Ministério das Comunicações, em fase de instalação;	0
Fortalecimento da gestão ambiental municipal	Capacitação de técnicos municipais	0
Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais nos municípios	Estudo de Arranjos Produtivos Locais e Atividades Minerárias nos Municípios da Operação Arco Verde, em parceria com o DNPM	Estudo realizado
Melhoria contínua da infra-estrutura de dados espaciais das prefeituras	Projeto apresentado ao Fundo Amazônia, operado pelo BNDES, cujo objeto é o de instalar 58 centros de geoprocessamento nos municípios da OAV e nos da região afetada pela usina de Belo Monte no Pará (Operação Cidadania Xingu);	Projeto apresentado ao Fundo Amazônia

Macroprocesso 2: Regularização Fundiária.

A Regularização Fundiária envolve ações do MDA/TERRA LEGAL, INCRA e SIPAM e estão relacionadas ao georreferenciamento e regularização de áreas urbanas e rurais, de

EM BRANCO

regularização de imóveis oriundos de processos de reforma agrária e monitoramento do desmatamento das glebas públicas federais.

Regularização Fundiária é uma intervenção pública que envolve aspectos jurídicos, urbanísticos, físicos e sociais, e é promovida em colaboração pelos três entes federativos com a efetiva participação da sociedade civil, que busca o reconhecimento de direitos e situações, em geral, já consolidadas das populações, com objetivo de promover a segurança da posse e a integração sócio-espacial, articulando-se com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural. Para regularizar a posse, o Terra Legal Amazônia trabalha com três passos: o cadastramento, o georeferenciamento e a regularização/destinação das posses. O Terra Legal Amazônia também vai transferir para os municípios áreas urbanas localizadas em terras da União. Isso será feito mediante processo de regularização, que envolve uma área potencial de doação aos municípios. Esta ação será desenvolvida pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e das Cidades (MCidades) e pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento. A Lei 11.952/09 prevê que os núcleos urbanos consolidados e as áreas de expansão urbana situados em terras federais serão doados aos municípios, que promoverão a regularização dos lotes existentes, com o apoio do Ministério das Cidades. Para que a doação seja efetivada, é preciso realizar o georreferenciamento dessas áreas.

O marco inicial do Programa Terra Legal na Amazônia ocorreu em 2009 com o mutirão Arco Verde-Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que uniu ministérios e órgãos federais combinando ações de acesso a direitos e cidadania para a população local com ações de regularização fundiária, combate à grilagem e preservação.

O Programa Terra Legal entregará títulos de terras a posseiros que ocupam terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal utilizando dispositivos para evitar a regularização de áreas griladas, conforme prevê a Lei 11.952/09 e incorpora práticas de conservação e implantação de modelos de produção sustentável. A regularização da posse vincula o título da terra a cláusulas resolutivas ambientais, em que os novos proprietários devem averbar a reserva legal, identificar as áreas de preservação permanente, e, quando necessário, assumir compromissos de recuperação de acordo à legislação vigente.

Nesse macro-processo o Censipam celebrou com o MDA, o Termo de Cooperação Técnica 02/2009, com vistas a subsidiar tecnicamente o MDA nas ações de monitoramento, controle e fiscalização nas fases de pré e pós-titulação do Programa Terra Legal.

Além do apoio operacional do Censipam em atividades de planejamento, fiscalização ou instrução processual, é realizado o monitoramento ambiental das áreas de atuação do Programa, a fim de buscar a garantia do cumprimento das obrigações vinculadas ao título da terra.

O monitoramento do desflorestamento nas áreas remanescentes das glebas públicas federais tituladas ou em processo de titulação localizadas nos estados da Amazônia Legal é realizado em duas oportunidades. A primeira é realizada na fase de pré-titulação com a identificação da situação ambiental nas áreas remanescentes das glebas antes do início do Programa e antes da entrada das equipes de georreferenciamento, nesta fase são fornecidos insumos para apoiar a avaliação do cumprimento legal quanto a ocupação anterior a 1º de dezembro de 2004 (inciso IV do Art. 5º da Lei 11.952/09).

A segunda é realizada na fase de pós-titulação com o monitoramento ambiental das áreas tituladas e a geração de alertas de desflorestamento a fim de subsidiar a verificação do estado de preservação e as ações de recuperação das áreas.

Os alertas de desflorestamentos são sistematicamente repassados ao MDA que por sua vez envia aos órgãos ambientais federal e estaduais, solicitando esclarecimentos sobre a regularidade ambiental de todos os imóveis beneficiados pelo Programa e os títulos são cancelados nos casos de comprovação da irregularidade.

O macroprocesso 2 apresenta os seguintes produtos e serviços:

EM BRANCO

MACROPROCESSO 2: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Análise do processo de pré-titulação para identificação de fraudes no processo	Relatórios de Inteligência	0
Monitoramento e avaliação do desmatamento e de ocorrência de focos de calor nas glebas tituladas	Relatórios de monitoramento	
Gerenciamento de base de dados espaciais do Programa Terra Legal	Gerenciamento do Banco de dados espaciais no servidor do CENSIPAM	

Macroprocesso 3: Programa SipamCidade

O Programa SipamCidade tem como objetivo o apoio técnico à gestão municipal dos municípios da Amazônia. O apoio ocorre por meio da realização de cursos presenciais voltados ao uso de geotecnologias, disponibilização de base de dados espaciais para os gestores municipais, instalação de telecentros e também por meio da construção de uma rede de intercâmbio de dados com os municípios.

O SipamCidade foi criado em outubro de 2008 pelo Censipam. O Programa oferecia treinamento para uso do software Terraview além de um banco de dados com informações espaciais sobre cada um dos municípios que participaram do curso. Após aprimoramentos o SipamCidade passou a utilizar o software QuantumGIS e a desenvolver o portal operacional e ampliar quantitativo de antenas VSATs.

É também objetivo do Programa implantar o portal operacional com uso de software livre. É por meio do portal que será possível promover, entre o Censipam e os órgãos parceiros, a interatividade e o intercâmbio de informações geográficas relacionadas à região amazônica. Assim, tanto o Censipam quanto órgãos parceiros farão o gerenciamento das ações específicas de cada órgão e das ações locais. Além disso, o Censipam, gestor do processo, controlará o andamento bem como a produção de relatórios gerenciais.

Até 2011 o SipamCidade capacitou aproximadamente 900 técnicos municipais, o que equivale a mais de 30% dos municípios e em área mais de 40% da Amazônia Legal, bem como forneceu dados, informações espaciais e imagens de satélite de seu acervo a todos municípios capacitados.

Os produtos e serviços desse macro-processo são apresentados no Quadro abaixo

MACROPROCESSO 3: SIPAMCIDADE		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Capacitação em gestão ambiental e de geotecnologias livres para técnicos municipais	Cursos de QuantumGis e Gestão ambiental municipal	0
Infra-estrutura de dados espaciais	Criação de bases de dados espaciais	0
Aquisição contínua de imagens de satélite e aerotransportadas	Imagens de satélite e aerotransportadas georreferenciadas disponibilizadas	0

Macroprocesso 4: Programa Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde faz parte do Plano Brasil sem Miséria e seu nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental, tendo sido instituído pela Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011. É coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA que celebrou um Termo de Cooperação com o CENSIPAM para o monitoramento do desmatamento nas áreas relacionadas aos beneficiários do Programa bem como para a criação de um banco de dados específico para o pagamento do benefício.

EM BRANCO

O Programa conta atualmente com aproximadamente 23 mil famílias beneficiárias em toda Amazônia Legal distribuídos em 189 áreas, num total de cerca de 91.800 km² na Amazônia Legal. Os produtos e serviços desse macro-processo são apresentados no Quadro abaixo.

MACROPROCESSO 4: PROGRAMA BOLSA VERDE		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Gestão de banco de dados espaciais e cadastrais do Programa	Banco de dados espaciais e cadastrais nos servidores do CENSIPAM e do MMA	Banco de Dados cadastrais no servidor de MMA e o Banco de Dados espaciais em construção no Censipam
Monitoramento do desmatamento nas áreas do Programa	Relatórios de monitoramento do desmatamento	3 (três) Relatórios de Monitoramento elaborados

Macroprocesso 5: Gestão de Riscos Territoriais

Em 2012 a Presidência da República lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais com o objetivo de minimizar os efeitos sobre as populações. O CENSIPAM opera, desde a sua criação, com um sistema de previsão de tempo e clima para a região amazônica, bem como de monitoramento do regime dos principais rios amazônicos. Essa experiência foi potencializada com técnicas de sensoriamento remoto, por meio de aerolevantamentos e imagens de satélite, para apoiar os efeitos de inundações e estiagens nos municípios da Amazônia Legal. O CENSIPAM foi convidado a participar o Programa e contribuiu com suas previsões e apoio à defesas civis municipais e estaduais, ao CENADE e ao CEMADEN.

Os produtos e serviços desse macroprocesso são apresentados no Quadro abaixo.

MACROPROCESSO 5: GESTÃO DE RISCOS TERRITORIAIS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Previsão Meteorológica de tempo, clima e de eventos extremos	Boletins de previsão de tempo e clima	10.000 Boletins elaborados
Previsão e acompanhamento hidrológico	Boletins hidrológicos	12 Boletins elaborados

Macroprocesso 6: Programa de Monitoramento de Áreas Especiais - ProAE

O escopo do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais - ProAE é desenvolver ações de monitoramento nas Unidades de Conservação -UC's e Terras Indígenas -TI's, dentro da área de abrangência da Amazônia Legal, a partir de dados de sensoriamento remoto. A identificação de desmatamentos irregulares gera relatórios contendo estimativas de áreas antropizadas, e fornece dados georreferenciados para o planejamento das operações dos órgãos parceiros em suas ações fiscalizatórias. Outros indícios de ilícitos observados dentro dessas Áreas Especiais, como mineração ilegal, extração seletiva de madeira e campos de pouso, são abordados individualmente para as Áreas Especiais mais críticas, sendo produzidos relatórios com análise de cenários.

Os produtos e serviços desse macroprocesso são apresentados no Quadro abaixo.

MACROPROCESSO 6: PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE ÁREAS ESPECIAIS - PROAE		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Monitoramento do desmatamento em UCs e Tis	Área de monitoramento do desmatamento	23.923.350 Ha, semestralmente
Identificação de ilícitos	Relatórios de inteligência	112

Macroprocesso 7: Programa Cartografia da Amazônia

O Programa de Cartografia da Amazônia, coordenado pelo Censipam, tem o objetivo de preencher os "vazios cartográficos" da região amazônica e dar suporte a projetos de infraestrutura a serem implantados na região, geração de informações estratégicas para monitoramento regional, de defesa nacional, geológicas, náuticas e outros tipos de levantamento.

EM BRANCO

O Programa é executado na forma de Cartografia Terrestre, Cartografia Geológica e Cartografia Náutica, realizados pelo Exército Brasileiro, Serviço Geológico do Brasil – CPRM, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, e conta com os seguintes produtos:

MACROPROCESSO 7: CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Cartografia Terrestre	Produtos cartográficos (planialtimétricos) nas escalas 1:100.000 e 1:50.000, tais como: cartas topográficas, ortoimagens com curvas de nível, modelos de elevação do terreno e modelos de estratificação vegetal	1295 Produtos Cartográficos
Cartografia Náutica	atualização contínua da cartografia náutica das principais hidrovias da região amazônica. Esse subprojeto justifica-se pelo volume de exportações escoado pelas hidrovias da região (mais de 95%). Considerando a dinâmica dos rios amazônicos, é de fundamental importância o conhecimento preciso e atualizado do canal de navegação dos mesmos, possibilitando, desta forma, melhoria na segurança da navegação.	11 Produtos Cartográficos
Cartografia geológica	levantamento de informações geológicas que permitam caracterizar o potencial econômico, de ocorrências, depósitos, distritos e províncias minerais da região, além de promover o conhecimento sobre a gênese de depósitos já conhecidos. Além da elaboração de cartas geológicas nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, estão previstos também outros produtos gerados pelos levantamentos aerogeofísicos, tais como mapas e dados magnetométricos e gamaespectrométricos.	27 Produtos Cartográficos

Macroprocesso 8: Pesquisa Aplicada no ambiente amazônico

A institucionalização dos grupos de pesquisa no CENSIPAM, com a criação e atualização no CNPq, constitui um importante apoio técnico às atividades operacionais do órgão. Esses grupos de pesquisa utilizam recursos internos e muitas vezes externos, por meio da participação em editais do CNPq, FINEP entre outros para desenvolver aplicações que otimizem e melhorem a qualidade dos produtos gerados pelo CENSIPAM.

Foram criados 6 grupos de pesquisa e um grupo de trabalho dos pesquisadores para a definição da política de pesquisa e inovação tecnológica do órgão.

O Grupo “Ordenamento Territorial e Potencialidade dos (nos) Municípios da Amazônia Legal (CCG)” visa a compreensão da realidade regional que envolve, pelo menos, três aspectos que devem ser considerados: a evolução histórica da ocupação do espaço; as características atuais desse espaço e a dinâmica social, econômica e ambiental que prevalece na região nos períodos mais recentes, estabelecendo uma visão sobre as variáveis e condicionantes da dinâmica regional e; a definição de diretrizes visando o planejamento e gestão ambiental. Em médio e longo prazo poderá trazer benefícios diretos e indiretos à ciência e a sociedade, na medida em que apresentará um arcabouço de possibilidades pelas quais os municípios, individualmente ou em rede, podem se fortalecer atribuindo ao tecido econômico regional propriedades para um desenvolvimento baseado em estratégias de sustentabilidade que devem ser desenvolvidas e aplicadas diretamente e através de planos locais e regionais. Conta com pesquisadores sendo eles dos centros de Brasília, Porto Velho, Manaus e Belém e do DNPM (Brasília) técnicos de pesquisa. Apresenta como linhas de pesquisa o

EM BRANCO

Ordenamento Territorial e o Potencial Mineral e, Potencialidades dos Municípios da Operação Arco Verde.

O objetivo do Grupo “Geoindicadores e Políticas Públicas Territoriais (CCG)” é analisar o aumento das áreas de solo exposto, alterações na dinâmica dos canais de drenagem e na cobertura florestal, modificações na erosão em cabeceiras e nas descargas de produção de sedimentos, além da formação de colúvios e alúvios como geoindicadores elementares no entendimento da dinâmica Amazônica e no estabelecimento de cenários prospectivos. Com uma equipe multidisciplinar, esse grupo de pesquisa terá como foco o embasamento científico na elaboração de políticas públicas voltadas à defesa civil e à proteção ambiental na região Amazônica. Apresenta pesquisadores sendo eles dos centros de Brasília, Porto Velho, Manaus e Belém e assistente de pesquisa, com as linhas de pesquisa: Geoindicadores aplicados a políticas públicas na Amazônia e Políticas Públicas.

O grupo de pesquisas em “Descargas Elétricas Atmosféricas na Amazônia (CR-BE)”, investiga a incidência de raios na região da Amazônia Legal, em tempo real e histórico, e suas interligações com produtos da meteorologia, assim como suporte à defesa civil e à aviação e proteção às redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, sistemas de telecomunicações em especial torres de transmissão, edificações de uso civil e industrial, em especial áreas ou instalações de alto risco de incêndio tais como refinarias, depósitos de combustíveis ou explosivos e demais instalações industriais. Este grupo utiliza uma Rede de Detecção de Raios (RDR) do Sistema de Proteção da Amazônia com cobertura abrangendo toda a Amazônia Legal e com ênfase, principalmente, nos centros urbanos da Amazônia. Tal sistema complementa as informações da área de cobertura dos radares meteorológicos, ampliando a região de detecção de sistemas meteorológicos para além do raio 400 km em torno do radar. Participam deste grupo pesquisadores e estudantes e trabalha com a linha de pesquisa: Desenvolvimento de metodologia para a previsão de raios. Já o grupo de “Monitoramento e Pesquisa de Fenômenos Meteorológicos Extremos na Amazônia (CR-BE)” gerará produtos de previsão.

Visando a elaboração de produtos para aplicação nas atividades da Defesa Civil, além de pesquisas e publicações foi criado o Grupo de “Hidrodinâmica dos rios da Amazônia (CR-PV)”, com pesquisadores e técnicos, que trabalham com as linhas de pesquisa: Bacias de captação para mananciais de abastecimento público, estudo da hidrodinâmica do Rio Madeira e sistemas de alertas de cheias em bacias urbanas.

O “Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) do CENSIPAM (CR-MN)” tem como principal objetivo despertar a vocação científica, incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante a participação em projetos de pesquisa na Amazônia Legal e contribuir para a formação de recursos humanos. Este programa faz parte de uma parceria entre o CENSIPAM e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), por meio da qual, o CENSIPAM tem sido contemplado com dez (10) bolsas por ano (desde 2008), proporcionando a inserção de alunos de graduação nas atividades desenvolvidas nas áreas de Sensoriamento Remoto, Proteção Ambiental, Meteorologia, Engenharias e Ciências da Computação. Conta hoje com pesquisadores, bolsistas e linhas de pesquisa, sendo elas: Inclusão Digital, Inclusão em Geotecnologias, Meteorologia, Radiopropagação, Redes de Computadores e Sensoriamento Remoto.

Esse macroprocesso apresenta os seguintes produtos e serviços:

MACROPROCESSO 8: PESQUISA APLICADA AO AMBIENTE AMAZÔNICO		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Desenvolvimento de pesquisa aplicada	Artigos nacionais e internacionais e publicações técnico-científicas	25 artigos publicados
Apoio a iniciação científica	Formação complementar de alunos de graduação	10 alunos de graduação em formação complementar

1.4.2 ASINT

Relatórios de Inteligência

EM BRANCO

Os Relatórios de Inteligência foram produzidos de acordo com a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em proveito dos órgãos integrantes do mesmo e tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003 (integração ao SISBIN) e o Decreto nº 7424/11 (transferência do Censipam da Casa Civil para o Ministério da Defesa).

MACROPROCESSO 9: RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADO EM 2012
Coleta/busca de dados	Base de dados	320
Processamento	Mineração de dados	
Agregação de valor	Base de informações	
Formalização	Relatório de Inteligência	
Difusão	Difusão	

Planejamento e Controle - (PLACON)

Realizado de acordo com uma metodologia própria, utilizando tecnologia de telemática de VSAT para a realização de videoconferências entre a área de operações e a sala de situação, em apoio as Operações executadas com órgãos parceiros do Governo Federal em combate aos crimes e ilícitos ambientais e ao narcotráfico.

MACROPROCESSO 9: PLANEJAMENTO E CONTROLE (PLACON)		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADO EM 2012
Identificação do alvo	Alvo identificado	11 Operações de apoio realizadas compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle.
Planejamento de operação	Relatório de planejamento	
Proposta de operação	Reunião com órgão responsável	
Execução da operação	Utilização da célula de Planejamento e Controle.	
Análise após ação	Relatório final	

1.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada.

1.5.1 DITEC

Disponibilização de rede de comunicação por satélite (VSAT) própria.

MACROPROCESSO 01: DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE DE COMUNICAÇÃO POR SATÉLITE (VSAT)		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Contratação do segmento espacial	Segmento espacial	197 antenas disponibilizadas no exercício, totalizando 542 de uma meta de 1.000 antenas VSAT para 2015. 75% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.
Operação da rede satelital	Comunicação satelital	
Manutenção do parque de antenas	Parque de antenas em funcionamento	
Modernização da infraestrutura	Eficiência e qualidade na comunicação	

Suporte e Manutenção de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação

MACROPROCESSO 02: SUPORTE E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA TIC		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Operação da rede de TIC	Operacionalidade da rede e serviços de rede	25% do parque de desktop modernizado.
Modernização da infraestrutura	Eficiência e qualidade nos equipamentos	
Manutenção e suporte a usuários	Parque de equipamentos em	

EM BRANCO

	funcionamento	
Desenvolvimento de Software e Banco de Dados	Sistema de informação	

1.5.2 DIRAF

Gestão de licitações e contratos de bens e serviços;

Este macroprocesso tem como finalidade as contratações e aquisições de serviços e bens na Administração pública, com vistas a continuidade dos serviços essenciais de infraestrutura do Censipam, e desenvolvimento de novos projetos, proporcionando condições para o atingimento dos objetivos institucionais. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, a Lei 8.666/1993. – Lei de Licitações e Contratos.

MACROPROCESSO 11: GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Planejamento da Contratação/Aquisição	Plano de Trabalho	153 Processos licitatórios concluídos e 48 contratos prorrogados.
Elaboração de Documentos de Referência	Termo de Referência/Projeto Básico/Edital	
Análise, Adequação e Atendimento às Normas Legais e Orientações Técnicas		
Realização do Certame	Adjucação e Homologação do processo	
Contratação	Assinatura do Contrato	
Acompanhamento	Recebimento e fiscalização	

Gestão de Recursos Humanos;

Este macroprocesso tem como finalidade a gestão e desenvolvimento dos Recursos Humanos na Administração pública, com vistas a prover, gerir e capacitar os Recursos Humanos, ao Censipam, proporcionando condições para o atingimento dos objetivos institucionais. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, a Lei 8.112/1990.

MACROPROCESSO 12: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Capacitação	Servidor capacitado	238 capacitações realizadas
Pagamento de pessoal	Folha de pagamento	Pagamentos executados
Recrutamento de servidores e estagiários	Ingresso de servidores e estagiários	Efetivação da força de trabalho
Cadastramento de servidores	Cadastro de servidores	Relação de servidores atualizada
Controle de frequência	Controle de frequência	Controle da folha de ponto

Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros;

Este macroprocesso tem como finalidade a gestão dos Recursos Orçamentários e Financeiros na Administração pública, com vistas a prover, com vistas a contribuir para o atingimento dos objetivos institucionais, do órgão. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual.

MACROPROCESSO 13: GESTÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Elaboração de Proposta Orçamentária	Proposta de Lei Orçamentária - PLOA	Execução orçamentária e financeira de acordo com o Planejamento Estratégico, os limites definidos na Lei Orçamentária e Normas de execução do Ministério do
Execução Orçamentária	Pré-Empenhos e Empenhos	
Execução Financeira	Liquidações e Pagamentos	
Acompanhamento e Ajustes	Propostas de Suplementação e Realocações de recursos, e Conformidade dos Registros de	

EM BRANCO

	Gestão.	Planejamento, Ministério da Fazenda e demais órgãos de controle Interno e Externo.
--	---------	--

Gestão de Recursos Patrimoniais;

Este macroprocesso tem como finalidade a gestão dos Bens Patrimoniais da Unidade, com vistas a contribuir para o atingimento dos objetivos institucionais, do órgão. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, o Decreto Lei nº 200/1967 e Decreto nº 99.658/1990.

MACROPROCESSO 14: GESTÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2012
Controle	Registros atualizados	Controle efetivo dos bens
Armazenagem	Estocagem dos bens	Guarda de bens em condições adequadas
Ressuprimento	Manutenção dos níveis de estoque	Atendimento adequado das demandas
Inventário físico dos bens	Relatório de Inventário	Avaliação da gestão dos bens

1.6 Principais parceiros externos à UJ, relacionados aos macroprocessos finalísticos.

QUADRO A.1.2 – PARCEIROS EXTERNOS DO CENSIPAM

ÓRGÃO PARCEIRO OU BENEFICIÁRIO	OBJETO	OBJETIVOS
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - CONCEDENTE	O estabelecimento da cooperação técnica entre a AEB e o Censipam, para implementar atividades de suporte à inferência de precipitação através de medidas efetuadas por satélites ambientais, e ao processamento destas informações no âmbito do Programa GPM - GLOBAL PRECIPITATION MEASUREMENT	Intercâmbio de informações para o monitoramento ambiental.
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Recebimento de informações das plataformas de coleta de dados instaladas na bacia amazônica.
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	Intercâmbio de informações e a cooperação técnica e operacional, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema de Aviação Civil (SACI).	Fornecimento do banco de dados da ANAC ao Censipam para apoio as operações de repressão contra ilícitos na região amazônica.
AMAZÔNIA CABO LTDA - AMAZONSAT	Fornecimento por parte da equipe de Meteorologia do Centro Técnico e Operacional do Censipam em Manaus, de imagens e informações relativas à previsão de tempo, o fornecimento de maletas RDSS e o apoio às ações concernentes a Educação a Distância.	Fornecimento de dados meteorológicos e apoio de comunicações para equipes em campo.
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES / FUNDO AMAZÔNIA	Apoio técnico, logístico e operacional às Prefeituras dos municípios localizados na área do projeto Arco Verde.	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM, por meio do apoio

EM BRANCO

mf

		financeiro para projetos sustentáveis nos municípios inseridos no arco do desmatamento.
	O estabelecimento de Cláusulas	
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	gerais para o estabelecimento as necessidades de intercâmbio de informações, de apoio logístico e aéreo, de infraestrutura e de recursos humanos, relacionados às atividades e projetos comuns, que visem ao desenvolvimento de ações conjuntas dos Partícipes, a serem realizados no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia.	Trata-se de um Protocolo base para confecção de Acordos Específicos envolvendo: utilização de aeronaves, utilização de dados de radares meteorológicos e de estações de superfície e altitude.
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	O estabelecimento de normas para a Operação e Manutenção das Estações de Radares Meteorológicos do SIPAM, de maneira ordenada, racional, e eficiente, estabelecendo normas, procedimentos e responsabilidades para a utilização dos dados gerados, dos recursos de monitoramento e gestão, de suporte à operação, e manutenção dos Radares Meteorológicos (RADARMET), que compõem a infraestrutura de equipamentos do SIPAM.	Estabelecimento de procedimentos para recebimento sistemático de dados dos radares meteorológicos.
COMANDOS DA AERONÁUTICA, DO EXERCITO, DA MARINHA E CPRM	Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia Legal	Mapeamento cartográfico da região amazônica.
COMANDO DA MARINHA - EMA - ESTADO-MAIOR DA ARMADA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Utilização do ambiente de Monitoramento do Espectro Eletromagnético do CR/BE.
COMANDO DA MARINHA - EMA - ESTADO-MAIOR DA ARMADA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Utilização do ambiente de Monitoramento do Espectro Eletromagnético do CR/BE.
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - CMA	Operação de Recursos Tecnológicos disponíveis no PLACON, do Centro Regional de Manaus - AM (CR/MN)	Utilização do ambiente de Planejamento e Controle de Operações - PLACON do CR/MN.
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - CMA	Reinstalação do Parque de Antenas da Rede Fixa de Exploração das Comunicações (REFEC) do Sistema de Proteção da Amazônia, existentes nas cidades de Boa Vista - RR, e Porto Velho - RO, em instalações da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.	Reinstalação do parque de antenas de Boa Vista - RR, e Porto Velho - RO para permitir o funcionamento do ambiente de Monitoramento do Espectro Eletromagnético do CR/MN e CR/PV, respectivamente.
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	A Operação e Manutenção das Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) e Estações Meteorológicas de Superfície Isoladas, de maneira ordenada, racional, e eficiente, estabelecendo normas, procedimentos e responsabilidades para a utilização dos dados coletados, dos recursos de monitoramento e gestão, de suporte à operação, de capacitação de equipe técnica para manutenção das EMS, sob responsabilidade do	Estabelecimento de procedimentos para recebimento sistemático de dados das Estações Meteorológicas de Superfície - EMS.

EM BRANCO

	CINDACTA IV, e das EMS Isoladas, sob responsabilidade do Censipam, que compõem a infraestrutura de equipamentos do SIPAM.	
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	Indenização do Consumo de Energia Elétrica do Complexo do CR-MN a ser indenizado pelo Censipam ao CINDACTA IV.	Acordo para rateio de despesas de energia elétrica entre o CINDACTA IV e o Censipam.
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM -	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações e sensoriamento remoto.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS ESTADOS: ACRE - AMAZONAS - MARANHÃO - MATO GROSSO - PARÁ - RORAIMA	O intercâmbio de informações e de infraestrutura com vistas ao desenvolvimento e apoio às atividades e projetos comuns, a serem realizados no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia.	Ampliação do acesso à justiça.
CNPq (Acordo efetivado pelo CNPq com o Censipam)	A atuação conjunta do CNPq e do Censipam, visando propiciar o atendimento da estratégia de governo na realização de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação.	Pesquisa e desenvolvimento.
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Implantação da rede de telecomunicações satelitais em apoio às ações de telessaúde e telemedicina na região amazônica.
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações sobre áreas de exploração mineral.
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações de imagens satelitais de observação da terra.
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, EXATAS E LETRAS DE RONDÔNIA - FARO	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
FACULDADE SÃO LUCAS - PORTO VELHO-RO - FSL	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS - FENASEG	O estabelecimento de uma sistemática de cooperação e apoio técnico entre os convenientes onde, de um lado, a FENASEG disponibilizará para o Censipam, um sistema denominado SINIVEM - Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento, composto de programa especializado de informática e automático de placas de veículos em movimento, em tempo real, confrontando-as com bancos de dados do DENATRAN e outras bases de dados de interesse da área de segurança pública e o armazenamento de informações, para que o Censipam atue e interaja com os órgãos de segurança pública, disponibilizando os dados produzidos, visando combater práticas delituosas detectadas.	Fornecimento do banco de dados do DENATRAN ao Censipam para apoio as operações de repressão contra ilícitos na região amazônica.

EM BRANCO

	Esforços conjuntos para a continuação da pesquisa relativa ao Projeto intitulado "REDE DE MONITORAMENTO E PESQUISA DE FENÔMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS NA AMAZÔNIA", inicialmente financiado pela FINEP, que continua a ter sua atividade em desenvolvimento, necessitando de equipamentos importados adquiridos pela FADESP de posse do Censipam.	
FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FADESP		Pesquisa e desenvolvimento.
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA - (UFAM)	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁLISE, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - FUCAPI	Realização de cursos de Inclusão Digital e formação de monitores para que sejam oferecidos cursos de informática básica para alunos da Rede Pública de Manaus, conforme previsto em Projeto Básico.	Capacitação.
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA - UNIR	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	Adesão do Estado do Acre à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS	Adesão do Estado do Amazonas à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e

EM BRANCO

		Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO	A adesão do Estado de Mato Grosso à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG) que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações Geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA PARÁ RURAL - NGPR	O intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos no que se refere ao mapeamento temático das variáveis climatológicas para o Estado do Pará, instrumento fundamental para o planejamento ambiental - Zoneamento Climático do Estado do Pará.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	Adesão do Estado do Pará à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA	Adesão do Estado de Rondônia à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	Adesão do Estado de Roraima à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	Adesão do Estado do Amapá à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.

EM BRANCO

	de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove	
	Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	Adesão do Estado do Tocantins à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	Adesão do Estado do Maranhão à Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas (REPIG), que consiste em uma rede de tratamento de imagens, informações geográficas, intercâmbio de informações e dados entre o Censipam e os nove Estados da Amazônia Legal, com a criação e manutenção de banco de dados georreferenciados.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos.	Operacionalizar a Rede de Processamento de Imagens e Informações Geográficas - REPIG.
INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO - ILES/ULBRA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos - A construção de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) de Recursos Naturais do Estado de Rondônia e Modelagem da Base de Dados do Planaforo da Amazônia, visando a elaboração de produtos pertinentes e o desenvolvimento de ações conjuntas na geração de conhecimentos atualizados para a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal Brasileira.	 Pesquisa e desenvolvimento.
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO BIODIVERSIDADE - ICMBio	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de dados para o monitoramento em áreas de proteção ambiental e fornecimento de rede de telecomunicações satelitais às unidades isoladas do ICMBio.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF	Cooperação Técnica e Operacional entre os partícipes com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.	Intercâmbio de informações em apoio às operações de repressão contra ilícitos nacionais e transnacionais na região amazônica.

EM BRANCO

mf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - P/AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações para o monitoramento ambiental.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA	Realização de ações em conjunto para a preservação ambiental e o combate de ilícitos ambientais no estado de Rondônia	Intercâmbio de informações para o monitoramento ambiental.
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC	Implantar e operacionalizar 137 Telecentros em 47 municípios da AL, localizados na área do projeto Arco Verde	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM, por meio da instalação de telecentros no arco do desmatamento.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA / PROGRAMA TERRA LEGAL	Identificação e regularização fundiária de imóveis rurais localizados em terras públicas não destinadas.	Apoio às ações do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia - Terra Legal.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA / PROGRAMA BOLSA VERDE	Identificar, quantificar e monitorar os desmatamentos existentes em Assentamentos do INCRA e Áreas de Preservação.	Apoio ao Programa de Compensação Ambiental do MMA.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG - POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1 - Aprovar a parceria entre a Coordenação Executiva do Programa Nacional de Apoio à inclusão Digital nas Comunidades - TELECENTROS.BR e a Entidade Proponente, visando o fortalecimento das ações de inclusão digital a serem executadas conjuntamente. 2 - Indicar a intenção de atendimento das demandas constantes na Proposta apresentada pela Entidade Proponente junto à Coordenação Executiva do Programa na Seleção Pública de Parcerias MP/MCT/MC Nº 01/2010, nos termos aprovados, em instituições assistidas pela Entidade Proponente, em conformidade com as diretrizes, os objetivos e os procedimentos estabelecidos no Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009, e na Portaria MP/MC/MCT nº 535, de 31 de dezembro de 2009. 3 - Fixar as condições de uso dos recursos e serviços disponibilizados em razão do Programa Nacional sob Coordenação dos Ministérios de Planejamento (MP), das Comunicações (MC) e da Ciência e Tecnologia (MCT) pelas Entidades Beneficiárias indicadas pela Entidade Proponente.	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM, por meio da instalação de telecentros no arco do desmatamento.
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE CONFRESA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do

EM BRANCO

		Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE CONFRESA - PROJETO ARCO-VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE NOVO PROGRESSO - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE DOM ELISEU - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES -MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.

EM BRANCO

MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PACAJÁ - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MARABÁ - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUÁIA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE JUARA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MUCAJÁI - RR - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE LÁBREA - AM - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.

EM BRANCO

mp

MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO - RO	Promover a cooperação e o apoio técnico entre o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM e o município de Pimenta Bueno - RO, para o aprimoramento da gestão e planejamento municipal.	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO	Aprimoramento da gestão e do planejamento municipal, com foco na agenda do Programa SipamCidade.	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI - MPEG	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
TELEVISÃO LIBERAL LIMITADA - TV LIBERAL	O fornecimento pelo CENSIPAM à TV LIBERAL de imagens e informações textuais relativas à previsão do tempo na região amazônica, sem qualquer ônus para a TV LIBERAL.	Previsão do tempo e clima para divulgação à sociedade.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS - TJ/AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Ampliação do acesso à justiça.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS - TJ/AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Ampliação do acesso à justiça.
RÁDIO TV DO AMAZONAS	O fornecimento de imagens satélites e informações relativas à previsão do tempo das regiões compreendidas na Amazônia Legal, pela Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus - CR-MN, conforme Plano de Trabalho.	Previsão do tempo e clima para divulgação à sociedade.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos para apoio às atividades e projetos comuns, bem como o desenvolvimento de ações conjuntas, com vistas à atuação integrada e coordenada dos partícipes, para implantação e manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia.	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO"-UNESP	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica entre o CENSIPAM e a UNESP, nas áreas de atuação e interesses	Pesquisa e desenvolvimento.

EM BRANCO

	comuns	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO"-UNESP	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica entre o CENSIPAM e a UNESP, nas áreas de atuação e interesses comuns	Pesquisa e desenvolvimento.

Informações Complementares.

A Assessoria de Inteligência - ASINT participa como representante do Censipam, do SISBIN, do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com ênfase ao Narcotráfico (CICCON), da Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) e em apoio aos órgãos federais de combate aos crimes e ilícitos ambientais.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da unidade contemplando.

O planejamento estratégico do Censipam foi estruturado a partir das definições estratégicas sobre a missão, visão de futuro e valores. Em seguida foram feitas análises dos ambientes interno e externo e mapeamento dos fatores críticos de sucesso. Por fim foram definidos 11 (onze) Objetivos Estratégicos a serem atingidos num horizonte temporal de 12 (doze) anos. Atualmente, encontra-se em fase de aprovação formal.

O Plano Estratégico da unidade encontra-se em consonância com as competências institucionais do Censipam, conforme abaixo demonstrado.

EM BRANCO

QUADRO A.2.1 – VINCULAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS COM O PLANO ESTARATÉGICO

Competências Institucionais	Plano Estratégico
<p>I - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia -CONSIPAM;</p> <p>II - fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;</p> <p>III - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;</p> <p>IV - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados;</p> <p>V - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do SIPAM;</p> <p>VI - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;</p> <p>VII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;</p>	<p>OE 1– Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa. (IV); (VI) e (V)</p> <p>OE 2– Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos (IV); (VI) e (V).</p> <p>OE 3 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia. (VI).</p> <p>OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional (IV); e (VI).</p> <p>OE 5– Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura. (II); (III); (VI).</p> <p>OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica. (IV); e (VI).</p> <p>OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional (VI) e (II).</p> <p>OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.(V)</p> <p>OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto (VII)</p> <p>OE10– Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica. (VII)</p> <p>OE11– Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica. (II) e (VII).</p>

O Quadro a seguir demonstra a vinculação do Plano Estratégico da Unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual, estando inseridos nas ações de responsabilidade da unidade.

EM BRANCO

QUADRO A.2.2 – VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UJ COM O PLANO PLURIANUAL

EXERCÍCIO 2012							
Programa	Objetivo	Metas para 2015	Iniciativa	Ação	Obj. Estrat. CENSIPAM	Ação Estratégica do CENSIPAM	
2058 - Política Nacional de Defesa	522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira	Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	01ZK - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal	20T8 - Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal	OE 6	AE 6.6 e AE 6.8	
		Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)					
		Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal					
		Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)					
		Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)					
		Atualizar 74 cartas náuticas					
		Produzir 433 cartas aerogeofísicas					
		Produzir 70 cartas geológicas					
		Editar e imprimir 606 cartas topográficas					
		Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta					
	533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia	Attingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal	020H - Proteção e Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal	8110 - Sensoriamento Remoto	OE 6 e OE 9	AE 6.3 e AE 9.2	
		Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)					
		Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras					
		Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência					
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	20T5 - Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	OE 1, OE 2, OE 3, OE 5, OE 6, OE 7, OE 8 e OE 9	AE 1.2, AE 1.3, AE 2.1, AE 2.3, AE 2.8, AE 3.1, AE 5.2, AE 5.4, AE 5.5, AE 6.1, AE 6.2, AE 6.6, AE 7.4, AE 8.8 e AE 9.1	
							Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)
							Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)
							Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)
				4091 - Capacitação de Recursos Humanos	OE 5 e OE 6	AE 5.3 e AE 6.1	

CENSIPAM
 Processo nº
 485/13
 Pg. 45
 mp

EM BRANCO

O Planejamento Estratégico do Censipam está alinhado com o Plano Estratégico da Defesa. No entanto, está prevista sua revisão após o Novo Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa, em consonância com a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Os principais objetivos estratégicos traçados pelo Censipam, para o exercício de 2012, foram:

OE 1- Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.

Este objetivo estratégico decorre da necessidade de ampliar e sistematizar a conjunção de esforços entre o Censipam e demais órgãos do MD, em atendimento a diretriz ministerial.

As áreas de atuação de sensoriamento remoto, meteorologia e inteligência, no ambiente amazônico, uma vez articuladas com o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas -EMCFA contribuirão para o aprimoramento da capacidade de comando e controle do MD.

Além dos domínios mencionados citam-se as informações geradas com a atuação integrada do Censipam junto aos programas Terra Legal, Arco Verde e Erradicação da Pobreza que geram camadas de informações sobre a regularização fundiária, o ordenamento territorial e sobre a população menos assistida na região, respectivamente.

O desdobramento de três centros na região (Manaus, Porto Velho e Belém) coordenados por um centro em Brasília, interligados a uma rede de 1077 terminais via satélite, ampliam a capacidade de busca, coleta, tratamento, análise e transmissão de informações para subsidiar o poder decisório e o planejamento.

A concretização deste objetivo é dependente da disponibilidade de dados primários oriundos de satélites, de aeronaves de sensoriamento remoto, de radares, bem como do delineamento de procedimentos de gestão do conhecimento.

A capacitação continuada e especializada de recursos humanos e a mobilização na quantidade adequada também irão contribuir para geração oportuna e qualificada de informações, no âmbito do comando e controle.

A Amazônia como área de atuação do Censipam, e considerada a principal hipótese de emprego da Defesa, indicam que a conjunção de esforços é estratégica.

OE 2- Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.

Este objetivo estratégico decorre da necessidade de integrar os esforços de inteligência estratégica entre o Censipam e o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas -EMCFA.

A interoperabilidade das informações geradas a partir do monitoramento aéreo, terrestre e flúvio marítimo na região, aliada aos trabalhos conjuntos no âmbito do CICCON, CICCIA, SISBIN, SISGAZ, SISFRON, SISCEA e SISCEAB e do intercâmbio transnacional com países amazônicos, ampliarão a capacidade de inteligência da Defesa e de apoio às operações de repressão contra ilícitos.

Os domínios de sensoriamento remoto, de monitoramento do espectro, da vigilância aérea e do monitoramento flúvio-costeiro articulados com a capacidade de integrar recursos tecnológicos e humanos propiciarão ao Ministério da Defesa aprimorar o planejamento e o apoio às operações de fiscalização e de repressão contra ilícitos nacionais e transnacionais.

O desdobramento de três centros na região (Manaus, Porto Velho e Belém) coordenados por um centro em Brasília, interligados a uma rede de 1077 terminais via satélite, ampliam a capilaridade de busca, coleta, tratamento, análise e transmissão de informações para subsidiar as ações contra ilícitos nacionais e transnacionais.

A concretização deste objetivo é dependente da integração dos subsistemas citados e do funcionamento estruturado das comissões supra mencionadas, integrando as fontes humanas, os dados, as imagens e os sinais, em ambiente tecnológico seguro.

EM BRANCO

A capacitação continuada e especializada de recursos humanos e a mobilização na quantidade adequada também irão contribuir para geração oportuna e qualificada de produtos de inteligência tecnológica.

É fundamental que seja estabelecida uma doutrina de planejamento e execução de operações que envolvam instituições civis (Polícia Federal, Receita Federal, Ibama, ICMBio, INCRA, ANAC., entre outras) e instituições militares (Marinha , Exército e Aeronáutica) para aperfeiçoar o emprego conjunto em operações de repressão contra ilícitos e qualificar e quantificar os resultados obtidos.

Da mesma forma, há necessidade de que seja feito um diagnóstico estruturado sobre as doutrinas de inteligência no âmbito da defesa e a utilizada nas atividades civis de repressão contra ilícitos nacionais e transnacionais, haja vista a diferença de aplicação das mesmas, com o objetivo de buscar a complementariedade e o uso dual do conhecimento.

O Censipam deverá implantar um ambiente seguro de planejamento e controle de operações que permita a integração, o tratamento e a visualização geoespacial das diversas camadas de dados das instituições e do próprio Censipam.

OE 3 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia.

Este objetivo estratégico está relacionado à utilização de todos os dados meteorológicos, climatológicos e hidrometeorológicos coletados e processados nas unidades do Censipam, com a finalidade de subsidiar as ações de antecipação, alerta e monitoramento, necessárias à atuação das defesas civis em diversos escalões.

O clima e o tempo na Amazônia são controlados diariamente por 11 radares meteorológicos instalados em municípios dos Estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Acre, Pará, Amapá e Maranhão. São realizados estudos sobre a climatologia tais como previsões trimestrais e monitoramento de eventos meteorológicos severos de curto prazo (tempestades, vendavais, rajadas de vento, granizo e chuva intensa) e de longo prazo (enchentes, secas e estiagens prolongadas). Essas informações são repassadas às defesas civis e órgãos parceiros. A instituição coordena a Rede de Monitoramento de Eventos Extremos da Amazônia, com a participação de instituições de ensino e de pesquisa, centros de previsão e defesas civis.

Para ampliar o trabalho da meteorologia, o Censipam adquiriu, em 2011, novas antenas para recepção de imagens de satélites internacionais. Os equipamentos permitem ampliar as informações meteorológicas e ambientais da Amazônia, recebendo diariamente imagens dos satélites citados que são complementadas com informações oriundas dos radares meteorológicos, das estações meteorológicas de superfície e altitude.

A integração com o Cenad/MI e com o Cemaden/MCTI é estratégica para consecução deste objetivo, haja vista que são estruturas recentemente ativadas para responder aos desastres naturais e eventos severos.

Da mesma forma, as ações cooperativas entre o Censipam e o INPE, CPRM, ANA, INMET e SUDAM propiciarão melhor qualidade na elaboração de diagnósticos e cenários sobre o tempo e o clima na região.

A arquitetura tecnológica de coleta e processamento potencializará a pesquisa e desenvolvimento na região em temas como: mudanças climáticas, desmatamento, focos de calor, poluição no mar, ar e bacias hidrográficas.

Para atendimento das novas demandas sobre o tema de mudanças climáticas será incorporado e ampliado o parque de antenas e de sensores meteorológicos de superfície, altitude e detectores de raios.

OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional.

A estratégia de desenvolvimento deste objetivo será conduzida por duas vertentes. A primeira, e também prioritária, será focada nos países da UNASUL, com especial atenção aos países signatários do Tratado de Cooperação da Amazônia. O Censipam oferecerá suas capacidades e

EM BRANCO

domínios em temas como sensoriamento remoto, meteorologia, inteligência e monitoramento ambiental, aplicados à repressão contra ilícitos transnacionais, ao monitoramento de áreas especiais, aos eventos severos, à regularização fundiária, entre outras aplicações de interesse.

A segunda vertente objetivará a manutenção, o aperfeiçoamento, a evolução e a ampliação dos domínios mencionados, por meio de parcerias com países onde as tecnologias de coleta, procesamento, tratamento, armazenamento, transmissão e disponibilização de dados encontram-se mais avançadas. Os temas de interesse do Censipam visam a obtenção do domínio em sensoriamento remoto satelital (radar), mineração de dados, padrões de respostas espectrais, telecomunicações satelitais móveis, meteorologia, monitoramento de eventos severos, mudanças climáticas, entre outros. Os países que possuem o domínio dos temas citados são Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Índia, China, Coreia do Sul, Espanha, Japão, Israel, Inglaterra, Rússia e Itália.

OE 5 – Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura.

Este objetivo visa garantir a disponibilidade de infraestrutura predial, a gestão de recursos humanos, o controle patrimonial, a operação da unidade gestora e a gestão de serviços essenciais ao bom funcionamento dos quatro centros localizados em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém.

A conclusão da instalação do Centro de Coordenação Geral de Brasília será efetivada com a construção do prédio administrativo. Esta obra está prevista para ter início em 2013.

Da mesma forma, está contemplado neste objetivo o concurso público que suprirá, pela primeira vez, a demanda de recursos humanos com servidores da carreira de ciência e tecnologia, estabelecida por lei para o Censipam.

Os mecanismos de gestão administrativa serão aperfeiçoados, com ênfase no mapeamento de competências e de processos de trabalho, no fluxo e arquivamento de documentos e na racionalização de gastos de custeio.

A estruturação de mecanismos, mobilização, capacitação e manutenção de recursos humanos será implementada observando prioritariamente as áreas críticas das atividades meio e fim do órgão.

OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.

Este objetivo visa ampliar e manter o apoio às políticas de inclusão social, por meio da utilização do parque tecnológico em proveito da educação, inclusão digital, saúde, regularização fundiária, ordenamento territorial, da renda e da cidadania.

Tendo como base a nova cartografia terrestre, náutica e geológica o Censipam poderá prover o conhecimento temático necessário para subsidiar diversos programas sociais e estruturantes na região.

A utilização dos canais de telecomunicações via satélite distribuídos em uma rede capilar na amazônia brasileira potencializará o intercâmbio de conhecimentos e fortalecerá os programas estratégicos do governo fazendo-os atingir os pontos mais remotos da região.

OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.

Os processos de integração institucional entre os órgãos pertencentes à estrutura organizacional do Ministério da Defesa, com os órgãos externos ao MD e com a sociedade serão contemplados por este objetivo estratégico.

A estruturação de um plano de comunicação social e a criação da ouvidoria estabelecerão um canal direto com a sociedade que será melhor informada sobre os trabalhos realizados pelo Censipam. Por outro lado, terá um canal de comunicação para solicitar informações e esclarecimentos.

O mapeamento das reais possibilidades de gerar conhecimentos, de interagir com os órgãos parceiros e de apresentar os resultados concretos são componentes relevantes do fortalecimento institucional.

EM BRANCO

Nesse sentido, será realizado o mapeamento dos programas estratégicos na região, a melhoria na interlocução com os programas ora apoiados, o aperfeiçoamento dos protocolos de parceria e do mecanismo de controle de atividades.

~~A retomada da integração regional com os países amazônicos e com países que possuem domínio de tecnologias de interesse para região, possibilitará a introdução em escala de iniciativas de uso e ocupação do bioma amazônico e o aprimoramento tecnológico do Censipam.~~

Por fim, o reconhecimento às autoridades, colaboradores e instituições públicas e privadas por se destacarem na proteção da Amazônia, indica a necessidade de implantação de uma medalha de mérito.

OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.

A disponibilidade técnica e operacional dos subsistemas de coleta, tratamento, transmissão, recepção, processamento e armazenamento de dados é a síntese deste objetivo estratégico.

O estabelecimento de protocolos de interoperabilidade e de disponibilidade das informações para os órgãos parceiros e a sociedade estarão contemplados neste objetivo.

Baseado em estudos técnicos e científicos, a ampliação da rede de sensores, de componentes de telecomunicações satelitais, dos aplicativos e de toda arquitetura de software e hardware serão desenvolvidos, implantados e mantidos no estado da arte.

Considerando o desgaste de componentes eletrônicos e a dificuldade de acesso para manter a condição operacional de toda a arquitetura tecnológica dos centros e distribuídos na região há necessidade de implantar um consórcio logístico com os órgãos habilitados e presentes na Amazônia.

OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.

A disponibilidade de imagens satelitais e aerosensoriadas é fator crítico de sucesso para atendimento das demandas do ProAE, do Terra Legal, do Bolsa Família e do monitoramento de áreas críticas na região.

As características climáticas e geográficas da Amazônia requerem o domínio de processamento, interpretação e análise dessas imagens. Assim, a busca da excelência em sensoriamento remoto é estratégica para o Censipam.

Este domínio propiciará o uso dual da informação gerando economia e qualidade na sua aplicação em tempo de paz e em tempo de guerra.

OE10– Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.

A integração das informações institucionais de órgãos federais, estaduais e municipais com aquelas geradas no Censipam, resultarão no aprimoramento da gestão territorial e ambiental na Amazônia.

O sucesso deste objetivo é dependente da estruturação do banco de dados e dos protocolos de interoperabilidade com os órgãos citados.

Como resultante principal o Censipam poderá ser indutor de políticas públicas na região.

OE11– Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.

A pesquisa técnica e científica realizada pelo Censipam resultou no aprimoramento de processos e metodologia de trabalho. No entanto, constituíram ações dispersas, pouco estruturadas e de abrangência local.

Este objetivo estratégico visa estruturar adequadamente o setor de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o estabelecimento de uma política, no estímulo à elaboração e publicação de artigos técnicos e científicos e a divulgação desses trabalhos em eventos de relevância nacional e internacional.

EM BRANCO

A seleção de temas relevantes como mudanças climáticas, eventos severos, segurança, desmatamento, entre outros, serão estudados e analisados sob a perspectiva de aplicação operacional.

Por fim, ressalta-se que é prioritário o uso de parcerias locais, no fomento e realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia.

Ações Estratégicas:

As principais ações planejadas pelo Censipam, para o exercício, de forma a atingir os objetivos propostos, foram os seguintes:

OE 1 – Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.

AE 1.1 – Participar efetivamente do Sistema de Inteligência de Defesa (Sinde) do Ministério da Defesa.

AE 1.2 – Participar do planejamento de Inteligência tecnológica dos Comandos de Operações do CMA e CMO na região da Amazônia Legal.

AE 1.3 – Participar ativamente das operações do Ministério da Defesa, compondo as células de inteligência da Amazônia.

AE 1.4 – Integrar-se ao Sistema de Comando da Marinha (Sisgaaz), Comando do Exército (Sisfron) e Comando da Aeronáutica (Sisdabra e Sisceab).

OE 2 – Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.

AE 2.1 – Implantar o portal de fiscalização de produtos e subprodutos de origem florestal no âmbito do CICCIA.

AE 2.2 – Aprimorar os mecanismos de fiscalização de inconsistências em possíveis irregularidades dos processos dos órgãos parceiros.

AE 2.3 – Aprimorar a efetividade do ProAE Inteligência do ponto de vista dos ilícitos de narcotráfico, garimpo ilegal, ocupação irregular e desmatamento ilegal.

AE 2.4 – Realizar a integração com os órgãos de segurança estaduais.

AE 2.5 – Aprimorar o planejamento e controle das operações de combate a ilícitos.

AE 2.6 – Ampliar a capacidade de análise de ilícitos em voos a baixa altitude, rotas fluviais e terrestres.

AE 2.7 – Implantar o plano de inteligência conforme as diretrizes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

AE 2.8 – Compor a célula do centro integrado de combate ao narcotráfico (Cicon).

AE 2.9 – Integrar os bancos de dados relacionados à fiscalização e repressão contra ilícitos utilizando a mineração de dados.

OE 3 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia.

AE 3.1 – Integrar-se ao Cenad/MI, ao Cemaden/MCT e outros.

AE 3.2 – Gerar produtos aplicados a gestão de riscos e desastres naturais e antrópicos na Amazônia Legal.

OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional.

AE 4.1 – Estruturar e implantar cooperação com países da UNASUL

AE 4.2 – Estruturar e implantar cooperação com países fora da UNASUL.

OE 5 – Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura.

AE 5.1 – Adequar à estrutura organizacional e o regimento interno.

EM BRANCO

- AE 5.2 – Formar o quadro permanente de servidores.
AE 5.3 – Implantar uma gestão de recursos humanos por competências e um programa de capacitação continuada.
AE 5.4 – Regularizar e receber os bens patrimoniais do Sipam.
AE 5.5 – Manter, ampliar e modernizar a infraestrutura predial.
AE 5.6 – Mapear e redefinir processos de trabalho com criação de indicadores, normatização e obtenção de certificação.
AE 5.7 – Racionalizar e otimizar os gastos de custeio.
AE 5.8 – Modernizar e implantar a gestão documental.
AE 5.9 – Implantar um sistema integrado de gestão administrativa.
AE 5.10 – Implantar a segurança orgânica nos padrões determinados pelo Sisbin e Sinde.
AE 5.11 – Promover um ciclo de palestras envolvendo temas estratégicos e parcerias estratégicas (programas e projetos vigentes).

OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.

- AE 6.1 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à inclusão digital e educação à distância.
AE 6.2 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio ao ordenamento territorial – Programa SipamCidade.
AE 6.3 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à regularização fundiária – Programa Terra Legal.
AE 6.4 – Estruturar ações de apoio a telessaúde e à telemedicina.
AE 6.5 – Estruturar ações de apoio ao monitoramento de endemias e epidemias.
AE 6.6 – Ampliar e manter as ações de apoio à inclusão social, à renda e demais incentivos sociais.
AE 6.7 – Articular a participação do Censipam nos fundos de fomentos públicos e privados.
AE 6.8 – Manter atualizada a base de dados da Cartografia da Amazônia.

OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.

- AE 7.1 – Implantar a Ouvidoria do Censipam.
AE 7.2 – Coletar, sistematizar e divulgar os resultados das parcerias vigentes.
AE 7.3 – Coletar, sistematizar e divulgar as potencialidades da arquitetura tecnológica.
AE 7.4 – Elaborar e monitorar o Plano de Comunicação Social.
AE 7.5 – Supervisionar a execução dos Planos Estratégicos, Diretor e de Ação.
AE 7.6 – Estruturar os instrumentos de articulação institucional.
AE 7.7 – Instituir uma condecoração do Sipam para premiar as pessoas e instituições que se destacarem na proteção da Amazônia.
AE 7.8 – Aprimorar a interlocução com os órgãos parceiros federais, estaduais e municipais.
AE 7.9 – Estruturar o calendário anual de atividades do Censipam.
AE 7.10 – Mapear junto ao MPOG os programas estratégicos para a Região Amazônica.
AE 7.11 – Aprimorar o funcionamento do CONSIPAM.

OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.

- AE 8.1 – Estruturar, operar e manter o banco de dados integrado do Sipam.
AE 8.2 – Garantir a disponibilidade de informações via Portal.
AE 8.3 – Viabilizar tecnicamente o intercâmbio de dados institucionais com os órgãos parceiros do Sipam.
AE 8.4 – Ampliar e manter a rede de sensores e terminais de comunicação.
AE 8.5 – Atualizar e manter os aplicativos associados à coleta, transmissão, recepção, processamento, classificação, armazenamento e análise de dados e voz.
AE 8.6 – Planejar o processo de migração para o satélite de telecomunicações nacional.

EM BRANCO

AE 8.7 – Implantar um consórcio operacional para manutenção e utilização dos sistemas e sensores.

AE 8.8 – Ampliar e manter o parque tecnológico.

OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.

AE 9.1 – Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em Sensoriamento Remoto.

AE 9.2 – Fortalecer o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE.

OE 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.

AE 10.1 – Integrar informações do ordenamento territorial, fundiário e ambiental.

AE 10.2 – Mapear, diagnosticar e acompanhar as políticas públicas na Amazônia Legal.

AE 10.3 – Fortalecer o Programa SipamCidade.

AE 10.4 – Interagir e buscar referência com outros centros de excelência.

AE 10.5 – Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em apoio à gestão territorial e ambiental.

OE 11 – Apoiar o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e formação de competências locais na Região Amazônica.

AE 11.1 – Estabelecer uma política de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Censipam.

AE 11.2 – Estimular a elaboração de artigos científicos pelos pesquisadores e técnicos do Censipam e a divulgação desses trabalhos em eventos de relevância nacional e internacional.

AE 11.3 – Elaborar um banco de dados de pesquisas realizadas no ambiente amazônico.

2.2 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2012.

No processo de elaboração do Planejamento estratégico da instituição, foram avaliados os riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos propostos para o exercício. Dentre os riscos avaliados, esses foram identificados como de ambiente interno e externo.

Análise do ambiente interno:

- Insuficiência de recursos humanos qualificados e sem quadro efetivo.
- Baixo nível de definição e padronização de processos de trabalho, com indicadores e acompanhamento das metas.
- Faltam insumos de sensoriamento remoto satelital e aerotransportado.
- Inexistência de solução de comunicação móvel e portátil para operações na Amazônia.
- Indisponibilidade de banco de dados espaciais estruturados e integrados.
- Formalização inadequada da estrutura organizacional.
- Dificuldade de processamento, análise e interpretação diferenciada de imagens (Radar e Óptica) em escala.
- Inadequada estrutura de pesquisa e desenvolvimento aplicada na área operacional e técnica.
- Deficiência na gestão do conhecimento.
- Deficiência nos processos de comunicação interna e externa.
- Dificuldade para ações e projetos nos Estados de jurisdição fora da sede do Centro Regional.
- Dificuldade na elaboração e gestão de projetos, planos de trabalho e termos de referência.

EM BRANCO

- Pouca visibilidade do Censipam de seus produtos e serviços.
- Indisponibilidade de sensores meteorológicos do Censipam.
- Instabilidade e capacidade atual da rede de transmissão de dados entre os CRs e CCG
- Falta software de gestão de processos.
- Softwares inadequados ou insuficientes para geração de produtos.
- Inexistência de uma política específica para pesquisa Aplicada.
- Ausência de um plano de capacitação continuado.
- Indefinição com o papel do atendimento ao usuário (ATU).
- Baixa produção científica.
- Inexistência de política de recursos humanos.

Análise do ambiente externo:

- Dificuldade de recebimento sistemático de dados aerosensoriados.
- Existência e criação de órgãos ou novas estruturas paralelas com sobreposição de atividades ao Censipam.
- Rápida obsolescência tecnológica.
- Provável desativação de sensores orbitais que fornecem insumos gratuitamente.
- Falta de alternativas para a disponibilidade de segmento espacial.
- Não autorização do MPOG para a realização do concurso público.

Após análise dos ambientes interno e externo constatou-se a necessidade de adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica e imobiliária. Essas adequações foram inseridas no planejamento estratégico como metas e etapas de ações para que sejam atingidos os objetivos estratégicos, entre elas citamos: a realização de concurso para adequar o quadro de recursos humanos às necessidades quantitativas, qualitativas e de estabilidade funcional; aprimoramento da estrutura organizacional com incremento de funções na atividade finalística e de terceirizações de serviços na área meio; reativação da estrutura do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam; aprimoramento dos modelos de parcerias institucionais; e assegurar de forma estruturada as capacidades tecnológicas necessárias ao processo produtivo do órgão.

Ainda em relação a estrutura de pessoal, ressalta-se a prorrogação do contrato de servidores temporários. Tal medida possibilitará a transferência do conhecimento aos servidores que ingressarão em decorrência de aprovação no primeiro concurso público para quadro efetivo do Censipam.

As estratégias para assegurar a divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados envolveram: o aprimoramento mensal do Plano de Ação para o exercício, a realização de palestras de divulgação e a elaboração de diretriz orientadora para a comunicação interna.

Ainda outra estratégia considerada relevante para o atingimento dos objetivos estratégicos, foi o aprimoramento da gestão do planejamento para que as decisões sejam mais ágeis, eficientes e eficazes, e que os resultados sejam avaliados quantitativa e qualitativamente.

2.3 Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando.

O Quadro A.2.3, demonstra a execução do Plano de Ações no exercício com seus resultados alcançados, seus impactos e as justificativas devidas.

EM BRANCO

QUADRO A.2.3 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES NO EXERCÍCIO

Objetivo Estratégico		Ação Estratégica		Status Execução	Justificativa
OE 1	Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa	AE 1.1	Participar efetivamente do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) do Ministério da Defesa	70%	Resultados: Aguardando posicionamento do MD para ingresso no SINDE. Impactos: não houve impacto mensurado, pois a previsão de conclusão final da ação em 2013.
		AE 1.2	Participar do planejamento de inteligência tecnológica dos Comandos de Operações do CMA e CMO na região da Amazônia Legal	60%	Resultados: Aguardando conclusão da AE1.1 para prosseguimento da ação. Impactos: não houve impacto mensurado, pois a previsão de conclusão final da ação em 2013.
		AE 1.3	Participar ativamente das operações do Ministério da Defesa, compondo as células de inteligência da Amazônia.	100%	Resultados: Apoio logístico em VSATs de Inteligência e participação efetiva da Célula de Inteligência no DISBIN. Participação efetiva na Célula de Inteligência durante as Operações do Ministério da Defesa - MD e Comando Militar de Área. Impactos: impacto positivo. Reconhecimento dos órgãos parceiros pela efetiva participação do Censipam.
		AE 1.4	Integrar-se ao Sistema de Comando da Marinha (SIGAAZ), Comando do Exército (SISFRON), Comando da Aeronáutica (SISDABRA e SISCEAB)	10%	Resultados: foram realizadas 02 (duas) reuniões com integrantes desses órgãos e o assunto está em tratativas. Impactos: impacto negativo. Dependência do andamento dos processos nos respectivos Comandos responsáveis.
OE 2	Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos	AE 2.1	Implantar o portal de fiscalização de produtos e subprodutos de origem florestal no âmbito do CICCIA	90%	Resultados: Apresentação e implantação do Portal nos órgãos do CICCIA e órgãos de fiscalização ambiental. Impactos: impacto positivo. Utilização do portal no combate aos ilícitos.
		AE 2.2	Aprimorar os mecanismos de fiscalização de inconsistências em possíveis irregularidades dos processos dos órgãos parceiros	80%	Resultados: Foram contratadas novas bases para a realização do trabalho de mineração de dados, com previsão para concluir a implantação em 2013. Impactos: impacto positivo. Facilitação do trabalho da área de Inteligência do Censipam. Impacto negativo. Dependência de dados dos órgãos parceiros.
		AE 2.3	Aprimorar a efetividade do ProAE Inteligência do ponto de vista dos ilícitos de narcotráfico, garimpo ilegal, ocupação irregular e desmatamento ilegal	90%	Resultados: Foi realizado o nivelamento da inteligência no exercício de 2012, aperfeiçoando os aplicativos de apoio aos trabalhos de Inteligência, sendo necessário a validação, difusão e participação no Planejamento e Controle das operações. Impactos: impactos positivo. O aperfeiçoamento da metodologia do

EM BRANCO

					ProAE. Impacto negativo. Não realização das demais etapas previstas em 2012 devido a restrição orçamentária nos gastos com diárias e passagens.
		AE 2.4	Realizar a integração com os órgãos de segurança estaduais	60%	Resultados: A integração não foi concluída devido a necessidade de formalização dos Termos de Cooperação Técnica, que ainda estão em tratativa. Impactos: Impacto negativo. Mudança de titulares das pastas junto aos estados.
		AE 2.5	Aprimorar o planejamento e controle das operações de combate a ilícitos	10%	Resultados: Foram realizadas reuniões com os órgãos que participaram da elaboração do PPCDAM no que tange a implementação de base de dados única para combate aos ilícitos ambientais. A procura da obtenção de insumos de inteligência tecnológica para gestionar o processo de agregação de valores. Impactos: impacto negativo. Complexidade no processo de obtenção dos resultados previstos.
		AE 2.6	Ampliar a capacidade de análise de ilícitos em vôos a baixa altitude, rotas fluviais e terrestres	10%	Resultados: O sistema GPis está em fase de implementação e até o momento apresentou inconsistências operacionais. Essas inconsistências estão em análise pela DITEC e pela empresa que implementou o sistema. Impactos: impacto negativo. Não utilização da ferramenta para análise de Inteligência.
		AE 2.7	Implantar o Plano de Inteligência conforme as diretrizes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)	40%	Resultados: As diretrizes estão em fase interna de elaboração e implementação. Impactos: não houve impacto mensurado, pois a previsão de conclusão final da ação em 2013.
		AE 2.8	Compor a célula do Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico (CICCON)	30%	Resultados: Discussões com o Ministério da Defesa para estabelecimento de projeto para implementação do CICCON. Impactos: impacto negativo. Dificuldades na definição do nível de participação dos Comandos das Forças Armadas.
		AE 2.9	Integrar os bancos de dados relacionados à fiscalização e repressão contra ilícitos utilizando a mineração de dados	10%	Resultados: Realizado durante as reuniões do PPCDAM/12 a proposta de integração de banco de dados. Aguardando o posicionamento dos órgãos. Impactos: impacto negativo. Complexidade no processo de obtenção dos resultados previstos.
OE 3	Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia	AE 3.1	Integrar-se ao CENAD/MI, ao CEMADEN/MCT e outros.	50%	Resultado: foram realizadas diversas reuniões com os órgãos envolvidos no tema de desastres naturais e a celebração de acordos de cooperação com CENAD e

EM BRANCO

					CEMADEN estão previstos para 2013. Impactos: Impacto positivo. O CENSIPAM foi convidado a participar do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, coordenado pela Presidência da República.	
OE 4	Fomentar Articulação Internacional	a	AE 4.1	Estruturar e implantar cooperação com países da UNASUL	100%	Resultados: Foram instruídos os processos e elaborados os projetos de cooperação com os seguintes países sul americanos: Peru, Guiana, Suriname, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador e Guiana Francesa. Impactos: impacto positivo. O Censipam passa a ser inserido no processo de cooperação internacional normatizado pelo MD.
OE 5	Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura		AE 5.1	Adequar à estrutura organizacional e o regimento interno	20%	Resultados: Foi definida a metodologia para a elaboração do trabalho que será desenvolvido pelo corpo técnico do Censipam, com previsão para conclusão dos trabalhos em outubro de 2013. Impactos: Impacto positivo. Foram definidas as metodologias e diretrizes para o trabalho a ser executado.
			AE 5.2	Formar o quadro permanente de servidores	30%	Resultados: Realização concurso público para provimento de cargos efetivos de Analista Pleno na carreira da Ciência e Tecnologia. Impactos: Impacto positivo. Reduzirá o déficit de recursos humanos nas áreas técnica e operacional.
			AE 5.3	Implantar uma gestão de recursos humanos por competências e um programa de capacitação continuada	25%	Resultados: Definição da metodologia e capacitação do corpo técnico que desenvolverá o projeto. Impactos: Impacto positivo. Capacitação de 238 servidores nas áreas administrativa, operacional e técnica.
			AE 5.5	Manter, ampliar e modernizar a infraestrutura predial	15%	Resultados: A etapa dessa Ação prevista para 2012 era a conclusão do processo licitatório para contratação dos serviços de elaboração dos projetos executivos para construção do Edifício Administrativo do Censipam. Foi iniciado o processo 60090.001303/2012-51, contudo não foi possível a realização do processo licitatório em 2012. Impactos: Impacto negativo. A não

EM BRANCO



					<p>conclusão desta etapa compromete a licitação e início da obra. Para mitigar deverá ser antecipado o término do cronograma de execução dessa etapa para não comprometer as demais.</p> <p>Resultados: A outra meta desta Ação era a construção dos sombreadores de vagas de estacionamento dos CR's, sendo o processo licitatório concluído e os serviços contratados.</p> <p>Impactos: Impacto positivo. Proporcionará maior conforto e segurança aos servidores e usuários do Censipam em seus Centros Regionais.</p>
		AE 5.8	Modernizar e implantar a gestão documental	40%	<p>Resultados: A etapa dessa Ação prevista para 2012 foi concluída e apresentado o projeto com as especificações técnicas para o Arquivo Geral.</p> <p>Impactos: Impacto positivo. O projeto foi concluído possibilitando a execução das próximas etapas da ação.</p>
		AE 5.9	Implantar um sistema integrado de gestão administrativa	15%	<p>Resultados: A etapa dessa Ação prevista para 2012 foi concluída com a avaliação dos sistemas disponíveis, sendo escolhido o sistema SIPAC e SIGRH da UFRN.</p> <p>Impactos: Impacto negativo. Não foi possível o prosseguimento em razão da UFRN ter prorrogado a definição do modelo de Termos de Cooperação para março de 2013.</p>
OE 6	Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.	AE 6.6	Ampliar e manter as ações de apoio à inclusão social, à renda e demais incentivos sociais.	30%	<p>Resultados: maior parte das atividades serão iniciadas em 2013. A ação relativa a 2012 foi o monitoramento do desmatamento pelo Programa Bolsa Verde, objeto de Termo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente. Foram monitoradas 260 áreas, num total de 30.000 km², viabilizando o pagamento do benefício para cerca de 23 mil famílias.</p> <p>Impactos: impacto positivo. O CENSIPAM padronizou a metodologia de análise de desmatamento para o referido Programa, forneceu os dados solicitados e atingiu todos objetivos previstos no Termo de Cooperação</p>
		AE 6.8	Manter atualizada a base de dados da Cartografia da	100%	Resultados: atividades de 2012 executadas totalmente, entre elas a

EM BRANCO

			Amazônia.		criação de um banco de dados compartilhado com os dados da Cartografia, nos padrões definidos pela Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE. Impactos: Impacto positivo, com o CENSIPAM se tornando um nó da rede da INDE para consulta as suas bases de dados.
OE 7	Fortalecer a imagem institucional	AE 7.2	Coletar, sistematizar e divulgar os resultados das parcerias vigentes	100%	As ações de consolidação, método e fluxo de informações foram realizadas e o formato relatório está em fase de aprovação.
		AE 7.3	Coletar, sistematizar e divulgar as potencialidades da arquitetura tecnológica	0%	O prazo para realização desta ação está sendo alterado.
		AE 7.4	Elaborar e monitorar o Plano de Comunicação Social	100%	Resultados: Plano de comunicação, elaborado em 2011 e revisado em 2012, atingiu na sua totalidade as ações planejadas para o exercício. A diretriz, esboçada no Plano de Comunicação, é fortalecer a comunicação interna e externa do órgão. Na comunicação interna destacamos o Blog SipamNotícias, que começou em junho de 2012, acessado pelos servidores dos Centros Regionais (Belém, Porto Velho e Manaus) e Brasília. Quanto a comunicação externa, destaca-se a atualização do mailing dos parceiros, dos veículos de comunicação e da divulgação de matérias no site do Sipam. Também atingimos a meta de qualificação de profissionais da comunicação, participação em seminários com estande do órgão e ainda outras ações como, por exemplo, a elaboração do Relatório de Atividades do ano de 2012. Impactos: Impactos positivos. Quanto aos impactos dos resultados podemos citar o blog. De junho de 2012 até janeiro de 2013, foram 11.611 acessos e 114 posts. Foram 49 matérias distribuídas para os veículos de comunicação na Amazônia e postadas no site do Sipam. Atualmente, o Sipam recebe em média de 600 a 800 visitas diárias no site, conforme dados de programa de estatística.
		AE 7.5	Supervisionar a execução dos Planos Estratégicos, Diretor e de Ação	100%	Resultados: As ações relativas aos planos Diretor e de Ação foram executadas plenamente. Quanto ao Plano Estratégico, a elaboração dos

EM BRANCO

				procedimentos de acompanhamento e revisão estão em sua fase final. Impactos: impacto positivo. O Censipam revisou o seu planejamento estratégico considerando a nova subordinação ao Ministério da Defesa.
		AE 7.6	Estruturar os instrumentos de articulação institucional	70% Resultados: Para o exercício de 2012 foram iniciados os trabalhos para elaboração das minutas padrão para os termos de cessão de uso de instalações e de equipamentos de telecomunicações fixos, móveis ou transportáveis. Termos de cooperação técnica de intercâmbio de informações, implantação de VSATs, de Sensores Meteorológicos, pesquisa e desenvolvimento sem repasse de recursos, desenvolvimento de sistemas integrados. Termos de cooperação para implantação de telecomunicações satelitais fixas, disponibilização de produtos de geoinformação e para pesquisa e desenvolvimento. Foi ainda elaborado o acordo específico operacional no âmbito do Ministério da Defesa. Termo de convênio para pesquisa e desenvolvimento. Elaborar procedimentos padrão para instituição de grupo de trabalho. Elaborar procedimentos padrões para aditivção de termos de repasse. Elaborar procedimentos padrões para prestação de contas e encerramento de processo. Impactos: impacto positivo. Após a homologação dessas minutas padronizadas pela CONJUR/MD o processo de cooperação com os órgãos federais, estaduais e municipais será mais célere.
		AE 7.9	Estruturar o calendário anual de atividades do Censipam	50% Resultados: Calendário em fase final de estruturação, com previsão para conclusão no primeiro trimestre de 2013. Impactos: impacto positivo. Permitirá o acompanhamento sistemático do calendário administrativo do órgão evitando o descumprimento de prazos pré-determinados.
		AE 7.10	Mapear junto ao MPOG os programas estratégicos para a região amazônica	70% Resultados: Foram iniciados os trabalhos para diagnosticar os programas registrados no PPA que são relevantes para região. Impactos: impacto positivo. Este levantamento permitirá maior utilização da arquitetura tecnológica

EM BRANCO

					do Censipam em proveito de programas e projetos do governo para a região amazônica.
OE 8	Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia	AE 8.1	Estruturar, operar e manter o banco de dados integrado do Sipam	20%	Resultados: Foram criados os padrões dos dados a serem armazenados e iniciado o processo para contratação de empresa para levantamento de requisitos para modelar o banco de dados. Impactos: Impacto negativo. Devido a não conclusão do processo de contratação da fábrica de software o cronograma sofrerá alterações para as próximas etapas.
		AE 8.2	Garantir a disponibilidade de informações via Portal	15%	Resultados: Foi elaborado o processo para contratação de Fábrica de Projetos, Qualidade e Software, conforme NUP 60090.000705/2012-39, 60090.000706/2012-83 e 60090.001243/2012-77 que encontram-se na CONJUR para análise e parecer. Impactos: Impacto negativo. Devido a não conclusão do processo de contratação da fábrica de software o cronograma sofrerá alterações para as próximas etapas.
		AE 8.3	Viabilizar tecnicamente o intercâmbio de dados institucionais com os órgãos parceiros do Sipam	20%	Resultados: Foi iniciado o processo de elaboração da política de integração, intercâmbio e acesso a dados, com previsão de conclusão em 2013. Impactos: não houve impacto mensurado, pois a previsão de conclusão final da ação em 2013.
		AE 8.4	Ampliar e manter a rede de sensores e terminais de comunicação	5%	Resultados: O percentual previsto foi alcançado, sendo iniciado o trabalho de elaboração do Plano de Alocação de VSAT e mantido e ampliado o segmento espacial. Impactos: impacto positivo. A ampliação do segmento espacial permitirá alcançar as metas previstas para implantação da rede de terminais de comunicação.
		AE 8.6	Planejar o processo de migração para o satélite de telecomunicações nacional	10%	Resultados: Foram diagnosticados os projetos de satélites nacionais em andamento. Foram iniciadas as tratativas para acompanhar e participar do projeto de satélite de Defesa e da ANA/AEB. Foi ainda iniciada a potencialização das parcerias logísticas para a migração em campo Impactos: não houve impacto mensurado, pois não havia a previsão de conclusão da ação para o exercício.
		AE	Implantar um consórcio	12%	Resultados: Foi iniciado o levantamento da infraestrutura e

EM BRANCO

		8.7	operacional para manutenção e utilização dos sistemas e sensores		elaboração do plano de manutenção associado. Foram formalizados dois Acordos Específicos com a FAB e iniciadas as tratativas com MB e EB. Foi ainda iniciada a elaboração do Plano de Manutenção do Parque Tecnológico Externo (Sensores e VSAT). Impactos: não houve impacto mensurado, pois não havia a previsão de conclusão da ação para o exercício.
		AE 8.8	Ampliar e manter o parque tecnológico	40%	Resultados: Foi realizada a atualização de 25% do parque de TI (microinformática). Foi iniciado o processo de contratação do licenciamento e subscrições de softwares. Foi iniciada a busca por alternativas para redução no custo de licenças. Foi mantido sistema de proteção (antivírus, antispam, firewall, políticas de uso, etc.). Foram instaladas 197 antenas VSAT no exercício, totalizando 542 de uma meta de 1.000 antenas VSAT para 2015. Impactos: impacto positivo. Foram atingidas as metas de atualização de microinformática, sistema de proteção e instalação de antenas. Impacto negativo: sem suporte e atualização dos servidores de rede, que será realizada em 2013.
OE 9	Ser um centro de excelência em sensoriamento remoto	AE 9.1	Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em Sensoriamento Remoto.	50%	Resultados: Atividades executadas em 2012 e que serão concluídas em 2013, entre elas a criação de um Grupo de Trabalho para definir os requisitos necessários para o atingimento da meta. A aquisição dos softwares Arc Gis e ENVI previstos foi realizada, e a aquisição de imagens aerossensoriadas ocorreu com a Câmera ADS-80, operada pela FAB, com dois levantamentos da região metropolitana de Manaus e da Terra Indígena Kayabi. Impactos: Impacto positivo. As áreas de sensoriamento remoto do CENSIPAM constituem o referido Grupo de Trabalho e estão integradas entre si. A realização do concurso público em 2012 proverá, em 2013, mais técnicos especializados nesse tema para atingir a meta com maior celeridade. A aquisição do sistema de processamento da ADS-80 está prevista para 2013, se houver disponibilidade orçamentária, o que dará maior efetividade e eficiência à geração das imagens.

EM BRANCO

		AE 9.2	Fortalecer o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE.	50%	Resultados: Atividades previstas realizadas com a Criação do Grupo de Trabalho para definição dos requisitos necessários ao ProAE e a aquisição de imagens satelitais também ocorreu por meio de Pregão Eletrônico realizado em 2012. Impactos: Impacto positivo. As equipes técnicas estão integradas e no aguardo do ingresso de novos técnicos especializados, aprovados pelo concurso público em 2012, para desenvolver o Programa em 2013 em maior escala.
OE 10	Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.	AE 10.2	Mapear, diagnosticar e acompanhar as políticas públicas na Amazônia Legal.	20%	Resultados: atividade iniciada em 2012 e que será concluída em 2013. Impactos: impacto positivo. O mapeamento das ações de governo na Amazônia já identificou interfaces e parcerias estratégicas com diversos órgãos de governo, tanto federais como estaduais, os quais já estão em tratativas para a celebração de acordos específicos.
OE 11	Apoiar o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e formação de competências locais na Região Amazônica.	AE 11.1	Estabelecer uma política de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Censipam.	50%	Resultados: Atividade iniciada em 2012 e que se conclui em 2013. O Grupo de pesquisa foi criado por Portaria e desenvolve o trabalho de elaboração da política de pesquisa aplicada e inovação tecnológica para o CENSIPAM. Impactos: Impacto positivo. O Grupo de trabalho já identificou inclusive lacunas de conhecimento que podem vir a demandar pesquisas aplicadas específicas bem como identificou fontes de fomento viáveis ao seu exercício.

As ações não realizadas ou realizadas parcialmente foram adiadas para 2013. Os motivos principais foram: a conclusão, em junho de 2012, do Planejamento Estratégico 2012-2023 e a elaboração do Plano de Ação para o exercício; e a escassez de recursos humanos. Em decorrência desses fatos, os Projetos e Termos de Referência não foram concluídos tempestivamente para serem licitados no exercício.

O índice de modernização esperado para 2012 não foi atingido principalmente pela não conclusão dos investimentos e contratações planejados, com impacto em todos as áreas do Censipam e principalmente no indicador referente a ação 20AY e ao Objetivo Estratégico 8.

Apesar do insucesso dos contratos de investimento, as renovações dos contratos continuados, que mantêm serviços críticos de telecomunicações, e que somam um montante importante dos recursos da ação, aliada a manutenção dos serviços de telecomunicações aos parceiros do SIPAM, evitaram que o indicador ficasse muito abaixo do planejado.

O atingimento da meta prevista para a ação estratégica 5.2 – Formar o quadro permanente de servidores impactou positivamente a Instituição, pois foi possível a realização de concurso público

EM BRANCO

para provimento de quarente vagas de analista pleno da carreira de Ciência e Tecnologia. Esses novos servidores suprirão parte do déficit de recursos humanos nas áreas técnica e operacional.

O atingimento da meta prevista para a ação estratégica 4.1 – Estruturar e implantar cooperação com países da UNASUL impactou positivamente que possibilitou a instrução dos processos e elaboração dos projetos de cooperação com os seguintes países sul americanos: Peru, Guiana, Suriname, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador e Guiana Francesa.

2.4 Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão.

Os indicadores de desempenho da Unidade são utilizados para medir a efetividade dos principais processos, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício. A seguir são apresentados os indicadores mais significativos da UJ:

DIPRO:

QUADRO A.2.4 – INDICADORES DA DIRETORIA DE PRODUTOS

Ação estratégica	Indicador	Meta	Realizado/previsto (%)
OE 3 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia.			
AE 3.1 – Integrar-se ao CENAD/MI, ao CEMADEN/MCT e outros.	Reuniões de integração com parceiros envolvidos no tema	O CENSIPAM deverá ser incluído do Programa	100%. O CENSIPAM foi convidado a participar do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, coordenado pela Presidência da República.
AE 3.2 – Gerar produtos aplicados a gestão de riscos e desastres naturais e antrópicos na Amazônia Legal.	indicadores a serem definidos	Metas a serem definidas	Definição em 2013
OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.			
AE 6.1 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à inclusão digital e educação à distância.	Telecentros instalados	137 telecentros instalados	0%. (Instalação parcial de 53 telecentros dos 137 previstos. A instalação dos telecentros é realizada pelo Ministério das Comunicações, pelo Programa TelecentrosBR, que está atrasado).
AE 6.2 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio ao ordenamento territorial – Programa SIPAMCIDADE.	Técnicos capacitados Órgãos capacitados	100 técnicos capacitados	0%. (Atividade não realizada devido a restrições orçamentárias de gastos de passagens e diárias).
AE 6.3 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à regularização fundiária – Programa Terra Legal.	Áreas monitoradas em km ²	476.000 km ²	0%. Atividade não realizada porque essa atividade está vinculada ao Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo prazo expirou no final de 2011.
AE 6.4 – Estruturar ações de apoio a telessaúde e à telemedicina.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades serão iniciadas em 2013. Indicadores ainda serão definidos.

EM BRANCO

MP

AE 6.5 – Estruturar ações de apoio ao monitoramento de endemias e epidemias.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades serão iniciadas em 2013. Indicadores ainda serão definidos.
AE 6.6 – Ampliar e manter as ações de apoio à inclusão social, à renda e demais incentivos sociais.	Áreas que serão monitoradas; Área monitorada em km ² ; Número de famílias beneficiadas.	260 áreas; 30.000 km ² 23000 famílias beneficiadas	100% (260 áreas; 30.000 km ² 23000 famílias beneficiadas)
AE 6.7 – Articular a participação do CENSIPAM nos fundos de fomentos públicos e privados.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades previstas para 2013, exceto a celebração de acordo de cooperação com o CNPq já celebrado e vigente.
AE 6.8 – Manter atualizada a base de dados da Cartografia da Amazônia.	Banco de dados criado	Banco de dados compartilhado.	100%. (Atividades de 2012 executadas totalmente, entre elas a criação de um banco de dados compartilhado com os dados da Cartografia, nos padrões definidos pela Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE).
OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.			
AE 9.1 – Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em Sensoriamento Remoto.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades executadas em 2012 e que serão concluídas em 2013, entre elas a criação de um Grupo de Trabalho para definir os requisitos necessários para o atingimento da meta. A aquisição dos softwares Arc Gis e ENVI previstos foi realizada, e a aquisição de imagens aereossensoriadas ocorreu com a Câmera ADS-80, operada pela FAB, com dois levantamentos da região metropolitana de Manaus e da Terra Indígena Kayabi.
AE 9.2 – Fortalecer o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades previstas realizadas com a Criação do Grupo de Trabalho para definição dos requisitos necessários ao ProAEE a aquisição de imagens satelitais também ocorreu por meio de Pregão Eletrônico realizado em 2012.
OE 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.			
AE 10.1 – Integrar informações do ordenamento territorial, fundiário e ambiental.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades não realizadas em parte porque dependem da aprovação do Projeto apresentado ao Fundo Amazônia, e em parte porque serão realizadas em 2013.
AE 10.2 – Mapear, diagnosticar e acompanhar as políticas públicas	Matriz de ações de governo na Amazônia	Matriz de ações de governo na	0% (Atividade iniciada em 2012 e que será concluída em 2013. O

EM BRANCO

na Amazônia Legal.	Legal	Amazônia Legal elaborada	mapeamento das ações de governo na Amazônia já identificou interfaces e parcerias
			estratégicas com diversos órgãos de governo, tanto federais como estaduais, os quais já estão em tratativas para a celebração de acordos específicos).
AE 10.3 – Fortalecer o Programa SipamCidade.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades previstas para 2013.
AE 10.4 – Interagir e buscar referência com outros centros de excelência.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades previstas para 2013.
OE 11 – Apoiar o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e formação de competências locais na Região Amazônica.			
AE 11.1 – Estabelecer uma política de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Censipam.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividade iniciada em 2012 e que se conclui em 2013. O Grupo de pesquisa foi criado por Portaria e desenvolve o trabalho de elaboração da política de pesquisa aplicada e inovação tecnológica para o CENSIPAM.
AE 11.2 – Estimular a elaboração de artigos científicos pelos pesquisadores e técnicos do CENSIPAM e a divulgação desses trabalhos em eventos de relevância nacional e internacional.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades previstas para 2013
AE 11.3 – Elaborar um banco de dados de pesquisas realizadas no ambiente amazônico.	Ainda serão definidos	Ainda será definida	Atividades previstas para 2013

DITEC:

Na área da Tecnologia da Informação é utilizado o indicador:

$$P = \frac{2 \times T + 2 \times S + M}{5}$$

onde,

T = operacionalidade do sistema de telecomunicações

S = operacionalidade do sistema de sensores

M = % do parque modernizado

A modernização reflete o investimento realizado e a operacionalidade reflete a aplicação dos recursos de custeio. A alimentação mensal do indicador permite verificar se o atingimento das metas será possível e, da mesma forma, avalia o desempenho da gestão.

A meta para 2012 era de 77% de modernização e operacionalidade, no entanto, face aos fatores já informados no item 2.3 acima, atingiu-se apenas 75%.

Em 2013, o indicador será dividido em dois, um para a modernização e outro para a disponibilidade (operacionalidade), com metas específicas a serem atingidas.

EM BRANCO

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.

3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula.

O controle interno no âmbito da UJ está à cargo da Secretaria de Controle Interno/MD, conforme descrito no Art. 6º do Decreto 7.364, de 23 de novembro de 2010.

3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.

O Quadro A.3.1, demonstra a percepção da unidade, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento de seus controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles.

Para esse fim consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU nº 63/2010.

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X

EM BRANCO

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

EM BRANCO

Análise Crítica: O Censipam a partir do ano de 2012 implantou o seu Planejamento Estratégico para o período de 2012/2023, com o objetivo de planejar ações com metas e indicadores de resultados.

No objetivo estratégico 05 projeta ações administrativas direcionadas:

a) A reestruturação administrativa e aprovação do Regimento Interno do Censipam;

b) O redesenho dos métodos e processos de trabalho com a criação de indicadores;

c) A capacitação dos servidores e a criação de fóruns de discussão para melhorias de processos e controles;

As avaliações e as orientações do órgão de controle interno do Ministério da Defesa têm proporcionado melhorias nos controles e nos procedimentos dos processos de trabalho, possibilitando ao Censipam o atingimento das metas previstas no Planejamento Estratégico.

Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade.

Conforme previsto no Art. 24 do Decreto 7.364, de 23 de novembro de 2010, cabe ao Departamento de Administração Interna – Deadi desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e respeitadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição, conduzindo as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares.

3.4 Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

Até o ano de 2011, o Censipam, estava subordinado à Casa Civil da Presidência da República, sendo atribuição daquele órgão o registro no CGUPAD. Portanto, pelo apurado, foi registrado o Processo n. 00012.000192/2007-08, referente o servidor de matrícula Siape n. 1352790, já exonerado, a partir de março de 2011. A partir do ano 2012, quando o Censipam passou a vinculação do Ministério da defesa, não houve instauração de nenhum processo administrativo disciplinar.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada.

EM BRANCO

Os quadros a seguir demonstram informações sobre os programas temáticos de governo constantes do PPA, bem como os Objetivos e Iniciativas de programa temático que estiveram sobre a responsabilidade da UJ no exercício 2012.

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

As informações sobre os programas temáticos de governo constantes do PPA que estiveram na responsabilidade da UJ no exercício de referência do relatório de gestão são apresentadas conforme se descrevem a seguir.

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2058			
Título	Política nacional de Defesa			
Órgão Responsável	Centro Operacional e Gestor do Sistema de proteção da Amazônia - Censipam			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	52.338.000	55.758.965	214.586.890	
b) Outras Fontes	0	0		
c) Subtotais (a + b)	52.338.000	55.758.965		
d) Valor Global Previsto no PPA	266.924.890			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
30.507.757	11.894.278	2.624.027	18.613.479	9.270.251
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0522	Implantar o sistema de cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.	Ministério da Defesa		
0533	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.	Ministério da Defesa		
Fonte: SIOP				

Análise crítica:

No ano 2012, diante das ações empreendidas, as metas previstas, bem como os resultados atingidos estão demonstrados abaixo:

Objetivo 0522

Cartografia Terrestre.

Meta do PPA: Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Meta do exercício: Editar 387 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Foram editadas, durante o ano de 2012, 94 ortoimagens, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este

EM BRANCO

produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

~~Meta do PPA: Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)~~

Meta do exercício: Processar 386 modelos digitais de superfície (MDS)

Foram processados no ano de 2012, 369 modelos digitais de superfície, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Meta do PPA: Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal

Meta do exercício: Elaborar 333 arquivos de estratificação vegetal

Foram elaborados, no ano de 2012, 369 arquivos de estratificação vegetal, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo exército brasileiro. A meta física foi superada em virtude do órgão executor possuir em seu quadro efetivo, servidores habilitados para a execução deste produto.

Meta do PPA: Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)

Meta do exercício: Processar 386 modelos digitais do terreno (MDT)

Foram processados no ano de 2012, 369 modelos digitais de terreno, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Meta do PPA: Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Meta do exercício: Processar 386 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Foram processados, no ano de 2012, 94 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Cartografia Náutica

Meta do PPA: Atualizar 74 cartas náuticas

Meta do exercício: Atualizar 20 cartas náuticas

Foi atingida a quantidade de 11 produtos dos 20 previstos. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Marinha do Brasil) informou a entrega de um único navio (aviso hidroceanográfico fluvial) dos 5 previstos no projeto. Conforme informações da Marinha, em 2013 serão entregues mais 3 navios (aviso hidroceanográfico fluvial), o que possibilitará um incremento na cumprimento das metas físicas planejadas para os próximos exercícios.

Cartografia Geológica

Meta do PPA: Produzir 433 cartas aerogeofísicas

Meta do exercício: Produzir 80 cartas aerogeofísicas

No ano de 2012 foram produzidas 13 cartas aerogeofísicas, sendo que a previsão de execução no exercício era de 80 cartas. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Serviço Geológico Brasileiro – CPRM) informou que o recurso financeiro foi descontinuado em 2012. Para os próximos exercícios, as metas físicas serão reduzidas e os prazos de entrega serão estendidos.

EM BRANCO

- Meta do PPA: Produzir 70 cartas geológicas
Meta do exercício: Produzir 12 cartas geológicas

No ano de 2012 foram produzidas 14 cartas geológicas das 12 previstas. A superação da meta foi decorrente da conclusão de levantamentos aerogeofísicos em 2011 e da utilização de recursos do PAC previstos para a CPRM.

Meta do PPA: Editar 606 cartas topográficas

Meta do exercício: Editar 16 cartas topográficas

No ano de 2012 não houve a produção de cartas topográficas tendo em vista que a etapa de reambulação está prevista para iniciar em 2013.

Objetivo 0533

Meta do PPA: Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.

Meta do exercício: Atingir 77% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.

O índice alcançado para o exercício foi de aproximadamente 75%. Embora tenha sido feita a modernização do sistema de telecomunicações, parte dos equipamentos apresentaram falhas devido a intempéries na região. Outro fator que também impactou nos resultados foi a dificuldade de contratação de empresa logística para posicionar os equipamentos na região amazônica.

Meta do PPA: Disponibilizar 1.000 antenas VSAT para atender aos órgãos e entidades parceiras.

Meta do exercício: Disponibilizar 250 antenas VSAT para atender aos órgãos e entidades parceiras.

Foram disponibilizadas aos órgãos parceiros 197 antenas VSAT, já com a nova tecnologia Gilat. 20% da meta atingida. A perspectiva de instalação para 2013 é de instalar o mesmo número de antenas, tendo em vista a contratação de empresa de transportes na região amazônica e a instituição de novas parcerias e convênios de logística.

Meta do PPA: Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE).

Meta do exercício: Monitorar semestralmente 35 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE).

Foi atingida a meta de 23.923.350 de hectares semestralmente, no programa de monitoramento do desmatamento de áreas especiais, restrito ao Programa Bolsa Verde e algumas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, além de levantamentos com a câmera ADS-80 na região metropolitana de Manaus e na Terra Indígena Kayabi. O monitoramento de áreas especiais com as aeronaves R-99 não foi realizado pelo fato das mesmas estarem em modernização.

Outro fator determinante para o não atingimento da meta prevista para o ano foi a redução do quadro de técnicos de sensoriamento remoto, de contrato temporário, que se desligaram do órgão. Existe a perspectiva de melhora de atingimento com o ingresso de servidores efetivos, nas áreas relacionadas a esta meta.

EM BRANCO

Meta do PPA e exercício: Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal

Foi alcançado o valor de aproximadamente 10.000 boletins meteorológicos, que representa 25,5% da meta prevista, com previsões meteorológicas, de curto, médio, e longo prazo. O não atingimento integral da meta decorre da mudança da tecnologia de transmissão de dados dos radares meteorológicos.

Complementarmente, as dificuldades já relatadas para o não atingimento integral da meta, cabe ainda tecer as seguintes considerações;

Cartografia Terrestre

O Exército Brasileiro informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam os produtos cartográficos no exercício 2012. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas sejam alcançadas.

Cartografia Náutica

A Marinha relatou que o atraso na entrega dos quatro navios previstos e a necessidade de mobilização de recursos humanos para tratamento, análise e elaboração de produtos cartográficos, foram as maiores dificuldades em 2012. Isto indica que solucionados estes problemas em 2013 haverá o incremento de entregas. Nos próximos exercícios.

Cartografia Geológica

O Serviço Geológico informou que a descontinuidade de repasse de recursos financeiros foi a maior dificuldade em 2012. Para os próximos exercícios, as metas físicas serão reduzidas e os prazos de entrega serão estendidos.

Restos a Pagar

No que se refere aos objetivos, os limites financeiros estabelecidos se mostraram plenos em relação aos recursos orçamentários recebidos. Os valores inscritos em Restos a Pagar devem-se exclusivamente ao fluxo de liquidação das obrigações.

O Projeto Cartografia da Amazônia iniciado em fevereiro de 2008 vem obtendo um grande êxito em sua execução. Coordenado pelo Censipam e tendo como Órgãos Executores o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e o Ministério de Minas e Energia, por meio do CPRM (Serviço Geológico do Brasil) o Projeto tem como objeto a elaboração das cartografias terrestres, geológicas e náuticas dos 35% da região Amazônica sem informações na escala 1:100.000.

A proposta é acabar com o vazio cartográfico em uma área de 1,8 milhão de quilômetros, contribuindo para desenvolvimento econômico, social e na proteção da região amazônica. Este espaço denominado vazio cartográfico encontra-se distribuído nos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Mato Grosso e parte do Acre, Maranhão e Roraima.

Os produtos cartográficos, elaborados a partir desse Projeto, irão auxiliar no planejamento e execução de outros projetos tais como a construção de rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas, além de contribuir para a demarcação de áreas de assentamentos, terras indígenas, áreas de mineração, agronegócio e na elaboração e apoio ao zoneamento ecológico, econômico e ordenamento territorial, a segurança territorial, ao escoamento da produção e ao desenvolvimento regional.

EM BRANCO

As informações ajudarão no conhecimento da Amazônia Brasileira e na geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras.

Nesse contexto, o Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal agrega os produtos cartográficos dos parceiros e do Censipam na mesma base de dados, trazendo a cartografia topográfica, náutica e geológica como insumos para a cartografia temática para aplicação e planejamento de políticas públicas territoriais.

O Exército Brasileiro alcançou em 2011 a quase totalidade dos levantamentos aéreos com radar banda P e X da área de 1.142.000 km², insumo necessário para a elaboração de modelos numéricos de elevação bem como das cartas topográficas na escala 1:100.000 sob sua responsabilidade. E a Cartografia Geológica concluiu os levantamentos aerogeofísicos. Com isso, em 2012 verificou-se o incremento na entrega de produtos da cartografia terrestre e geológica.

Em 2011, a Força Aérea Brasileira realizou a substituição do sistema de gravação de dados das 3 aeronaves R99, iniciou a modernização do software *Ground Sar Processor* (GSP), aquisição de software de processamento de imagens e adquiriu a máquina digital aerofotogramétrica ADS-80.

A revitalização das aeronaves R99 e a entrada em operação das Aeronaves R35A com o sensor ADS80 foram concluídas em 2012 e possibilitarão o início aos levantamentos da área de não floresta do vazio cartográfico terrestre em 2013, em conjunto com o Exército.

A Marinha do Brasil iniciou a construção de 4 Avisos Hidrográficos previstos e fechou o contrato para construção do Navio Hidroceanográfico em 2011. Em 2012, iniciaram os trabalhos de coleta de dados com a incorporação do primeiro Aviso Hidroceanográfico Fluvial.

Em 2012 os Órgãos Executores tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos realizados pela cartografia terrestre, náutica e geológica, durante as reuniões ordinárias da Comissão de Coordenação do Projeto, o que permitiu ampliar os conhecimentos e aprimorar a integração de recursos para o atingimento do objeto do Projeto.

Nesse sentido, os produtos elaborados e entregues em 2011 e 2012 serão apresentados no 1º Fórum da Cartografia da Amazônia, em 2013, pelo Censipam e Órgãos Executores, com objetivo de diagnosticar as diversas aplicações em proveito dos órgãos federais, estaduais e municipais com atuação na região. Serão convidados representantes de aproximadamente 150 órgãos nacionais e 8 representantes de países vizinhos.

Em 2013 haverá o incremento de entrega de produtos cartográficos terrestres e náuticos, haja vista a previsão de início dos trabalhos de reambulação e sensoriamento das áreas de não floresta e a entrega de três Avisos Hidroceanográficos Fluviais, respectivamente. Da mesma forma, terá início o levantamento de campo, com base dos produtos geofísicos elaborados em 2012, para elaboração final dos produtos geológicos.

Em decorrência das dificuldades orçamentárias para cumprimento do objeto nos exercícios 2011 e 2012, haverá necessidade de aditvação do Acordo de Cooperação, com revisão de metas, prazos e valores originalmente previstos.

EM BRANCO

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0522				
Descrição		Implantar o sistema de cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.				
Programa		Política Nacional de Defesa				
Órgão Responsável		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000.000	23.832.000	22.897.878	7.529.404	462.342	15.368.474	7.067.062
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	unidade	387	94	7.355.100	7.331.393
2	Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)	unidade	386	369		
3	Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal	unidade	333	369		
4	Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)	unidade	386	369		
5	Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	unidade	386	94	11.157.773	11.155.014
6	Atualizar 74 cartas náuticas	unidade	20	11		
7	Produzir 433 cartas aerogeofísicas	unidade	80	13	0	0
8	Produzir 70 cartas geológicas	unidade	12	14	0	0
9	Editar e imprimir 606 cartas topográficas	unidade	16	0	0	0
10	Executar o imageamento de 731,046 Km ² em áreas de floresta e não-floresta	Km ²	0	0	5.319.127	4.411.471
Identificação do Objetivo						
Código		0533				
Descrição		Modernizar o sistema de proteção da Amazônia – Sipam, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.				
Programa		Política Nacional de Defesa				
Órgão Responsável		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.338.000	31.926.965	7.609.879	4.364.875	2.161.685	3.245.005	2.203.189
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (PPA)	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.	%	90	75	31.926.965	7.609.879
2	Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras	unidades	250	197		
3	Emitir anualmente 300 Relatórios de Inteligência	unidades	300	320		
4	Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)	unidades	200	238		
5	Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)	unidades	33	0		
6	Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km ² de glebas públicas	Km ²	5.640.000	0		

EM BRANCO

	federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)				
7	Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)	Ha	35.000.000	23.923.350	
8	Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	unidades	39.312	10.000	
					31.926.965
					7.609.879

Fonte: SIOP e Planejamento Interno

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	01ZK					
Descrição	Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento da Amazônia Legal					
Objetivo	Implantar o sistema de cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa / Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000.000	23.832.000	22.897.878	7.529.404	462.342	15.368.474	7.067.062
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	unidade	387	94	7.355.100	7.331.393
2	Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)	unidade	386	369		
3	Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal	unidade	333	369		
4	Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)	unidade	386	369		
5	Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	unidade	386	94		
6	Atualizar 74 cartas náuticas	unidade	20	11	11.157.773	11.155.014
7	Produzir 433 cartas aerogeofísicas	unidade	80	13	0	0
8	Produzir 70 cartas geológicas	unidade	12	14	0	0
9	Editar e imprimir 606 cartas topográficas	unidade	16	0	0	0
10	Executar o imageamento de 731.046 Km ² em áreas de floresta e não-floresta	Km ²	0	0	5.319.127	4.411.471
Identificação da Iniciativa						
Código	020H					
Descrição	Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal					
Objetivo	0533 – Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa / Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.338.000	31.926.965	7.609.879	4.364.875	2.161.685	3.245.005	2.203.189
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Attingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.	%	90	75	31.926.965	7.609.879

EM BRANCO

2	Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras	unidades	250	197		
3	Emitir anualmente 300 Relatórios de Inteligência	unidades	300	320		
4	Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)	unidades	200	238		
5	Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)	unidades	33	0		
6	Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km ² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)	Km ²	5.640.000	0		
7	Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)	Ha	35.000.000	23.923.350		
8	Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	unidades	39.312	10.000		
					31.926.965	7.609.879
Fonte: SIOP						

Análise crítica:

A análise crítica discorrerá sobre as informações prestadas nos Quadros A.4.2 e A.4.3, acima, tendo em vista que os dados expostos estão diretamente relacionados.

O Censipam, em seu Planejamento Orçamentário possui 2 (Dois) Objetivos, a saber 0522 e 0533 tendo (duas) Iniciativas relacionadas, quais sejam, 012K e 020H.

Objetivo: 0522

Iniciativa: 01ZK

Ordem: 1

Meta: Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Foram editadas, durante o ano de 2012, 94 ortoimagens, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançados.

Ordem: 2

Meta: Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)

Foram processados no ano de 2012, 369 modelos digitais de superfície, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançados.

Ordem: 3

Meta: Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal

EM BRANCO

Foram elaborados, no ano de 2012, 369 arquivos de estratificação vegetal, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo exército brasileiro. A meta física foi superada DM virtude do órgão executor possuir em seu quadro efetivo, servidores habilitados para a execução deste produto.

Ordem: 4

Meta: Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)

Foram processados no ano de 2012, 369 modelos digitais de terreno, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançados.

Ordem: 5

Meta: Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Foram processados, no ano de 2012, 94 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética, utilizando *shapefiles* encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançados.

Ordem: 6

Meta: Atualizar 74 cartas náuticas

Foi atingida a quantidade de 11 produtos dos 20 previstos. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Marinha do Brasil) informou a entrega de um único navio, (aviso hidroceanoográfico fluvial) dos 5 previstos no projeto. Conforme informações da Marinha, em 2013 serão entregues mais 3 navios (aviso hidroceanoográfico fluvial), o que possibilitará um incremento na cumprimento das metas físicas planejadas para os próximos exercícios.

Ordem: 7

Meta: Produzir 433 cartas aerogeofísicas

No ano de 2012 foram produzidas 13 cartas aerogeofísicas, sendo que a previsão de execução no exercício era de 80 cartas. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Serviço Geológico Brasileiro – CPRM) informou que o recurso financeiro foi descontinuado em 2012. Para os próximos exercícios, as metas físicas serão reduzidas e os prazos de entrega serão estendidos.

Ordem: 8

Meta: Produzir 70 cartas geológicas

No ano de 2012 foram produzidas 14 cartas geológicas das 12 previstas. A superação da meta foi decorrente da conclusão de levantamentos aerogeofísicos em 2011 e da utilização de recursos do PAC previstos para a CPRM.

Ordem: 9

Meta: Editar e imprimir 606 cartas topográficas

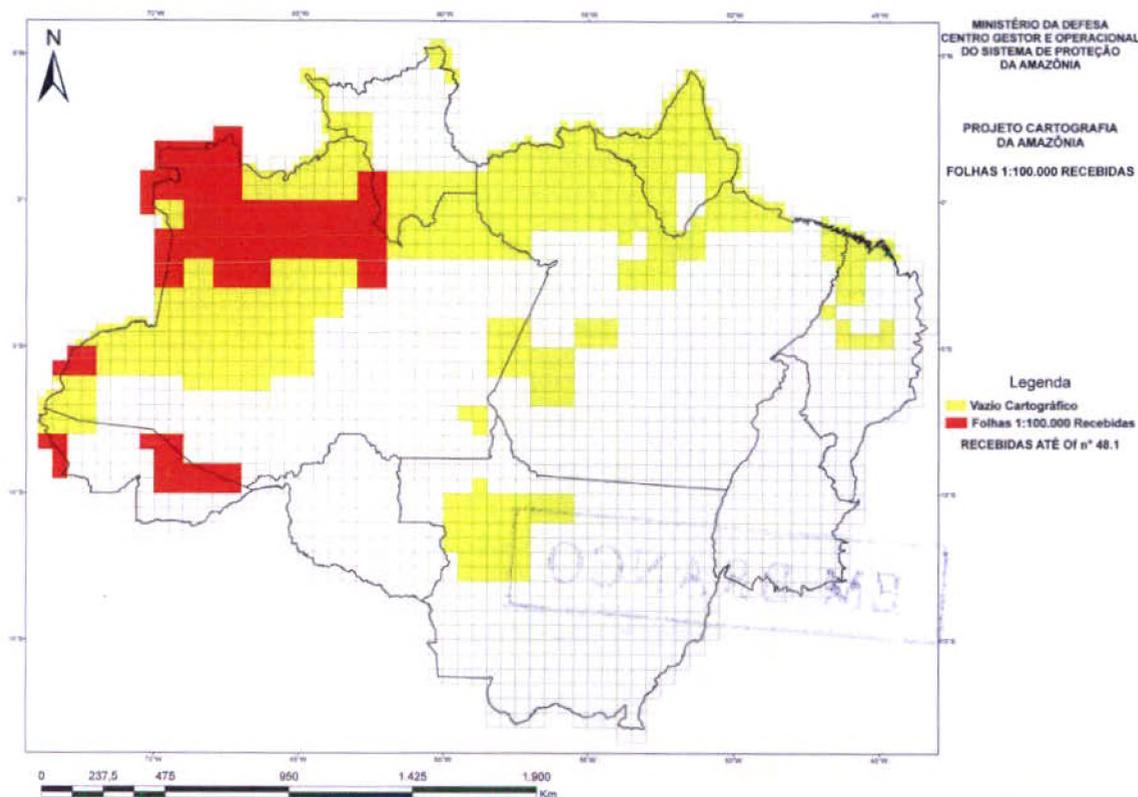
No ano de 2012 não foi possível o início dos trabalhos, haja vista que o processo de reambulação em campo terá início em 2013.

EM BRANCO

Ordem: 10

Meta: Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta.

No ano de 2012 não foi dado início ao imageamento das áreas de floresta e não floresta, haja vista que, deste total 160.000 Km² de área de não floresta serão realizados em 2013 pela Aeronáutica e entregues ao Exército. O restante (571.000 Km²), diagnosticado como área de floresta, deverá ser realizado pelo Exército Brasileiro em 2014. Originalmente existia a previsão de que toda esta área era de não floresta, cabendo à Aeronáutica o seu levantamento. Os recursos, conforme previsão no Acordo de Cooperação Técnica 003/2008, foram utilizados para a repotencialização das aeronaves R99, que farão os levantamentos em 2013.



Cartografia Terrestre

EM BRANCO

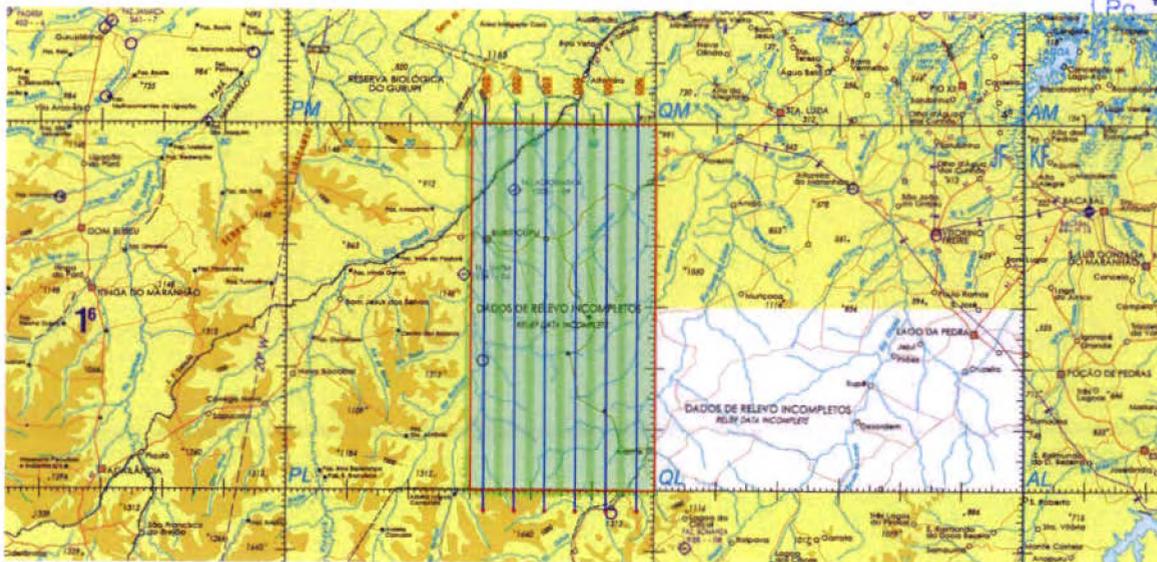
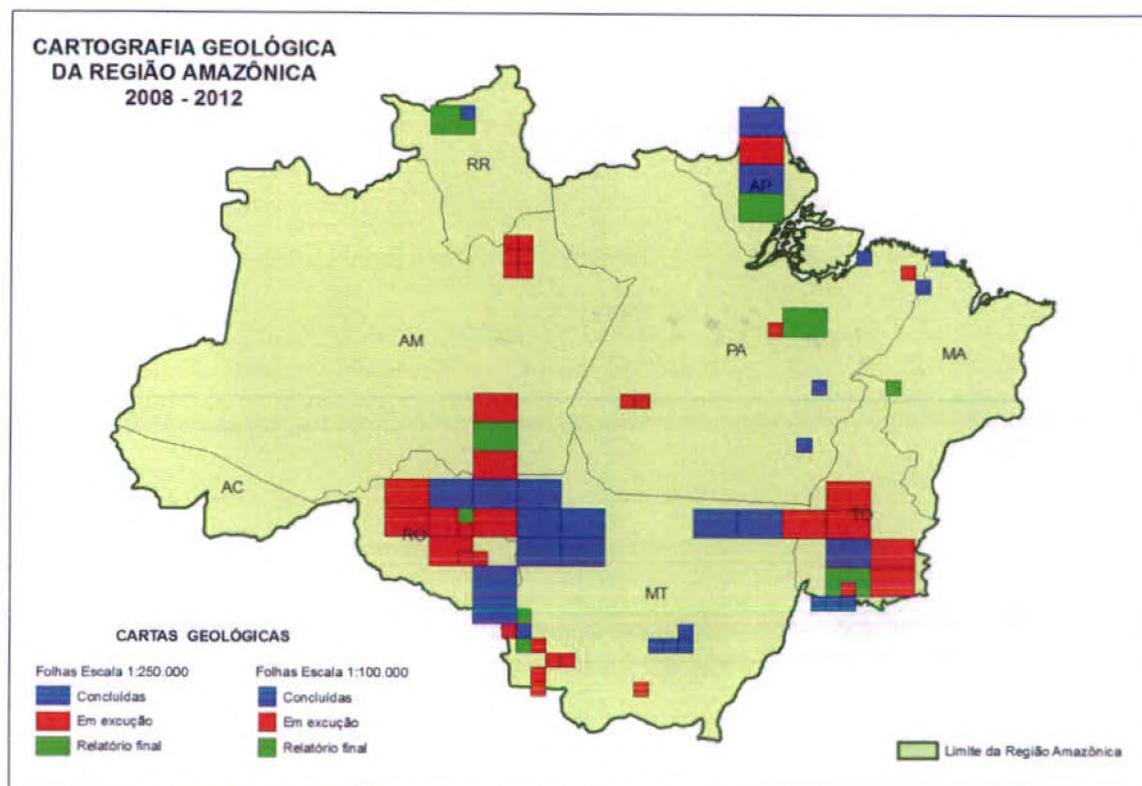
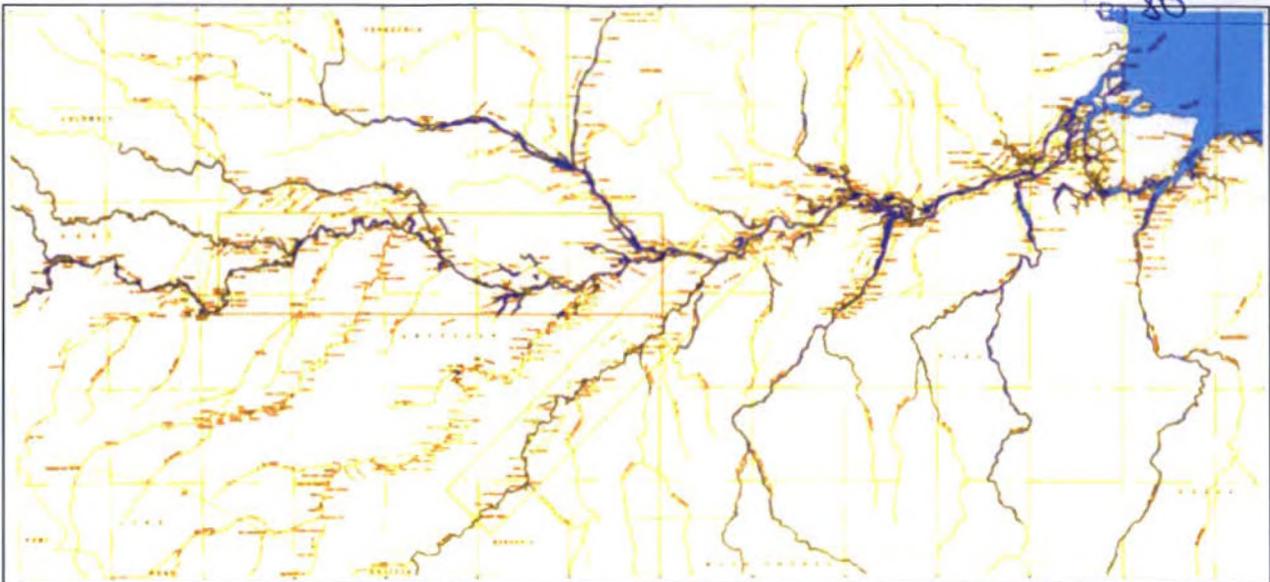


Imagem teste para levantamento da FAB



Cartografia Geológica

EM BRANCO



Produtos Náuticos

Objetivo: 0533

Iniciativa: 020H

Neste Objetivo/Iniciativa cabe ressaltar que a importância de R\$13.231.965,00, previsto no Orçamento aprovado, refere-se a recursos do Fundo da Amazônia, com a interveniência do BNDES. Embora tenha sido aprovado no orçamento, o instrumento de repasse não foi formalizado entre as partes, e conseqüentemente o valor previsto não foi executado. Existe a previsão de sua análise final e assinatura do Termo de repasse em 2013.

Ainda nessa Iniciativa, houve a previsão orçamentária de R\$ 4.000.000,00, para elaboração do projeto de Construção do Edifício Sede do Censipam, contudo no ano 2012 não foi possível a realização do processo licitatório de contratação. Há previsão de execução desta etapa no exercício de 2013.

No ano de 2012 não foi possível concluir o processo licitatório para aquisição de equipamentos de informática de grande porte (*storage*), previsto no PDTIC e Planejamento Estratégico da Instituição. A aquisição desses equipamentos estava estimada em R\$4.000.000,00.

Ordem: 1

Meta: Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.

Informação: O índice alcançado para o exercício foi de aproximadamente 75%. Embora tenha sido feita a modernização do sistema de telecomunicações, parte dos equipamentos apresentaram falhas devido a intempéries na região. Outro fator que também impactou nos resultados foi a dificuldade de contratação de empresa logística para posicionar os equipamentos na região amazônica.

Quantidade alcançada: 75%

Ordem: 2

Meta: Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (*Very Small Aperture Terminal*) para atender aos órgãos e entidades parceiras.

Informação: Análise Situacional da Meta: Foram disponibilizadas aos órgãos parceiros 197 antenas VSAT, já com a nova tecnologia Gilat. 20% da meta atingida. A perspectiva de instalação para 2013 é de instalar o mesmo número de antenas, tendo em vista a contratação de empresa de transportes na região amazônica e a instituição de novas parcerias e convênios de logística.

Quantidade alcançada: 197

EM BRANCO

Ordem: 3

Meta: Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades), para o quadriênio 2012/2015.

Informação: Em razão da restrição do volume de recurso para despesas com diárias e passagens, o qual possibilitaria a movimentação de técnicos na região amazônica para capacitação *in loco*. O Censipam encaminhará proposta para o redimensionamento da meta, reduzindo para 800 técnicos no período do PPA (2012-2015). No ano de 2012 foram capacitados 238 técnicos do Censipam superando em 19% a meta anual de 200 capacitações.

Quantidade alcançada: 238

Ordem: 4

Meta: Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência.

Informação: Foram emitidos 320 relatórios em geral na área de inteligência. Ressalvando que no período houve uma mudança na doutrina em função das modificações quanto ao sigilo, determinadas pela Lei nº 12.527 de novembro 2011 – Lei de Acesso a Informação (LAI).

Quantidade alcançada: 320.

Ordem: 5

Meta: Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades).

Informação: Durante o ano de 2012 não foram implementados novos telecentros. Já foram disponibilizadas 20 antenas de comunicação VSAT com o objetivo de conectar à internet os computadores. 53 telecentros estão aptos, mas ainda não estão operacionais, sendo que, até o primeiro semestre de 2013, eles estarão em funcionamento.

Quantidade alcançada: 0

Ordem: 6

Meta: Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal).

Informação: No ano de 2012 não foi dado início ao monitoramento de terras públicas federais do programa Terra Legal. O principal motivo foi a dificuldade comprar imagens de satélites, dado que, antes da transição da Presidência da República para o Ministério da Defesa, era permitida a adesão a ata de registro de preços, processo pelo qual tramitava a compra das imagens. Como não foi encontrada a mesma facilidade no Ministério da Defesa, foi iniciado novo procedimento licitatório.

Quantidade alcançada: 0

Ordem: 7

Meta: Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE).

Informação: A meta de 150 milhões para ser atingida no final do PPA, para o exercício a meta era de 35 milhões. O programa de monitoramento do desmatamento de áreas especiais, restrito ao Programa Bolsa Verde e algumas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, além de levantamentos com a câmera ADS-80 na região metropolitana de Manaus e na Terra Indígena Kayabi. O monitoramento de áreas especiais com as aeronaves R-99 não foi realizado pelo fato das mesmas estarem em modernização. Outro fator determinante para o não atingimento da meta prevista para o ano foi a redução do quadro de técnicos de sensoriamento remoto, de contrato temporário, que se desligaram do órgão. Existe a perspectiva de melhora de atingimento com o ingresso de servidores efetivos, nas áreas relacionadas a esta meta.

Quantidade alcançada: 23.923.350 de hectares semestralmente,

EM BRANCO

Ordem: 8

Meta: Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal

Informação: Foi alcançado o valor de aproximadamente 10.000 boletins meteorológicos, que representa 25,5% da meta prevista, com previsões meteorológicas, de curto, médio, e longo prazo. O não atingimento integral da meta decorre da mudança da tecnologia de transmissão de dados dos radares meteorológicos.

Quantidade alcançada: 10.000

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		8110				
Descrição		Levantamento de Dados Territoriais na Amazônia Legal				
Iniciativa		020H - Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal				
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
Unidade Orçamentária		52101 - Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.338.000	14.231.965	915.988	0	0	915.988	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km ² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)	Km ²	5.640.000	0	14.231.965	915.988
02	Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)	Ha	35.000.000	23.923.350		
03	Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	unidades	39.312	10.000		
Identificação da Ação						
Código		20AY				
Descrição		Sistema de Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores				
Iniciativa		020H - Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal				
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
Unidade Orçamentária		52101 - Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000	11.495.000	5.384.126	3.598.434	2.161.685	1.785.692	1.436.749
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal	%	90	75	11.495.000	5.384.126
02	Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras	unidades	250	197		

EM BRANCO

Identificação da Ação							
Código		6808					
Descrição		Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência					
Iniciativa		020H - Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal					
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
Unidade Orçamentária		52101 - Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.000.000	1.200.000	1.128.466	681.915	0	446.551	681.915	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	de	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Emitir anualmente 300 Relatórios de Inteligência.	unidades		300	320	1.200.000	1.128.466
Identificação da Ação							
Código		13F9					
Descrição		Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam					
Iniciativa		020H - Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal					
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
Unidade Orçamentária		52101 - Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
5.000.000	4.000.000	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	de	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Construção do edifício sede do Censipam	%		8	0	4.000.000	0
Identificação da Ação							
Código		4091					
Descrição		Capacitação de Recursos Humanos					
Iniciativa		020H - Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal					
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
Unidade Orçamentária		52101 - Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.000.000	1.000.000	181.390	84.526	0	96.864	84.526	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	de	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitar os Recursos Humanos do órgão	unidades		200	238	1.000.000	181.390
Identificação da Ação							
Código		20T8					
Descrição		Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal					
Iniciativa		01ZK - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal					
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
Unidade Orçamentária		52101 - Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
23.832.000	23.832.000	22.897.878	7.529.404	462.342	15.368.474	7.067.062	
Metas do Exercício Para a Ação							
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	de	Meta Física		Meta Financeira	

EM BRANCO

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	unidade	387	94	7.355.100	7.331.393
2	Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)	unidade	386	369		
3	Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal	unidade	333	369		
4	Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)	unidade	386	369		
5	Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	unidade	386	94		
6	Atualizar 74 cartas náuticas	unidade	20	11	11.157.773	11.155.014
7	Produzir 433 cartas aerogeofísicas	unidade	80	13	0	0
8	Produzir 70 cartas geológicas	unidade	12	14		
9	Editar e imprimir 606 cartas topográficas	unidade	16	0		
10	Executar o imageamento de 731.046 Km ² em áreas de floresta e não-floresta	Km ²	0	0	5.319.127	4.411.471
					23.832.000	22.897.878
Fonte: SIOF						

Análise crítica:

Ação 20T8 – Sistema de cartografia para a Amazônia Legal

Em 2012 foram entregues 1.333 produtos cartográficos dos 2.006 previstos no exercício, com destaque para cartografia terrestre, haja vista a dificuldade orçamentária para apoio aos levantamentos geológicos e a prontificação dos três avisos hidroceanográfico fluviais previstos. A cartografia Náutica apresentou 11 atualizações cartográficas das 20 previstas para serem entregues.

Com o atraso nas cartografias náutica e geológica, espera-se que a previsão de entrega dos 9470 produtos cartográficos até 2015, sofra um atraso de 20 meses, no entanto o percentual de entregas irá aumentar em 2013 e 2014, haja vista a intensificação do processamento de imagens da cartografia terrestre do início da coleta de imagens da área de não floresta pela FAB, além da entrega dos três avisos hidroceanográficos para Marinha e do início do levantamento geológico, a partir dos levantamentos geofísicos concluídos.

Repercussões Financeiras:

Foram autorizados na LOA 2012, incluindo ajustes internos, R\$ 23.832.000,00, dos quais foram repassados às três Forças o valor de R\$ 22.910,723,00. O Serviço Geológico Brasileiro não recebeu recursos orçamentários em 2012. O crédito autorizado na LOA representa 47,32 % da necessidade do projeto informadas na PLOA, cujo valor foi de R\$ 45.239.900,00.

Conclui-se que em 2013, haverá o incremento de entrega de produtos cartográficos terrestres e náuticos, haja vista a previsão de início dos trabalhos de reambulação e sensoriamento das áreas de não floresta e a entrega de três Avisos Hidroceanográficos Fluviais, respectivamente. Da mesma forma, terá início o levantamento de campo para o levantamento geológico, com base nos produtos geofísicos elaborados.

Ação 8110 – Sensoriamento Remoto

Resultados da Meta 1: O monitoramento do programa de monitoramento do desmatamento de áreas especiais foi restrito ao Programa Bolsa Verde e algumas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, num total de 476.467 km². Foram realizados levantamentos com a câmera ADS-80 na região metropolitana de Manaus e na Terra Indígena Kayabi, somando cerca de 2.000 km². O monitoramento de áreas especiais com as aeronaves R-99 não foi realizado pelo fato das mesmas estarem em modernização.

EM BRANCO

Resultados da Meta 2: Não houve monitoramento de terras pelo fato do acordo de cooperação técnica entre o Censipam e o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA expirou e não foi renovado.

Resultados da Meta 3: No ano de 2012 foram elaboradas aproximadamente 10.000 boletins meteorológicos, com previsões de curto, médio, e longo prazos. 25,5% da meta atingida. Este fato foi decorrente do não atendimento a um grupo de municípios previstos, devido principalmente a diminuição de técnicos dedicados a essa atividade nas Divisões de Meteorologia

Repercussões Financeiras:

Dotação orçamentária total: R\$ 14.231.965,00 distribuídos em duas parcelas:

- a) R\$13.231.965,00 do BNDES/Fundo Amazônia, que embora aprovado na LOA/2012, não foram executados, tendo em vista que o projeto uma vez submetido ao Fundo Amazônia não foi apreciado, à tempo, pelo BNDES, gestor do recurso. Existe a previsão de sua análise final e assinatura do Termo de repasse em 2013.
- b) R\$ 1.000.000,00 , tendo sido empenhado R\$ 915.897,81 destinados a aquisição de imagens de satélites, objeto do Processo nº 60090.000765/2011-71.

Ação 20AY – Sistema de Telecomunicações, críticas, Telecomunicações, Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores

O desempenho abaixo do previsto na execução das ações, e conseqüentemente dos recursos, deveu-se ao atraso na elaboração dos termos de referência e projetos básicos, decorrentes dos seguintes fatores:

O Censipam realizou o seu planejamento estratégico em 2012, com a elaboração do plano de ação de 2012 apenas no mês de Junho, o que encurtou o tempo disponível para elaboração de projetos e encaminhamento de processos de contratação.

O quadro de pessoal na área técnica para elaboração de tais projetos e instrução processual encontra-se em nível crítico, sendo o pessoal remanescente dedicado principalmente a manter os serviços essenciais. O quadro técnico teve redução de 80% ao longo de 4(quatro) anos, principalmente pela saída do pessoal temporário, perda de gratificações e dificuldade em requisitar servidores de outros órgãos.

No exercício de 2012, os índices esperados e atingidos expressam-se a seguir:

Índice de operacionalidade esperado para 2012: 77%

Índice de operacionalidade atingido em 2012: 75%

Quantidade de instalações de VSAT esperada em 2012: 250

Quantidade de instalações de VSAT atingida em 2012: 197

O índice de operacionalidade do sistema de telecomunicações esperado para 2012 não foi atingido principalmente pela não conclusão dos investimentos e contratações planejados, com impacto em todas as áreas do Censipam e principalmente no indicador referente a ação 20AY.

As ações não realizadas ou realizadas parcialmente foram adiadas para 2013.

No exercício financeiro de 2012, não houve contingenciamento orçamentário, nesta Ação e a Inscrição em Restos a Pagar não influenciou a execução das ações, pois o impacto na execução foi causado pelos fatores listados anteriormente.

A finalidade da Ação é garantir o funcionamento da rede própria de telecomunicações críticas na Amazônia, atualmente disponibilizada a diversos órgãos parceiros do Sipam, dos três poderes das esferas federal, estadual e municipal, populações indígenas e comunidades isoladas, além de

EM BRANCO

propiciar a evolução do perfil do parque tecnológico do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), com vistas a atender à geração e integração de informações sobre a Amazônia, possibilitando assim um melhor planejamento, articulação e coordenação das ações de governo na região.

A ação foi executada de forma direta, garantindo os canais de comunicações existentes, essenciais e críticos para o funcionamento da rede, a infraestrutura central de comunicação do Censipam, com a mobilização de equipes de campo próprias e de parceiros para garantir a operacionalidade dos terminais de acesso à comunicação via satélite e sensores instalados em toda a Amazônia Legal, além da aquisição de equipamentos e contratação de serviços para a evolução da base de dados e dos sistemas de telecomunicações e TI (hardware e software) por meio de contratos, convênios ou outros instrumentos de cooperação, com instituições públicas e/ou privadas com atuação e interesse na Amazônia Legal.

A meta física era atingir 77% de operacionalidade dos terminais de acesso à comunicação via satélite, instalados na Amazônia Legal, contudo, foi atingido 75 % da meta.

Outra meta física era a de disponibilizar 1.000 antenas VSAT, até o ano de 2015, para atender aos órgãos e entidades parceiras, com meta física para o ano de 2012 de disponibilizar 250 antenas, tendo sido realizada a instalação de 197.

Ação 6808 – Monitoramento Territorial de Ações de Inteligência

Foram emitidos 320 relatórios em geral na área de inteligência. Ressalvando que no período houve uma mudança na doutrina em função das modificações quanto ao sigilo, determinadas pela Lei nº 12.527 de novembro 2011 – Lei de Acesso a Informação (LAI).

Repercussões Financeiras

Foi autorizada na LOA 2012, a importância de R\$ 1.000.000,00, tendo havido uma suplementação de R\$ 200.000,00, por remanejamento interno, tendo os recursos sido utilizados na manutenção dos links de comunicação intercentros, internet e comunicações.

Em virtude dos limites para execução de diárias e passagens, não foi possível cumprir algumas das metas acordadas, assim como algumas das missões previstas no Planejamento Estratégico, ficando inclusive sem ser empregado o valor de R\$ 71.533,79 (setenta e um mil quinhentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos).

Em função da restrição nos gastos com diárias e passagens, algumas missões da área de inteligência foram custeadas com recursos de órgão parceiros (IBAMA e FUNAI).

Ação 13F9 - Construção do Edifício-Sede do CENSIPAM

O Planejamento Estratégico 2012-2023 previa em seu Objetivo Estratégico 05 - Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura, Ação Estratégica 5.5 Manter, ampliar e modernizar a infraestrutura predial e Meta / Etapa 5.5.8 Construção do Edifício Administrativo, com previsão de conclusão da etapa referente a contratação de empresa para elaboração de projetos em 05.10.2012.

A conclusão da etapa prevista, para o ano, ficou comprometida, devido à ausência de servidores para a conclusão do processo no prazo previsto, sendo possível o encaminhamento do processo para licitação, somente em Novembro de 2012. Portanto, não houve prazo suficiente para realização do processo licitatório e conseqüentemente a contratação da empresa para elaboração do projeto.

Ainda sobre o tema, existe a previsão de desenvolvimento dessa etapa no exercício financeiro de 2013, sendo que os cronogramas serão atualizados de forma a minimizar os efeitos futuros que poderiam ser ocasionados pelo atraso.

Repercussões Financeiras:

EM BRANCO

Foi autorizada na LOA 2012, a importância de R\$ 4.000.000,00, não executado, conforme já explicitado, anteriormente.

Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

A ação orçamentária 4091 – Capacitação de Recursos Humanos – possibilita a qualificação de servidores e demais agentes vinculados ao órgão, através da participação em cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficiência.

Durante o exercício de 2012 foram capacitados 238 servidores, sendo 105 servidores do Centro de Coordenação Geral-CCG; 66 do Centro Regional de Belém; 46 do CR-Manaus e 21 do CR-Porto Velho. Foram realizados mais de quarenta cursos, a um custo de aproximadamente de R\$ 181.390,00. A LOA 2012 previu o valor de R\$ 1.000.000,00 para as despesas da Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos. Com o contingenciamento no Orçamento Anual 2012 do Censipam foi disponibilizada para esta ação o valor de R\$ 250.000,00. A meta prevista era capacitar 200 servidores, todavia, a meta foi ultrapassada em 19%, sobretudo em razão de medidas adotadas para baixar os custos como a utilização das salas de treinamento nas dependências do Censipam e contratação *In Company*.

Apesar do valor da despesa realizada ter sido inferior ao valor previsto, o Censipam promoveu eventos de grande relevância, na área administrativa, operacional e técnica, contribuindo para procedimentos operacionais relativos ao planejamento, desenvolvimento e capacitação de pessoas, visando à melhoria contínua da gestão dos processos de trabalho no âmbito do Centro-Gestor e Centros Regionais.

Diante dos diversos cursos realizados no exercício de 2012, alguns se destacaram, pois possibilitaram através da qualificação dos servidores o atingimento de objetivos estratégicos previstos no Planejamento Estratégico do Censipam, tais como: Participação de técnicos no Congresso Latino-Americano de Satélites; Curso de Contratação de consultoria para Minистраção de Oficina de Trabalho – Empreendedorismo na Região Amazônica, Educação a Distância e Ferramentas áudios-visuais para a produção e divulgação de conteúdos em ambiente Internet na Região Amazônica e o Curso de Gestão de Competências nas Organizações Públicas.

Ainda dentro da programação de 2012, foi realizado o curso *In Company* de Gestão e Fiscalização de Contratos, com o objetivo de capacitar os servidores para o exercício da fiscalização dos Contratos na Administração Pública, no âmbito de exigência das normas jurídicas dos art. 67 da Lei nº 8.666/93 e art. 6º do Decreto nº 2.271/97, a fim de prepará-los para a gestão dos contratos, para o planejamento das compras e demais fases do processo licitatório.

Considerando as medidas adotadas para melhor aproveitamento do recurso, após as prioridades estabelecidas pelas áreas, conclui-se que a meta “Capacitação de Recursos Humanos” prevista no Planejamento Estratégico do Censipam no exercício 2012 não só foi alcançada, como também superada, tendo em vista que a realização de cursos ou participação em congressos/seminários específicos para áreas de atuação dos servidores proporcionou a qualificação dos servidores para possibilitar o melhor desempenho das atribuições do cargo e, conseqüentemente uma melhor prestação do serviço.

Repercussões Financeiras:

Foi autorizada na LOA 2012, a importância de R\$ 1.000.000,00, que após o contingenciamento atingiu o valor de R\$ 250.000,00, tendo sido executado R\$ 181.390,00 conforme já explicitado, anteriormente.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

EM BRANCO

As informações sobre os programas de governo de gestão, manutenção e serviços ao estado constantes do PPA que estiveram na responsabilidade da UJ no exercício de referência do relatório de gestão deverão são apresentadas conforme se descrevem nos quadros a seguir.

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo							
Código Programa		2108					
Título		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa					
Órgão Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
20.392.000	19.403.000	15.073.688	10.251.802	47.664	4.821.887	10.204.137	
Fonte: SIOF							

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		20T5				
Descrição		Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
Unidade Responsável		Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
Unidade Orçamentária		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.392.000	19.403.000	15.073.688	10.251.802	47.664	4.821.887	10.204.137
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Funcionamento e Manutenção do Censipam	Centro Mantido	4	4	19.403.000	15.073.688
Fonte: SIOF						

Análise crítica:

Ação 20T5 - Funcionamento e Manutenção do CENSIPAM

Em que pese o fato de que os valores liquidados tenham atingido a cifra de R\$ 10.251.801,58, cumpre-nos destacar que no presente exercício foram empenhados recursos da ordem de R\$ 15.073.688,39, os quais se considerados como valores realizados, resultariam em uma execução financeira de 77,7%.

Adicionalmente, dentre as razões que podem ser especialmente destacadas para o atraso e/ou o não cumprimento integral do planejamento aprovado estão a ocorrência de alguns lotes desertos quando da realização de certames licitatórios, bem como a impossibilidade de contratação de empresa, por meio do sistema de registro de preços, para a realização de reformas nos Centros Regionais, ainda no mês de dezembro/2012, em decorrência de pendências fiscais apresentadas pelas empresas vencedoras.

Cabe ressaltar que dentre os projetos previstos, destacam-se a aquisição de coberturas para as vagas de estacionamentos dos Centros Regionais em Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO; a realização dos serviços de manutenção predial dos Centros, que embora ainda não tenham sido

EM BRANCO

realizados em sua totalidade, foram executados grande parte desses gerando maior conforto e segurança aos servidores, colaboradores e usuários que utilizam as edificações; além da manutenção dos contratos continuados e as devidas repactuações.

Repercussões Financeiras:

Foi autorizada na LOA 2012, a importância de R\$ 19.403.000,00, tendo sido executado R\$ 15.073.688, conforme já explicitado, anteriormente.

4.2 Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira.

a) Identificação das Unidades Orçamentária da UJ;

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Defesa	52101	110407

b) Programação Orçamentária das Despesas Correntes de Capital;

O Quadro abaixo, denominado **Programação de Despesas Correntes**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais; 2 – Juros e Encargos da Dívida; 3 – Outras Despesas Correntes.

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LO A	Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	40.226.000	48.320.000	
	PLOA	0	0	0	0	40.226.000	48.320.000	
	LOA	0	0	0	0	39.764.000	36.820.000	
CR ÉDI TO S	Suplementares	0	0	0	0	835.000	3.400.000	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	-2.185.000	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		0	0	0	0	38.414.000	40.220.000	

Fonte: Siafi Gerencial

O Quadro abaixo, denominado **Programação de Despesas de Capital**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos; 5 – Inversões Financeiras; 6 – Amortização da Dívida. Para cada grupo de despesa estão informados os valores relativos ao exercício de 2012 e ao exercício imediatamente anterior.

EM BRANCO

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	32.504.000	52.500.000	0	0	0	0	
	PLoa	32.504.000	52.500.000	0	0	0	0	
	LOA	32.504.000	49.250.000	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	5.303.965	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-1.060.000	-3.400.000	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		36.747.965	45.850.000	0	0	0	0	

Fonte: Siafi Gerencial

O Quadro abaixo, denominado **Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência**, é um quadro resumo dos dois (2) demonstrativos anteriores, contemplando ainda a reserva de contingência, (que não o caso desta UJ).

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	40.226.000	48.320.000	32.504.000	52.500.000	0	0	
	PLoa	40.226.000	48.320.000	32.504.000	52.500.000	0	0	
	LOA	39.764.000	36.820.000	32.504.000	49.250.000	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	835.000	3.400.000	5.303.965	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-2.185.000	0	-1.060.000	-3.400.000	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		38.414.000	40.220.000	36.747.965	45.850.000	0	0	

Fonte:

Análise crítica

As suplementações de crédito no ano 2012 sustentaram-se da seguinte forma:

Nas despesas correntes:

R\$ 835.000, sendo R\$ 200.000, para a ação 6808, destinado ao incremento das ações de monitoramento territorial e de inteligência na Amazônia Legal e R\$ 635.000 para a ação 20AY, destinado à modernização do software de gerenciamento da área administrativa, (R\$ 460.000) e aquisição da fábrica de software (R\$ 175.000). Tais suplementações sustentaram-se pelo cancelamento de R\$ 635.000 da ação 20T5 e R\$ R\$ 200.000, da ação 13F9.

EM BRANCO

Nas Despesas de Capital:

R\$ 5.303.965, sendo R\$ 4.443.965 para a Ação 8110, decorrente de readequação do Plano de Trabalho com recursos oriundos do convênio previsto para ser formalizado com o Fundo da Amazônia-BNDES, e R\$ 860.000 para a Ação 20AY, sendo R\$ 800.000, destinado à aquisição de solução para armazenamento de dados com tecnologia voltada ao armazenamento de dados não estruturados e R\$ 60.000 destinado a aquisição de software. Tais suplementações sustentaram-se, parcialmente, pelo cancelamento de R\$ 1.550.000 da Ação 8110 e R\$ 800.000, da Ação 13F9 e R\$ 60.000 da Ação 20T5.

c) Demonstrações dos limites impostos por cronograma de desembolso;

Os limites financeiros estabelecidos pelo Ministério da Defesa, em função dos valores disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, mostraram-se suficientes para o atendimento das demandas de pagamento, deste centro, em decorrência das obrigações assumidas pela execução orçamentária/financeira realizada até o encerramento do exercício financeiro de 2012.

d) Movimentações de crédito interna e externa;

O **Quadro**, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos pela UJ.

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA						Valor es em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente e ou Recebedora Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes				
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação o Interna	Concedidos (29.222.01.00)			0			
	Total			0			
	Recebidos (19.222.01.00)	110407	5210105122210820TP0001	726.230	0		
			5210105122210820TP0001	3.332.2358	0		
			5210105122210820T50001		0		14.612.765
			5210105126205820AY0001		0		4.786.018
			5210105128205840910001		0		250.000
	5210105183205868080001		0		1.200.000		
5210105183205881100001		0		2.884.000			
Total			4.048.588	0	23.732.783		
Movimentação o Externa	Concedidos (29.221.01.01)		0	0		0	
	Total		0	0		0	
	Recebidos (19.221.01.01)	110120	2011806122210120000001				635.259
		440108	4410118541201820TK0001				800.000
		490002	4910121121212021030001				922.973
		443032	4420718122212420000001				260.609
		443032	4420718541201884920001				57398
		323031	3226525122211920000001				65.899
		550007	5510108126201964140001				700.444
	530001	5310104122211120000001				381.315	
Total					3.823.898		

EM BRANCO

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente e ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 - Investimentos	5 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos (29.222.01.00)		0	0	0	
	Total		0	0	0	
	Recebidos (19.222.01.00)	110120	5210105122210820T50001	645.285	0	0
		110407	5210105126205820AY0001	2.224.245	0	0
		110407	5210105183205881100001	11.347.965	0	0
Total		14.217.495	0	0		
Movimentação Externa	Concedidos (29.221.01.01)		0	0	0	
	Total		0	0	0	
	Recebidos (19.221.01.01)		0	0	0	
	Total		0	0	0	
	Total		0	0	0	

Fonte: Siafi Operacional

Análise crítica:

Ao longo do ano 2012, as Transferências de Recursos – Recebimentos, ocorreram em função do cumprimento de instrumentos firmados com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, e de valores referentes ao rateio de despesas em função de Termos de Cessão de uso de Instalações no CCG e Centros Regionais, com os órgãos parceiros, ICMBio, MDA/Terra Legal, ABIN, e Agência Nacional do Petróleo – ANP e Ministério da Integração-CENAD. As Transferências de Recursos – Concessões, em função do Programa Cartografia da Amazônia, e do rateio de despesas de manutenção das áreas dos Blocos “K”, “J” e “T”, utilizados pelo CENSIPAM e inseridos em condomínio sob gestão do MCT, ocorreram através da UG 110407.

DESPESAS CORRENTES: (Valores expressos R\$ mil)

Movimentação Interna

Recursos Concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos:

Da UG 110407 – DEORF/MD – R\$ 23.732.783, referente aos Programas 2058 – Política Nacional de Defesa e 2108 – Programa de Gestão E Manutenção do Ministério da Defesa, constantes da LOA 2012.

Movimentação Externa

Recursos Concedidos: Não é o caso

Recursos recebidos:

Da UG 110120 – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – R\$ 635.259, referente a ressarcimento de rateio de despesas condominiais, por uso de imóvel do CENSIPAM/CR – MANAUS-AM, por força do Termo de Cessão de Uso nº 002/2008.

EM BRANCO

Da UG 440108 – BOLSA VERDE – SEDR – R\$ 800.000, referente ao Termo de Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Da UG 490002 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – R\$ 922.973, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 260.609, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 57.398, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 323031 – ESCRITÓRIO CENTRAL DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO – ANP – R\$ 65.899, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas no CR-Manaus, conforme Termo de Cessão de Uso 005/2010.

Da UG 550007 – SECRETARIA NACIONAL DE RENDA - MDS – R\$ 700.444, referente ao Termo de Cooperação firmado pelo CENSIPAM, com o MDS, em proveito ações conjuntas na Amazônia Legal.

Da UG 530001 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – R\$ 381.315, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CCG - Brasília.

DESPESAS DE CAPITAL:

Movimentação Interna

Recursos concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos:

Da UG 110407 – DEORF/MD – R\$ 14.217.495, referente aos Programas 2058 – Política Nacional de Defesa e 2108 – Programa de Gestão E Manutenção do Ministério da Defesa, constantes da LOA 2012.

Movimentação Externa

Recursos Concedidos: Não é o caso.

Recursos Recebidos: Não é o caso.

e) Execução das despesas por modalidade de licitação e por elemento de despesa;

O Quadro abaixo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ**, contempla duas (2) colunas com informações sobre a **Despesa Liquidada** e a **Despesa Paga**. Cada uma delas dividida nos exercícios 2012 e 2011.

EM BRANCO

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012 (29.241.03.00)	2011 (29.241.03.00)	2012 (29.241.03.00)	2011 (29.241.03.00)
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	15.365.030	13.988.389	15.365.030	13.988.389
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	10.666	0	10.666
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	15.365.030	13.977.723	15.365.030	13.977.723
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	4.678.076	3.040.653	4.678.076	3.040.653
g) Dispensa	3.123.845	2.951.820	3.123.845	2.951.820
h) Inexigibilidade	1.554.231	88.833	1.554.231	88.833
3. Regime de Execução Especial	63.759	72.141	63.759	72.141
i) Suprimento de Fundos	63.759	72.141	63.759	72.141
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	4.401.508	347.881	4.401.508	347.881
j) Pagamento em Folha	4.048.588	0	4.048.588	0
k) Diárias	352.920	347.881	352.920	347.881
5. Outros (Não se aplica)	184.875	918.412	184.875	918.412
6. Total (1+2+3+4+5)	24.693.248	18.367.476	24.693.248	18.367.476

Fonte: Siafi Gerencial

Observação:

Na modalidade de licitação Não se Aplica, Conta (29.241.03.08), do valor de R\$ 537.795, a importância de R\$ 352.920 refere-se a despesas com diárias, explicitado em linha própria, resultando num montante de R\$ 184.875.

Na modalidade Dispensa de Licitação, do montante de R\$ 3.123.845, a importância de R\$ 2.163.362, refere-se a despesas na ND-33-90.39, subitem 43, destinado ao pagamento de energia elétrica.

O valor de R\$ 4.401.508, refere-se a despesas com o ressarcimento aos órgãos, referente a servidores cedidos ao Censipam.

O Quadro abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2012 e 2011.

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS
ORIGINÁRIOSValores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	4.048.588	0	4.048.588	0	0	0	4.048.588	0
1º elemento de despesa	4.048.588	0	4.048.588	0	0	0	4.048.588	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	19.376.851	18.230.400	13.505.922	13.900.264	5.870.929	4.330.136	13.458.258	13.900.264
1º elemento de despesa	13.257.103	10.618.073	8.492.200	8.291.116	4.764.903	2.326.957	8.444.535	8.291.116

EM BRANCO

(39)								
2º elemento de despesa (37)	4.485.201	4.280.277	3.752.520	3.343.699	732.682	936.578	3.752.920	3.343.699
3º elemento de despesa (30)	234.913	1.694.042	144.558	676.833	90.354	1.017.209	144.558	676.833
Demais elementos do grupo	1.399.008	1.638.008	1.116.644	1.588.616	282.990	49.392	1.116.245	1.588.616
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	1.267.810	137.077	79.037	15.642	1.188.773	121.435	79.037	15.642
1º elemento de despesa(52)	813.504	113.876	32.737	14.076	780.767	99.800	32.737	14.076
2º elemento de despesa(39)	408.006	10.969	0	0	408.006	10.969	0	0
3º elemento de despesa(51)	0	10.666	0	0	0	10.666	0	0
Demais elementos do grupo	46.300	1.566	46.300	1566	0	0	46.300	1566
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

O Quadro abaixo denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada**, **Despesa Liquidada**, **RP não processados** e **Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2012 e 2011.

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012 (29.241.03.00)	2011 (29.241.03.00)	2012 (29.241.03.00)	2011 (29.241.03.00)
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.986.169	13.988.389	1.986.169	13.988.389
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	10.666	0	10.666
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	1.986.169	13.977.723	1.986.169	13.977.723
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
8. Contratações Diretas (g+h)	1.670.855	3.040.653	1.670.855	3.040.653
g) Dispensa	870.855	2.951.820	870.855	2.951.820
h) Inexigibilidade	800.000	88.833	800.000	88.833
9. Regime de Execução Especial	0	72.141	0	72.141
i) Suprimento de Fundos	0	72.141	0	72.141
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	151.792	347.881	151.792	347.881
j) Pagamento em Folha	0	0	0	0
k) Diárias	151.792	347.881	151.792	347.881
11. Outros (Não se aplica)	0	918.412	0	918.412
12. Total (1+2+3+4+5)	3.808.816	18.367.476	3.808.816	18.367.476

Fonte: Siafi Operacional

O Quadro abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos pela UJ**, por movimentação, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada**, **Despesa Liquidada**, **RP não processados** e **Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2012 e 2011.

EM BRANCO

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

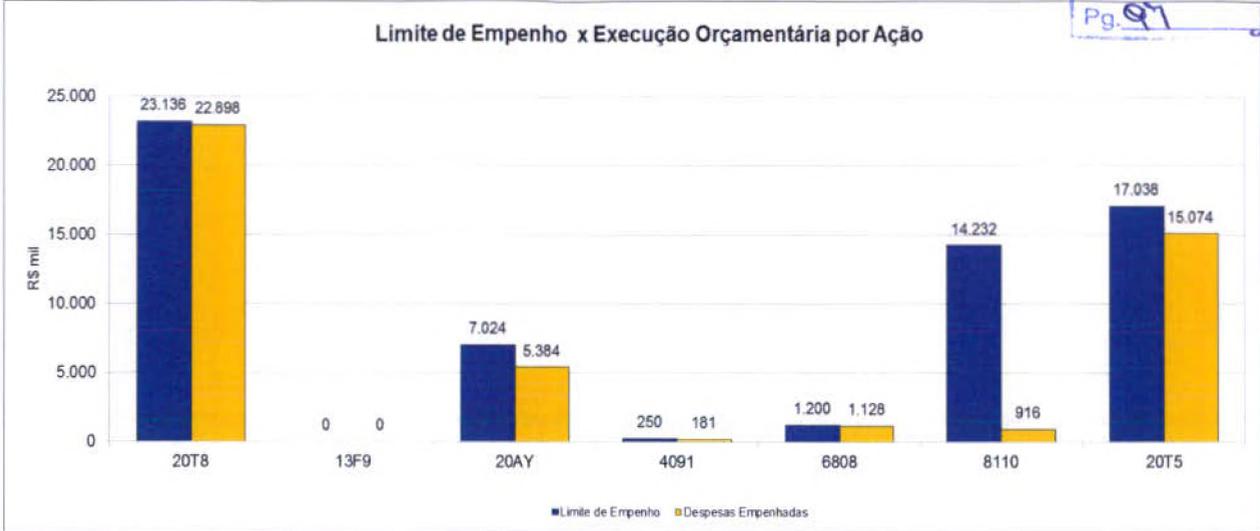
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	3.808.816	1.488.818	2.527.832	1.416.494	1.280.983	83.429	2.527.832	1.416.494
1º elemento de despesa (39)	2.257.326	1.074.895	1.203.642	996.059	1.053.684	78.836	1.203.642	996.059
2º elemento de despesa (37)	1.395.219	291.217	1.167.920	286.624	227.299	4.593	1.167.920	286.624
3º elemento de despesa (14)	125.906	87.005	125.906	87.005	0	0	125.906	87.005
Demais elementos do grupo	30.364	35.701	30.364	46.806	0	0	30.364	46.806
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Indicador da Execução Orçamentária por Ação.

Este indicador espelha o resultado final da execução orçamentária dos recursos das Ações 20T8, 13F9, 20AY, 4091, 6808 e 8110 do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa e da Ação 20T5 do Programa 2108 – Programa de Gestão de Manutenção do Ministério da Defesa, sendo que no caso da Ação 20T8 – Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal, no presente exercício, os recursos foram executados em sua totalidade pelos órgãos parceiros. Tal indicador permite acompanhar a execução orçamentária, ao longo do exercício financeiro, possibilitando, realocações de créditos e o re-planejamento, para os exercícios seguintes.

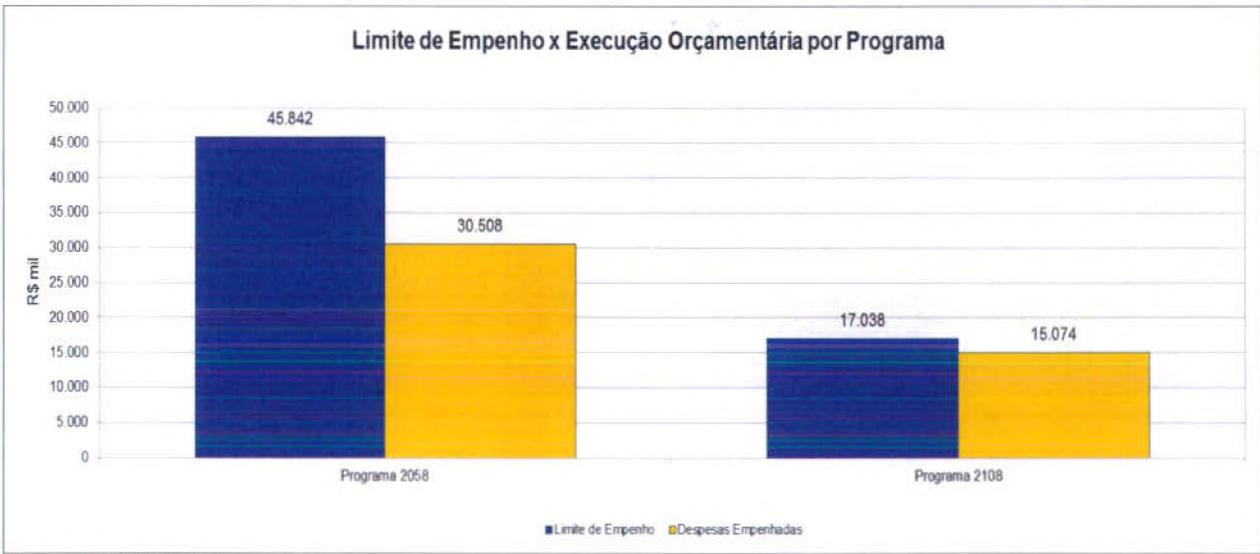
EM BRANCO



Fonte: SIOP / Siafi Gerencial

Indicador da Execução Orçamentária Total dos Recursos sob a Responsabilidade do Órgão.

Este indicador espelha o resultado final da execução orçamentária total dos recursos sob a responsabilidade do Censipam, no exercício financeiro de 2012. Tal indicador permite acompanhar a execução orçamentária, em função do orçamento aprovado em lei, possibilitando o re-planejamento, para os exercícios seguintes.



Fonte: SIOP / Siafi Gerencial

Indicador de Evolução da Execução Orçamentária e Financeira em 2012.

Este indicador espelha o andamento da execução orçamentária e financeira do órgão, permitindo o acompanhamento de maneira a monitorar as liquidações aproveitando os limites financeiros disponibilizados, e desta forma, não permitindo inscrição de um valor elevado em Restos a Pagar, o que poderia impactar a execução financeira do exercício seguinte.

EM BRANCO



Fonte: SIOP / Siafi Gerencial

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

5.1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

O Quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir, ressaltando-se que a inscrição em Restos a Pagar tanto no exercício financeiro de 2012, quanto nos exercícios tem sido administrado de maneira a não impactar a execução financeira do exercício financeiro seguinte.

QUADRO A.5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALORES EM
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (19.521.01.00)	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados (29.521.02.01)	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
2009	9.527	0	9.527	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (19.512.00.00 + 19.511.00.00)	Cancelamentos acumulados (19.514.00.00)	Pagamentos acumulados (29.511.03.00)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (29.511.01.00 + 29.521.01.01)
2011	4.530.901	1.674.534	2.819.727	40.739
2010	1.910.044	795.885	1.114.159	0
2009	0	0	0	0
Observações:				
Fonte: Siafi Operacional				

EM BRANCO

5.2 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2012.

O Quadro abaixo contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão. A UJ informa, por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI e SICONV.

EM BRANCO

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

VALORES EM R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA									
CNPJ: 07.129.796/0001-26					UG/GESTÃO: 1105111/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	03/2008-CART	00.091.652/0001-89, 00.394.452/0534-87, 00.394.502/0009-00, 00.394.429/0054-12	350.000.000	Não há	22.910.722	218.396.535	26/02/2008	25/02/2015	1
3	01/2010-CCSIVAM-GPIS	00.394.429/0001-00	5.884.657	Não há	0	5.884.657	20/05/2010	19/01/2012	1
3	03/2010-EMAER	00.394.429/0001-00	3.300.000	Não há	0	3.300.000	13/12/2010	31/12/2011	1
1	599159-FAPEAM	05.666.943/0001-71	2.536.096	536.096	0	2.000.000	27/11/2007	30/11/2012	1
1	701988-R.FRANCO	02.519.717/0001-70	3.000.000	400.000	0	2.600.000	17/12/2008	16/12/2011	1
1	724129-FAPESPA	09.025.418/0001-28	1.499.539	74.539 (Não financeira)	0	1.425.000	18/12/2009	16/12/2012	1
1	744077-FAP-DF	74.133.323/0001-90	3.000.000	1.000.000	0	2.000.000	30/06/2010	30/06/2012	1

LEGENDA

<p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Cooperação</p> <p>4 - Termo de Compromisso</p>	<p>Situação da Transferência:</p> <p>Adimplente</p> <p>Inadimplente</p> <p>Inadimplência Suspensa</p> <p>Concluído</p>
--	--

<p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 - Arquivado</p>
--

Fonte: SIAFI Operacional 2012 e SICONV

EM BRANCO

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.

QUADRO A.5.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
CNPJ:	07.129.796/0001-26					
UG/GESTÃO:	110551/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	1	0	785.000	2.500.000
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	3	22.910.722	37.941.824	44.897.432
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	4	22.910.722	38.726.824	47.397.432

Fonte: Siconv

5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.

O Quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
CNPJ:	07.129.796/0001-26		UG/GESTÃO: 110551/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	5.425.000	5.425.000	0	100,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	1	355.884.657	224.093.304	64.948.755	63
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	1	361.309.657	224.093.304	64.948.755	63

Fonte: Siafi

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

O Quadro abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades, identificando, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos “Convênios”, “Termos de Cooperação” e “Contratos de Repasse”, assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

EM BRANCO

QUADRO A.5.5 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. VALORES EM R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
CNPJ: 07.129.796/0001-26			UG/GESTÃO: 110511		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2 (FAP-DF, Ricardo Franco)	1 (GPIS)	0
		Montante Repassado	0	22.910.722	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	02 (FAPEAM, FAPESPA)	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	2.600.000	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	2.640.000	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	3	0
		Montante Repassado	0	11.226.765	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte:

5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

O Quadro contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ apresenta informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ. A data de referência para definir se a conta foi analisada ou não é 31/12/2012.

QUADRO A.5.6 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE VALORES EM R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam					
CNPJ: 07.129.796.0001-26			UG/GESTÃO: 110511/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas (FRF, FAP-DF, FAPESPA e FAPEAM)			4	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	2 (FAPEAM e FAPESPA)	0
		Montante Repassado (R\$)			0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1 (FRF)	0
			Quantidade Reprovada	1 (FAP-DF)	0
			Quantidade de TCE	1 (FAP DF)	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado (R\$)			0	0	

EM BRANCO

2011	Quantidade de contas prestadas:		2	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	2	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
Montante repassado (R\$)		0	0	
2010	Quantidade de Contas Prestadas		0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado		0	0	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0

Fonte: Dados internos da CGIIN

5.2.6 Análise Crítica.

As transferências ocorridas no ano 2012 estão detalhadas abaixo, da seguinte forma:

Instrumento nº 3/2008: Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Censipam e os Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”.

Em 2012 foram entregues 1.524 produtos cartográficos dos 2006 previstos no PPA, com destaque para cartografia terrestre, haja vista a dificuldade orçamentária para apoio aos levantamentos geológicos e a prontificação dos quatro avisos hidroceanográfico fluviais previstos. A cartografia Náutica apresentou 18 atualizações cartográficas das 74 previstas para serem entregues.

Com o atraso nas cartografias náutica e geológica espera-se que a previsão de entrega de 9470 produtos cartográficos até 2015 sofra um atraso de 20 meses, no entanto o percentual de entregas irá aumentar em 2013 e 2014, haja vista a intensificação do processamento de imagens da cartografia terrestre do início da coleta de imagens da área de não floresta pela FAB e, da entrega dos quatro avisos hidro oceanográficos para Marinha e do início do levantamento geológico a partir dos levantamentos geofísicos concluídos em 2012.

Repercussões Financeiras

Foram autorizados na LOA 2012, incluindo ajustes internos, R\$ 23.832.000,00, dos quais foram repassados às três Forças o valor de R\$ 22.910,723,00. O Serviço Geológico Brasileiro não recebeu recursos orçamentários em 2012. O crédito autorizado na LOA representa 47,32 % da necessidade do projeto informadas na PLOA, cujo valor foi de R\$ 45.239.900,00.

Conclusão

Em 2013 haverá o incremento de entrega de produtos cartográficos terrestres e náuticos, haja vista a previsão de início dos trabalhos de reambulação e sensoriamento das áreas de não floresta e a entrega de três Avisos Hidroceanográficos Fluviais, respectivamente. Da mesma forma, terá início o levantamento de campo, com base dos produtos geofísicos elaborados em 2012, para elaboração final dos produtos geológicos.

Os produtos elaborados e entregues em 2011 e 2012 serão apresentados no 1º Fórum da Cartografia da Amazônia, em Brasília, no mês de abril do corrente, pelo Censipam e Órgãos Executores, com objetivo de diagnosticar as diversas aplicações em proveito dos órgãos federais, estaduais e municipais com atuação na região. Serão convidados na ocasião representantes da alta administração

EM BRANCO

federal e nos Fóruns subsequentes a serem planejados e executados semestralmente, para os órgãos estaduais e municipais da região.

Instrumento no 1/2010: Termo de Cooperação firmado pelo Censipam em maio de 2010 com a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM) no intuito de realizar atividades conjuntas para a modernização do Sipam, com foco na área de inteligência, abrangendo o desenvolvimento e implantação do Software de Gerenciamento de Pista (GPIS) e a concepção de uma ferramenta de análise, que constituirão instrumentos voltados para o projeto Cartografia da Amazônia. Em 2010, o Censipam repassou R\$ 3.990.210 à Comissão. Já em dezembro de 2011, ambos os partícipes firmaram um termo aditivo adicionando ao instrumento R\$ 184.356,62 para fins de reajustamento previsto em contrato, totalizando a importância repassada de R\$ 1.894.447 em 2011. O Termo de Cooperação encerrou sua vigência em 20 de janeiro de 2012, e a garantia do sistema encerrou-se em outubro de 2012. A efetividade deste instrumento como forma de execução descentralizada das políticas públicas mostrou-se satisfatória.

Instrumento nº 599159/2007: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos aplicados ao Censipam – Prosipam – em conformidade com as normas, critérios e orientações previstas no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal. Houve a prorrogação da vigência do convênio por meio do 4º termo aditivo até 30/11/2012. Durante os cinco anos de vigência do Convênio, foram lançados cinco editais, por meio dos quais foi realizada a contratação de 40 pesquisadores (bolsistas) nas áreas de Sensoriamento Remoto, Proteção Ambiental e Meteorologia. O valor global do convênio é de R\$ 2.536.096, sendo R\$ 536.096 em contrapartida e R\$ 2.000.000 de repasse. Até 2011, foi repassado pela concedente R\$ 2,0 milhões, com previsão de prestação de contas e análise no ano 2013.

Instrumento nº 701988/2008: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação Ricardo Franco (FRF). O objeto do convênio é a introdução de aperfeiçoamentos técnicos no Projeto do Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura Saber M60 com o objetivo de torná-lo mais adequado ao emprego na região amazônica, contemplando o desenvolvimento de novos programas computacionais e dispositivos para operação em estações fixas ou móveis em ambiente de selva, com integração ao Sipam e ao Cindacta-4 e a consequente construção de um ou mais exemplares do radar com os aperfeiçoamentos introduzidos. O valor global do convênio foi de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 400 mil em contrapartida e R\$ 2.600.000 de repasse. A vigência do convênio encerrou-se em 16/12/2011 e a Prestação de Contas Final foi enviada dia 08 de fevereiro de 2012 pela FRF, sendo aprovada pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, após análise técnica e financeira, no dia 09 de agosto de 2012.

Instrumento nº 724129/2009: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA). O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal. O valor global do convênio é de R\$ 1.499.539, sendo R\$ 74.539 em contrapartida e R\$ 1.425.000 de repasse. Em 2009 foi empenhado o montante de R\$ 1.140.000, contudo, no que se refere ao numerário, ele foi repassado em 2010, em virtude do processo de seleção de bolsistas estar previsto para ocorrer naquele exercício financeiro. Esse montante repassado foi prestado contas pela FAPESPA em dezembro de 2011 e ainda analisada e aprovada pelo Censipam. Em 17/12/2011, o

EM BRANCO

convênio foi aditivado prorrogando o prazo de vigência por mais 12 meses. Ademais, o Censipam repassou a importância de R\$ 285 mil, conforme pactuado no termo aditivo.

A contratação de 68 bolsistas por esse instrumento proporcionou o desenvolvimento de pesquisas aplicadas aos produtos operacionais no CR de Belém e Porto Velho, nos temas de Modelagem e implementação do Banco de Dados; Elaboração de critérios e procedimentos operacionais de registro e monitoramento ambiental das propriedades tituladas pelo Programa Terra Legal; Sistematização da base de dados de referência do SIPAM e Órgãos Parceiro e ingestão no Banco de Dados; Sistematização dos dados do georrefenciamento das propriedades tituladas e ingestão no Banco de Dados, Espacialização geográfica das propriedades tituladas pelo Programa Terra Legal; Desenvolvimento e implantação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a integração e gerenciamento dados fundiários (cadastro e dado geográfico de cada lote); Monitoramento contínuo da cobertura vegetal das propriedades tituladas pelo Programa Terra Legal; Geração de metodologia para identificação e classificação de tempestades, a partir de estudos de caso, utilizando radar meteorológico; Elaboração da climatologia da precipitação, utilizando *software* livre para tratamento dos volumes de radares; Investigação de longo prazo dos modos oceânicos e sua influência na variabilidade sazonal da temperatura e precipitação na Amazônia oriental através de análises observacionais e ferramentas estatísticas, com verificação de sinais potencialmente associados às mudanças do clima; Investigação de eventos críticos de estiagem e cheia de rios na Amazônia oriental associados a alterações na dinâmica da circulação; Estudo dos sistemas precipitantes multiescala que ocorrem sobre o leste da Amazônia através de observações termodinâmicas da atmosfera.

Instrumento no 744077/2010: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). O objeto desse convênio é constituído em duas partes: I – Operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam; e II – Otimização da gestão de projetos de pesquisa e de fomento da FAP/DF. O valor global do convênio é de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 1 milhão em contrapartida e R\$ 2 milhões de repasse. Já foram repassados integralmente os recursos oriundos da concedente por meio da ordem bancária 2010OB801092, de 07/07/2010. Esse convênio foi denunciado pela conveniente em fevereiro de 2012.

Uma vez que o saldo do convênio não retornou à união dentro do prazo previsto, nem mesmo após diversas solicitações e reiteraões da concedente, o processo está sendo instruído para Abertura de Tomada de Contas Especial.

Foi realizado o aceite parcial das contas, através do atesto pela competente Comissão de Orientação e posteriormente pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, em relação às atividades e produtos gerados pelos bolsistas em atividade no Censipam. Restringindo a análise apenas aos recursos federais, resta o pagamento das bolsas em atraso e o recolhimento do saldo do convênio à União, o que não aconteceu até a presente data.

5.3 Informações sobre a utilização de suprimento de fundos.

A UJ, na realização de despesas através da modalidade de suprimento de fundos o executa somente através do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, não utilizando, portanto Suprimento de Fundos através da Conta tipo B.

5.3.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.

O presente quadro evidencia o montante de despesas com suprimento de fundos, efetuadas por meio do CPGF.

EM BRANCO

QUADRO A.5.7-DESPESAS REALIZADAS ATRAVÉS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) VALORES EM R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
110511	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	0	5.775,50	57.983,81	63.759,31
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0	5.775,50	57.983,81	63.759,31

5.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).

O Quadro abaixo, apresenta as informações detalhando as despesas realizadas com o CPGF, por agente suprido.

QUADRO A.5.8 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR VALORES EM R\$ 1,00

Código da UG 1		110511/00001		Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
ARIOSVALDO FERREIRA DURANS	256.856.192 - 00	8.690,00		3.546,15	3.546,15	
AUGUSTO RABELO CHAVES	580.992.472 - 72	5.093,00	240,00	2.305,14	2.545,14	
CESAR AUGUSTO VARELA	659.177.669 - 91	26.610,00		6.527,64	6.527,64	
DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS	475.526.205 - 44	7.073,00		2.516,13	2.516,13	
EDERSON REIS DA SILVA	090.174.597 - 94	5.100,00	1.178,00	1.134,27	2.312,27	
ERNANI FERREIRA	477.331.010 - 34	2.500,00		841,37	841,37	
FABRICIO ARTHUR DE FIGUEIREDO	649.115.192 - 15	1.800,00		385,40	385,50	
FLAVIO DOS SANTOS GIL	392.499.802 - 72	8.130,00	700,00	5.257,68	6.057,68	
FRANCINA FELIX DA SILVA	107.271.672 - 00	15.000,00		3.530,80	3.530,80	
JULIO CESAR MACHADO	572.967.071 - 00	1.500,00		651,32	651,32	
MARCELO COLOMBO	116.231.828 - 75	17.518,00		1.021,82	2.953,32	
MARIO SOUZA DE OLIVEIRA	090.368.302 - 49	4.954,00	1.931,50	1.711,89	1.711,89	
NEHEMIAS MEDEIROS DE OLIVEIRA	039.289.502 - 15	3.000,00		1.761,71	1.761,71	
NESTOR REGIS GARCIA SANTORUM	021.620.672 - 34	9.000,00		3.801,40	3.801,40	
NILTON VITORIANO GERBER	214.209.392 - 20	9.000,00		2.488,70	2.488,70	
SÉRGIO DOS SANTOS ZIELE	492.900.612 - 00	11.700,00	1.486,00	3.136,49	4.622,49	
VALTAIR CALISTO RODRIGUES	425.325.661 - 91	6.000,00		3.283,72	3.283,72	
VITORINHA SOUZA DE OURO	274.453.132 - 49	18.480,00	240,00	8.255,65	8.495,65	
WANDERLEI DA SILVA PUREZA	865.133.546 - 68	8.100,00		5.726,53	5.726,53	
Total utilizado pela UG			5.775,50	57.983,81	63.759,31	
Código da UG: 110511		Limite de Utilização da UG:				
		166.748				
Total utilizado pela UG			5.775,50	57.983,81	63.759,31	
Total utilizado pela UJ			5.775,50	57.983,81	63.759,31	

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

EM BRANCO

5.3.3 Utilização do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.

O presente demonstrativo detalha os gastos em quantidade e valor através de uma série histórica dos três últimos exercícios financeiros.

QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)
VALORES EM R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	0	0	12	15.517	65	48.242	63.759
2011	0	0	0	0	111	58.746	58.746
2010	0	0	1	48	115	46.371	46.419

Fonte: Siafi Operacional

5.3.4 Prestação de Conta de Suprimento de Fundos.

O Quadro abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, concedidos pela unidade, durante os três últimos exercícios financeiros.

QUADRO A.5.10 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)
VALORES EM R\$ 1,00

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	77	63.759	111	58.746	116	46.419

Fonte: Siafi Operacional e Site do Banco do Brasil

5.3.5 Análise crítica:

Na contagem da quantidade de Suprimentos, para o ano 2012, foram levados em consideração, o número de processos, independente das Natureza de Despesas em cada um deles. A aplicação de recursos nessa modalidade, restringiram-se ao indispensável para realização das missões de campo e despesas administrativas, ambas classificadas como despesas de pequeno vulto, tudo de acordo com a legislação vigente.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas.

O Quadro visa a demonstrar a força de trabalho da UJ, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, a UJ informa a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se, ainda, os ingressos e egressos no exercício, refletindo a situação apurada em 31/12 do exercício.

EM BRANCO

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

VALORES
EM R\$ 1,00

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	153	18	09
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	153	18	09
2. Servidores com Contratos Temporários	220	33	0	11
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	47	34	2	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	267	220	20	24

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

O Quadro abaixo visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais.

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

Análise Crítica:

EM BRANCO

Os itens do quadro 6.2 – Situação que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada – não existem informações a serem prestadas, devido ao fato do Censipam ainda não possuir cargos efetivos providos. O concurso público foi realizado em 2012 tendo a previsão de provimento de cargos em 2013.

O Quadro abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ.

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	44	2	5
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	47	10	0	1
1.2.4. Sem Vínculo		34	2	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	183	109	13	16
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
Servidores de Outros órgãos e Esferas	183	109	13	16
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	230	153	15	21

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

O Quadro a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ e tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária, retratando a situação verificada em 31 de dezembro de 2012.

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	2	21	6	3	1
1.1. -Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	21	6	3	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	10	34	64	65	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	13	13	10	5
2.3. Funções Gratificadas	7	21	51	55	4
3. Totais (1+2)	12	55	70	68	10

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

EM BRANCO

O Quadro a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ e tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade, retratando a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de 2012.

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	2	2	20	3	5	1
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	2	2	20	3	5	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	2	7	40	89	31	14	4
2.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	10	20	11	3	0
2.3 Funções Gratificadas	0	0	2	7	30	69	20	11	4
3 Totais (1+2)	0	0	2	9	42	109	34	19	5

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ detalha as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES VALORES EM R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012	2.224.650	0	0	230.033	0	0	0	0	2.454.683
	2011	3.258.918	0	0	234.136	0	0	0	0	3.493.055
	2010	3.212.880	0	0	0	0	0	0	0	3.212.880
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM BRANCO

Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	2.107.063	0	0	(*) 508.889	0	0	0	0	0	2.615.952
	2011	2.132.654	0	0	184.540	0	0	0	0	0	2.317.184
	2010	2.721.241	0	0	0	0	0	0	0	0	2.721.241
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	2.592.456	0	0	(*)						2.592.456
	2011	2.634.204	0	0	214.845	0	0	0	0	0	2.849.050
	2010	3.572.340	0	0	0	0	0	0	0	0	3.681.794

Fonte: SIAPE. (*) O valor dos adicionais dos servidores ocupantes de Funções Gratificadas está incluído no valor constante dos servidores ocupantes de cargos de Grupo de Direção e Assessoramento Superior, por serem da mesma Rubrica.

Análise crítica

Em 2012 o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia não dispôs de meios para elaboração de indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos, em virtude de dificuldades administrativas ainda advindas da transferência da Casa Civil para o Ministério da Defesa.

No entanto é prevista para o ano exercício de 2013, a retomada dos indicadores utilizados antes da referida transferência, tais como: indicadores de Qualidade de Vida e Capacitação. Os indicadores a serem implementados, no âmbito da Qualidade de Vida, preveem a programação de elaboração pesquisa de clima organizacional, de dois em dois anos, onde serão analisados indicadores de integração de equipe; instalações físicas; oportunidade de crescimento; valorização do trabalho; autonomia; entre outros. Ainda, há previsão da criação de indicadores referente a capacitação que medirão a eficácia (custos), o desempenho (cursos previstos x cursos realizados) e a efetividade do treinamento (servidores com melhoria de desempenho x quantitativo de servidores treinados).

6.2 Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

O Quadro abaixo, correspondente aos contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados.

QUADRO A.6.7 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Unidade Contratante													
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA													
UG/Gestão: 110511													
Informações sobre os contratos						CNPJ: 07.129.796/0001-26							
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	009/2010	09.267.406/0001-00	14/04/12	13/04/13			6	6			P
2009	L	O	021/2009	05.119.366/0001-06	05/06/12	04/06/13			6	6			P
2006	V	O	021/2006	04.718.633/0001-90	25/12/11	24/06/12			23	23			E
2009	L	O	008/2009	07.783.832/0001-70	16/03/12	15/03/13			12	12			P

EM BRANCO

2010	V	O	008/2010	07.069.574/0001-65	11/04/12	10/04/13			13	13			P
2011	L	O	020/2011	10.587.618/0001-53	13/06/12	12/06/13			14	14			P
2008	V	O	030/2008	02.576.238/0004-38	01/06/12	31/05/13			9	9			P
2011	L	O	019/2011	07.174.641/0001-20	23/05/12	22/05/13			11	11			P
2012	V	O	003/2012	08.342.262/0001-46	25/06/11	24/06/13			23	23			A

Observação:

LEGENDA

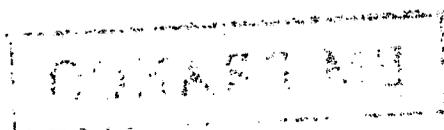
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



EM BRANCO

6.2.2 Informações sobre a Locação de Mão de Obra para as atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

O Quadro abaixo, correspondente ao demonstrativo, referente aos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

QUADRO A.6.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA													
UG/Gestão: 110.511						CNPJ: 07.129.796/0001-26							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	016/2009	03.591.509/0001-44	26/04/12	25/04/13			10	10	1	1	P
2011	7	O	007/2011	07.594.738/0001-73	28/02/11	27/02/12			3	3			E
2012	7	O	005/2012	06.788.122/0001-70	18/06/12	17/06/13			3	3			A
2011	4	O	017/2011	07.594.738/0001-73	17/05/12	16/05/13			3	3			P
2009	3	O	020/2009	05.924.588/0001-93	09/06/11	08/06/12			4	4			E
2012	3	O	012/2012	08.307.120/0001-48	01/08/12	30/09/13			4	4			A
2008	11	O	007/2008	24.016.172/0001-11	01/04/12	31/03/13			14	14	1	1	P
2011	7	O	001/2011	07.743.897/0001-25	17/01/11	16/01/12			2	2			E
2010	8	O	013/2010	04.605.778/0001-85	14/05/11	13/05/12			1	1			E
2010	4	O	028/2010	11.240.495/0001-42	12/07/11	11/07/12			2	2			E
2011	6	O	011/2011	04.605.778/0001-85	02/05/11	01/05/12			2	2			E
2012	6	O	027/2012	03.940.283/0001-40	01/11/12	31/10/13			2	2			A
2008	7	O	006/2008	24.016.172/0001-11	04/05/12	03/05/13			17	17	1	1	P
2012	6	O	010/2012	11.634.366/0001-39	25/07/12	24/07/13			3	3			A
2008	14	O	055/2008	06.958.583/0001-44	18/01/12	17/01/13			1	1			E
2008	8	O	054/2008	06.958.583/0001-44	18/01/12	17/01/13			2	2			E
2008	7	O	056/2008	07.783.832/0001-70	19/01/12	18/01/13			1	1			P
2009	7	O	005/2009	06.958.583/0001-44	09/03/11	08/03/12			2	2			E
2012	7	O	011/2012	11.634.366/0001-39	30/08/12	31/07/13			2	2			A
2011	3	O	023/2011	10.927.661/0001-10	04/07/12	03/07/13			2	2			P
2010	4	O	029/2010	09.134.888/0001-20	05/07/11	04/07/12			2	2			E
2011	6	O	004/2011	10.927.661/0001-10	05/07/11	06/07/12			2	2			E
2008	7	O	038/2008	09.134.888/0001-20	21/07/11	20/07/12			2	2			E
2012	7	O	031/2012	07.436.461/0001-50	28/11/12	27/11/13			2	2			A
2008	8	O	039/2008	09.134.888/0001-20	21/07/11	20/07/12			1	1			E
2008	14	O	040/2008	09.134.888/0001-20	21/07/11	20/07/12			1	1			E
2007	11	O	017/2007	33.373.325/0001-79	12/12/12	11/12/13			13	13	1	1	P
2012	14	O	008/2012	20.204.491/0001-08	16/07/12	15/07/13			1	1			A
2012	14	O	026/2012	12.441.717/0001-58	23/04/12	22/04/13			1	1			A
Observação:													

EM BRANCO

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

O Quadro abaixo visa a demonstrar a composição de estagiários da UJ e os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO A.6.9 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	10	51	54	299.738,00
Área Fim	4	4	27	30	
Área Meio	4	6	24	24	
2. Nível Médio	10	11	20	24	
2.1 Área Fim	2	2	0	1	
Área Meio	8	9	20	23	
3. Total (1+2)	18	21	71	78	

Fonte: SIAPE e Cadastro Interno de servidores e contratados.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

Na gestão de frota de veículos, deste centro, é seguida a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento e o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

A frota de veículos da Instituição demonstra-se necessária para atendimento das demandas administrativas e desempenho das atividades finalísticas do Órgão, e dentro desta última finalidade utilizada nas missões de campo na região amazônica.

O Censipam possui frota de veículos própria, composta por 33 (trinta e três) veículos, sendo distribuídos nos Centros Regionais em Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO e o Centro de Coordenação Geral em Brasília-DF. Esses veículos estão distribuídos da seguinte forma:

EM BRANCO

Classificação de Veículo	Quantidade
REPRESENTAÇÃO	1
ADMINISTRATIVO	19
MISSÃO DE CAMPO	13
TOTAL	33

O quadro abaixo apresenta a média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação do órgão:

Classificação de Veículo	Quantidade	Distancia Percorrida (km)	Media de km rodados / veículo
REPRESENTAÇÃO	1	31.327	31.327
ADMINISTRATIVO	19	42.450	2.234
MISSÃO DE CAMPO	13	115.110	8.855
TOTAL	33	188.887	5.724

O quadro abaixo apresenta a idade média da frota, por grupo de veículos, segundo a classificação do órgão:

Classificação de Veículo	Quantidade	Idade Média
INSTITUCIONAL	1	3
ADMINISTRATIVO	19	10,48
MISSÃO DE CAMPO	13	4,56
TOTAL	33	7,77

O CENSIPAM esta em processo de avaliação das demandas que necessitam de utilização de veículos, sendo que o objetivo principal desse estudo é a redução de custos, buscando a eficiência e eficácia da frota. Espera-se que com este estudo seja possível aperfeiçoar e reduzir, através de doações, a frota de veículos, além de planejar a substituição da frota gradativamente ou mesmo adotar sistema de locação de veículos de terceiros.

Os veículos foram adquiridos no ano de 2010, quando o Censipam estava vinculado à Casa Civil da Presidência da República, a qual adotava a política de possuir frota própria uma vez que possuem oficina de manutenção e posto de abastecimento próprio. No entanto, a Instituição estuda a viabilidade de manter e renovar a frota ou ainda adotar sistema de locação de veículos de terceiros.

O setor de transportes do CENSIPAM foi incorporado, em 2012, à área de Coordenação de Manutenção Predial. A equipe encarregada por esses serviços naquela Coordenação é composta por 5 (cinco) servidores que são responsáveis pela gestão da frota.

A coordenação do processo é realizada através de planilhas de controle de missões, consumo de combustíveis, manutenções, distância percorrida de todos os veículos da frota. Em busca de melhorar o processo de controle da frota de veículos, o CENSIPAM esta avaliando a possibilidade de implantar o SIADS Transportes.

Em relação aos custos envolvidos na gestão da frota, foram dispendidos, no exercício de 2012, R\$316.099,00, sendo R\$260.188,00 para custos fixos e R\$55.911,00 para custos variáveis. Consideram-se custos fixos as despesas com os contratos de motoristas e a documentação dos veículos, enquanto nos variáveis estão às despesas com combustíveis e manutenção.

EM BRANCO

7.2 Informações sobre a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ.

No que se refere à gestão de Bens e Imóveis de Uso Especial, deixa-se de preencher os quadros correspondentes tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados pelo CCG CENSIPAM - Brasília e pelos CR – Belém, CR - Manaus e CR - Porto Velho encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis e ainda não possuem Unidade Jurisdicional- UJ, contudo registramos o andamento dos processos, conforme abaixo.

UG 110511 – (CCG-Brasília) conforme termo de entrega firmado entre a SPU e o MCT, processo nº 05037-000.598/2002-01 e RIP nº 9701 23688.500-8, onde já foi feita a divisão das áreas ocupadas pelos diversos órgãos públicos aqui instalados, sito SPO Área 05 Quadra 03, Setor Policial, Asa Sul, Brasília-D.F., para fazer a regularização do terreno e conseqüentemente do imóvel, com seus devidos registros no patrimônio da União, processo se encontra na Gerência Regional de Patrimônio da União – GRPU, para concretização do processo de regularização, sendo que o Bloco K já se encontra de posse do termo de entrega do imóvel, restando ainda o devido registro no sistema SPIUNET, processo ainda tramita no GRPU em fase de desmembramento da área total para conclusão do referido processo.

UG 110586 – (CR-Belém) – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém sob o Tombo-PA.002-001, de responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, RIP nº 0427.00655.500-1, sito a Avenida Júlio César, s/n, Val-de-Cans, Belém-PA. A unidade está ultimando o recebimento do Termo de Entrega Provisório do imóvel.

UG 110573 – (CR-Manaus) – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM.003-017 de responsabilidade do COMAR VII, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, RIP nº 0255.00854.500-6, sito a Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, Manaus-AM, onde continua sendo realizada a divisão das glebas para posterior regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

UG 110572 – (CR-Porto Velho) – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO.001-001 de responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, R.I.P. nº 0003.00010.500-1, sito a Avenida Lauro Sodré, 6500, Aeroporto, Porto Velho-RO, onde continua sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO CONHECIMENTO.

8.1 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos.

O Quadro a seguir, denominado **Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a estrutura de governança corporativa e de TI da UJ. Para tanto, o referido Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor deverá escolher a opção que melhor represente realidade de sua UJ. No bloco de questões de 1 a 6, o gestor poderá assinalar com um “X” quantas opções desejar. Na questão 7, o gestor deve levar em consideração a seguinte escala para responder:

- (1) **nunca**: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes**: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.

EM BRANCO

- (3) **usualmente**: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
 (4) **sempre**: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
x	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
x	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI prioritizadas e as vincula ao orçamento de TI.
x	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.sipam.gov.br/pdtic
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.

EM BRANCO

<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>a) Planejamento da área; Em de 2012, o Censipam realizou seu planejamento estratégico para o período de 2012-2023, elaborando em seguida seu plano de ação para 2012. Como foi o primeiro planejamento estratégico detalhado em plano de ação, levou tempo considerável até que o produto mais detalhado (plano de ação ano 2012) fosse concluído, o que ocorreu em Junho/2012. O plano de ação listava todas as principais ações para o ano de 2012, incluindo as ações de TIC. Como já era previsto no PDTIC, toda revisão do planejamento estratégico demanda revisão do PDTIC. No entanto, como restavam menos de 5 meses para o fechamento do exercício financeiro, priorizou-se a elaboração dos termos de referência e projetos básicos com vistas a cumprir as metas/ações previstas no plano de ação 2012. Portanto, a revisão do Plano Diretor de TIC não foi realizada devido a necessidade de execução imediata do Plano de Ações 2012 e ao curto período disponível para tanto. Em 2013, o PDTIC será revisado à luz do planejamento estratégico.</p> <p>b) Perfil dos recursos humanos envolvidos; Os servidores de nível superior e médio da área técnica do Censipam são distribuídos em 4 subáreas: Telecomunicações e Redes, Banco de Dados, Desenvolvimento e Manutenção Técnica. Os recursos humanos da área sofreram redução drástica pela evasão dos servidores temporários ao longo do período de contratação, renovações e renovações excepcionais, além da perda de gratificações com a transferência para o Ministério da Defesa e a dificuldade de cessão de servidores de outros órgãos. O primeiro concurso público para cargos efetivos do Censipam foi aprovado apenas em 2012, com ingresso dos servidores a partir do segundo trimestre de 2013, coincidindo com o último trimestre de trabalho dos servidores do contrato temporário. Pela escassez de recursos humanos, apenas os conhecimentos técnicos mais essenciais foram preservados, pois à medida que servidores saíam, cumpria aos remanescentes acumular suas funções. A terceirização, por conceito, é uma solução viável para garantir a continuidade dos serviços em casos de escassez de recursos humanos próprios ou de racionalização de recursos humanos, e, aproveitando o ingresso dos servidores concursados, pretende-se iniciar tais contratações em 2013 para as atividades operacionais.</p> <p>c) Segurança da informação; A área técnica, dentro de sua competência e possibilidades, aplica a política de segurança da informação e política de segurança orgânica estabelecidas pela área de inteligência e pelos escalões superiores.</p>	

EM BRANCO

Com a escassez de recursos humanos, não é possível o pleno monitoramento ou análise de segurança da informação nos recursos computacionais. Pretende-se recuperar essa atividade com a chegada dos servidores concursados em 2013.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;

Durante o ano de 2012, não foram produzidos novos sistemas, apenas realizada manutenção corretiva naqueles existentes, dentro das possibilidades, tendo em vista que ao longo de 4 anos a equipe de desenvolvimento foi reduzida para 1(um) técnico programador apenas. Como forma de contornar essa deficiência no quadro de pessoal, foram iniciados processos de contratação de fábrica de software e qualidade, sendo os processos encaminhados à CONJUR/MD para análise jurídica.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

A contratação tem sido realizada à luz da IN04/10, porém a efetividade de tais processos tem sido baixa devido à escassez de recursos humanos, complexidade na elaboração dos documentos e demora na obtenção de propostas de preços ou contratos existentes.

A gestão é realizada à luz da IN04/10, porém, devido a escassez de recursos humanos, cada servidor acumula diversos contratos de TIC.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

9.1 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

Quadro a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Adoção de cláusula de logística reversa nos editais de compra de lâmpadas				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
	Especificado nas Considerações Gerais				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Ainda não houve o fechamento do ciclo de vida para avaliação				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		

EM BRANCO

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	Campanhas institucionais internas				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	Palestras e folders				
Considerações Gerais: Todos os termos de referência e projetos básicos contemplam eficiência energética e critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela legislação em vigor, a partir de certificações reconhecidas e amplamente utilizadas no mercado, tais como: <ol style="list-style-type: none"> 1) IEC 60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos. 2) CISPR22 – Classe A ou FCC – Classe A, para assegurar níveis de emissão eletromagnética. 3) Padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, deve ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente. 4) Certificação ISO 14001 – Gestão Ambiental. 					
LEGENDA Níveis de Avaliação: <ol style="list-style-type: none"> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. 					

9.2 Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando.

Este centro realizou campanha interna para conscientização, além da instalação de dispositivos para controlar os gastos com energia elétrica e água (torneiras automatizadas, e individualização da iluminação dos ambientes).

EM BRANCO

No ano 2012 o Censipam foi convidado a participar do Projeto Esplanada Sustentável, tendo aderido, cujas atividades estão previstas para iniciar em 2013.

O **Quadro A.9.2** a seguir, denominado **Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental.

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

VALORES EM
R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Esplanada Sustentável	2012			Ainda a ser medido		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resma)	1.538	1.010	1.628	15.380	10.100	16.280
Água (M ³)	2.124	1.824	1.589	32.302	15.330	10.152
Energia Elétrica (kW/h)	1.650.862	1.556.100	1.519.009	408.659	363.619	324.449
			Total	456.341	389.049	350.881

Fonte: Banco de dados da UJ

Análise crítica: O aumento significativo no consumo de água potável e energia elétrica, ocorrido a partir de 2011, deve-se ao aumento dos usuários da edificação, com o ingresso de servidores e colaboradores do Programa Terra Legal, que passaram a compartilhar a área do Censipam (CCG – Brasília). Em 2012 ocorreu um novo aumento de usuários, estes servidores e colaboradores do CENAD, que também passou a compartilhar as instalações. Ressalta-se que o compartilhamento das instalações deu-se através da formalização de termos de cessão de uso, com o consequente rateio das despesas.

10 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

10.1 Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula, ou as justificativas para o não cumprimento.

10.1.1 Deliberação do TCU atendidas no exercício.

EM BRANCO

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-011.898/2008-3	811/2010	1.7.7 e 1.9 (subitem 5.1.7)	DE	Of 239/2010-TCU SECEX-06
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Descrição da Deliberação					
Nº de ordem 01 – (subitem 1.7.7 e 1.7.9 (subitem 5.1.7) - Revisão e ajuste dos contratos de terceirização e convênios, com FGTS e rescisão sem justa causa.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Síntese da Providência Adotada					
Nº de ordem 01 - Item 1.7.7 – Os contratos do órgão foram revisados e ajustados em atendimento à recomendação do TCU					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os processos adequados às normas legais vigentes					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As adequações ocorreram a medida das repactuações dos contratos vigentes, com as compensações devidas.					

10.1.2 Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

O Quadro abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU, contemplando ainda as justificativas para as pendências ainda existentes.

QUADRO A.10.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-011.898/2008-3	811/2010	1.7.3	DE	Of 239/2010-TCU SECEX-06
02	TC-011.898/2008-3	811/2010	1.9(5.1.5)	DE	Of 239/2010-TCU SECEX-06
03	TC-004.735/2010-2	997/2011	9.4	DE	Of 617/2011-TCU SECEX-06
04	TC-004.735/2010-2	997/2011	9.5	DE	Of 617/2011-TCU SECEX-06
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Descrição da Deliberação					
Nº de ordem 01 - Trata da apuração de responsabilidade extravio 10 notebooks					

EM BRANCO

Nº de ordem 02 - (subitens: 5.1.5) - Trata da apuração de responsabilidade extravio 10 notebooks .	
Nº de ordem 03 - Providências de instalação e registros dos softwares do aplicativo ERDAS.	
Nº de ordem 04 - Providências para apuração da inexecução contratual das empresas Imagem Geosistemas e Comércio Ltda. e Intersat Imagens de Satélite S/C Ltda.	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	2837
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Nº de ordem 01 - Item 1.7.3 – Foi constituído Comissão de sindicância com prazo para apresentação do Relatório Final até 27 Fev 2013, sendo o Relatório concluído e encaminhado á instancia superior para deliberação (Diretor Geral).	
Nº de ordem 02 - Item 1.9 – Foi constituído Grupo de Trabalho, o qual já apresentou as respostas aos questionamentos levantados pela Ciset/ -MD, estando o processo sob análise daqueles órgãos.	
Nº de ordem 03 - Item 9.4 – Foi constituído Grupo de Trabalho com prazo para apresentação do Relatório Final até 27 Fev 2013. Após a conclusão do Relatório e deliberação pela instancia superior foi enviado para análise dos órgãos de controle do MD.	
Nº de ordem 04 - Item 9.5 – Foi constituído Grupo de Trabalho com prazo para apresentação do Relatório Final até 27 Fev 2013. Após a conclusão do Relatório e deliberação pela instancia superior foi enviado para análise dos órgãos de controle do MD.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nº de ordem 01 - Item 1.7.3 – Fatores negativos que prejudicaram: aguardo do prazo de conclusão do inquérito policial na Polícia Federal e dificuldade em localizar os agentes públicos envolvidos no processo, uma vez que, a maioria já não pertence mais ao quadro de servidores da Instituição. *	
Nº de ordem 02 - Item 1.9 - Fatores negativos que prejudicaram: divergência de entendimento quanto ao índice a ser aplicado para a correção/atualização dos valores apurados.	
Nº de ordem 03 - Item 9.4 – Fatores negativos que prejudicaram: dificuldade em identificar os agentes públicos responsáveis e em localizar esses, uma vez que, a maioria já não pertence mais ao quadro de servidores da Instituição.	
Nº de ordem 04 - Item 9.5 – Fatores negativos que prejudicaram: necessidade de recalcular a dívida e divisão da parcela de responsabilidade de cada empresa, e divergência de entendimento quanto ao índice a ser aplicado para a correção/atualização dos valores apurados.	

10.2 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna da entidade, bem como sobre o tratamento de recomendações por ela expedidas.

10.2.1 Deliberações do OCI atendidas no exercício.

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nº 014/2012-GEAUD/Ciset/MD, de 12 março 2012	1.1.7; 2.1.1.3 e 3.1.2.3	Mem 271/Censipam/MD, 17 Abr 2012
02	Relatório de Acompanhamento nº 095/2012-Geafo/Ciset-MD	42 a); 421 b)	Of 763/2012/Censipam
03	Relatório de Acompanhamento nº 087/2012-Geafo/Ciset-MD	2.1.1.3; 2.1.2.1; 2.2.1.3	Mem 975/2012/DIGER/Censipam/MD
04	Relatório de Acompanhamento nº 322/2012-Geafo/Ciset-MD	38 a) e 38 b)	Of 607/20121/Censipam
05	Relatório de Acompanhamento nº 229/2012-Geafo/Ciset-MD	31 a) e 31 b)	Of 492/20121/Censipam
06	Solicitação de Auditoria de Gestão-GEAUD/Ciset-MD nº 08.10	Proc: 60090.001259/2011-07, (Pregão SRP nº 11/2012))	Doc s/nº - DIRAF

EM BRANCO

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	2837
Descrição da Recomendação:	
Nº de Ordem 01 – Item 1.1.7 - Recomendação de auditoria no contrato 08/2010-VIDICON; Item 2.1.1.3 - Recomendação de execução orçamentária mediante dotação própria; e Item 3.1.2.3 - Recomendações gerais sobre transferência de recursos.	
Nº de ordem 02 – Item 42 a) Falta de reclassificação de despesa ; Item 43 b) 2 - Classificação de despesa incompatível.	
Nº de ordem 03 – Item 2.1.13 – Reavaliar a prestação de contas da FAP/DF; Item 2.1.2.1 – Apurar os motivos da divergência de preços oferecidos pela empresa ORBISAT; Item 2.2.1.3 – Determina o seguimento das normativas referentes à exigência de regularidade fiscal e trabalhista nos processo licitatórios;	
Nº de ordem 04 – Item 38 a) Permanência de registro de uso de modalidade de licitação diferentes em empenhos destinados a despesas análogas; Item 38 b) – permanência indicando uso de modalidade de licitação diferentes empenhos destinados a despesas análogas.	
Nº de ordem 05 – Item 31 a) Uso de modalidade de licitação em empenhos para despesas análogas; Item 31 b) – Uso de modalidade de licitação em empenhos para despesas análogas.	
Nº de ordem 06 – Proc: 60090.001259/2011-07 – Extração de certidões que comprovem a regularidade fiscal dos licitantes; e Proc: 60090.000576/2011-06 – Inclusão na composição de custos referentes a contribuições às terceiras entidades, SESI, SENAI SENAC SEBRAE...)	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	2837
Síntese da Providência Adotada:	
Nº de Ordem 01- Atendimento das recomendações do órgão de controle.	
Nº de ordem 02 – Item 42 a) Informações complementares ; Item 43 b) 2 – Reclassificação realizada	
Nº de ordem 03 – Item 2.1.1.3 - Reavaliada a prestação de contas, com reprovação; Item 2.1.2.1 – Solicitada à Fundação Ricardo Franco a planilha de custos da ORBISAT; Item 2.2.1.3 – A unidade irá instruir o processo com o parecer jurídico para rescisão contratual	
Nº de ordem 04 – Justificativa quanto ao procedimento adotado	
Nº de ordem 05 – Justificativa quanto ao procedimento adotado	
Nº de ordem 06 – Apresentação de justificativa com base no Acórdão nº 1914/2012-Plenário , TC 019.311//2012, de 25/07/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Nº de Ordem 01 - Resolução de pendências e melhoria dos processos	
Nº de Ordem 02 - Melhoria dos processos	
Nº de Ordem 03 - Melhoria dos processos	
Nº de Ordem 04 - Melhoria dos processos	
Nº de Ordem 05 - Melhoria dos processos	
Nº de Ordem 06 - Melhoria dos processos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nº de Ordem 01 – Tempo de aguarda da resposta de quem de direito	
Nº de Ordem 02 – Não houve	
Nº de Ordem 03 - Não houve	
Nº de Ordem 04 - Não houve	
Nº de Ordem 05 - Não houve	
Nº de Ordem 06 - Não houve	

10.2.2 Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

EM BRANCO

QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Informação nº 151/2011-GEORI/CISSET-MD, de 06 de outubro de 2011	Item 30	A própria Informação apensada ao processo NUP 00012.000596/2007-93
02	Informação nº 153/2011-GEORI/CISSET-MD, de 11 de outubro de 2011	Item 25	A própria Informação apensada ao processo NUP 00012.000597/2007-38
03	Relatório de Acompanhamento nº 087/2012-Geafo/Ciset-MD, de 30 de outubro de 2012	2.1.1, 2.1.2.2, 2.2.1.3, 2.2.2.3 e 2.2.3.3	Mem 975/2012/DIGER/Censipam/MD
04	Relatório de Auditoria nº 014/2012-GEAUD/CISSET/MD, de 12 março 2012	4.1.3; 4.2.3 e 5.1.3.2	Mem 271/Censipam/MD, 17 Abr 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Descrição da Recomendação			
<p>Nº de Ordem 01 – Item 30 - Recomendação de auditoria para apuração da inexecução contratual das empresas Imagem Geosistemas e Comércio Ltda. e Intersat Imagens de Satélite S/C Ltda. As recomendações consistem na revisão da dívida, correção da importância devida por cada empresa, notificação às empresas para restituição das importâncias, instruir nova minuta de despacho a ser submetida a autoridade ministerial, levantamento das ações judiciais em andamento e providenciar medidas voltadas a instauração de sindicância para apuração de responsabilidade.</p> <p>Nº de ordem 02 – Item 25 - Apuração da inexecução contratual da empresa Imagem Geosistemas e Comércio Ltda. As recomendações consistem na atualização da dívida, correção de dívida, instalação de processo administrativo, instruir nova minuta de despacho a ser submetida a autoridade ministerial e levantamento das ações judiciais em andamento.</p> <p>Nº de ordem 03 – Item 2.1.1 – Reavaliar a prestação de contas apresentada pela FAP/DF. Item 2.1.2.2 – Apurar os motivos da divergência na proposta de preços da empresa Orbisat. Item 2.2.1.3 – Recomendação para atendimento nos processos licitatórios das determinações normativas necessárias as contratações. Item 2.2.2.3 – Determinação para fazer incluir no SICON/SIASG os cronogramas físicos e financeiros relativos aos contratos. Item 2.2.3.3. – Recomendação para que a empresa prestadora do serviço de Office Boy desenquadre do Simples Nacional.</p> <p>Nº de Ordem 04 – Item 4.1.3 - Recomendação de estudo sobre aplicabilidade de sanções contratuais à empresa contratada para . Item 4.2.3 – Recomendação para implementação de alterações necessárias à segregação de funções. Item 5.1.3.2 - Recomendações sobre a necessidade de registro dos softwares do aplicativo ERDAS.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Nº de Ordem 01 – Item 30 - O processo esteve em trâmite na Instituição para análise e implementação das recomendações, sendo que, após esses procedimentos, foi constituído Grupo de Trabalho, com prazo final para conclusão até 27 de fevereiro de 2013. Atualmente o trabalho do Grupo foi concluído e encontra-se na CISSET para análise das providências adotadas.</p> <p>Nº de ordem 02 - Item 25 – O processo esteve em trâmite na Instituição para análise e implementação das recomendações, sendo que, após esses procedimentos, foi constituído Grupo de Trabalho, com prazo final para conclusão até 27 de fevereiro de 2013. Atualmente o trabalho do Grupo foi concluído e encontra-se na CISSET para análise das providências adotadas.</p> <p>Nº de ordem 03 – Item 2.1.1 – O processo encontra-se em fase de instrução para posteriormente ser submetido à Setorial Contábil para abertura de Tomada de Contas especial. Item 2.1.2.2 – Foi solicitado à Fundação Ricardo Franco</p>			

EM BRANCO

(Conveniente) as propostas apresentadas pela empresa Orbisat. Item 2.2.1.3 – As justificativas foram encaminhadas à Ciset para apreciação, sendo objeto de análise na próxima auditoria. Item 2.2.2.3 – A recomendação da Ciset está sendo atendida conforme cronograma estabelecido com prazo de conclusão em 2013. Item 2.2.3.3. – A empresa foi notificada e advertida no Sicaf e o fato comunicado a Receita Federal do Brasil para as devidas providências.
Nº de Ordem 04 – Item 4.1.3 – O processo foi encaminhado e encontra-se atualmente na CONJUR/MD para análise da possibilidade de aplicação de sanção administrativa. Item 4.2.3 – A recomendação está sendo seguida, contudo a formalização depende da aprovação do regimento interno cuja minuta foi encaminhada para aprovação juntamente com o novo regimento interno do Ministério da Defesa. Item 5.1.3.2 - Foi constituído Grupo de Trabalho com prazo para apresentação do Relatório Final até 27 Fev 2013. Após a conclusão do Relatório e deliberação pela instancia superior foi enviado para análise dos órgãos de controle do MD.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nº de ordem 01– Fatores negativos que prejudicaram: necessidade de recalcular a dívida e divisão da parcela de responsabilidade de cada empresa, e divergência de entendimento quanto ao índice a ser aplicado para a correção/atualização dos valores apurados.
Nº de ordem 02 –A mesma informação da ordem 01.
Nº de ordem 03 - Item 2.1.1 – As trocas constantes na gestão da FAP/DF. Item 2.1.2.2 – A dependência do retorno da informação solicitada à Fundação Ricardo Franco. Item 2.2.1.3 – Processos foram adequados conforme as orientações apontadas. Item 2.2.2.3 – A implementação estão sendo realizadas conforme cronograma apresentado. Item 2.2.3.3. – A empresa manifestou-se que não tem interesse em mudar a enquadramento tributário.
Nº de ordem -04 –Item 4.1.3 – O processo ainda encontra-se sob análise da CONJUR/MD. Item 4.2.3 – Aguarda aprovação de Decreto para a reestruturação do quadro de cargos do Ministério da Defesa e Censipam. 5.1.3.2 – Dificuldade em identificar os agentes públicos responsáveis e em localizar esses, uma vez que, a maioria já não, pertencem mais ao quadro de servidores da Instituição.

10.3 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	44	4	44
	Entregaram a DBR	44	4	44

Fonte: SIAPE e Cadastro da UJ

Análise crítica

A “Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, com prazo de validade indeterminada, é preenchida e assinada por todo servidor/empregado/contratado que toma posse ou entra em exercício na UJ, independente de ocupação de cargo de chefia, direção ou assessoramento.

EM BRANCO

10.4 Declaração atestando que as informações referentes a contratos e convênios, no SICONV

QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Péricles Riograndense Cardim da Silva, CPF nº 387.692.717-04, Coordenador –Geral de Integração Institucional, exercido no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de fevereiro de 2013.

Péricles Riograndense Cardim da Silva

CPF: 387.692.717-04

Coordenador-Geral de Integração Institucional/Censipam

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP 16.9, aprovada pela Resolução nº 1.136/2008, estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão.

A partir do exercício de 2010, o CENSIPAM passou a efetuar a contabilização da depreciação. Em dezembro de 2012 o impacto deste novo método no Patrimônio Líquido é na ordem de R\$ 2.826.307,94. Em obediência aos normativos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização do registro da depreciação, foram definidos os seguintes critérios:

- a) Método de depreciação: Método de Cotas Constantes;
- b) Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010;
- c) Vida útil dos bens a serem depreciados: utilizado os critérios determinados pela Secretaria da Receita Federal, quais sejam:
 - máquinas - 10 anos
 - veículos - 5 anos
 - móveis - 10 anos
 - imóveis - 25 anos
- d) Taxas anuais de depreciação:
 - Edifícios (sem os terrenos) - 4%
 - instalações - 10%
 - móveis e utensílios - 10%

EM BRANCO

- veículos - 20%
- computadores e periféricos - 20%

11.2 Declaração do contador atestando conformidades das demonstrações contábeis.

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA			110511
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO – RO (SIPAM)			110572
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

EM BRANCO

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE MANAUS – AM (SIPAM)			110573
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p style="text-align: center;">Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE BELÉM - PA (SIPAM)			110586
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p style="text-align: center;">Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

EM BRANCO

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA		110511	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro <i>Noemia Silva Monteiro</i>	CRC nº	009784/0-9 - DF

Noemia Silva Monteiro
 Contadora
 CRC DF-009784/0-9

EM BRANCO

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO REGIONAL DE BELÉM		110586	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasilia-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro <i>Noemia Silva Monteiro</i>	CRC nº	009784/0-9 - DF

Noemia Silva Monteiro
 Contadora
 CRC DF-009784/0-9

EM BRANCO

MP

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO REGIONAL DE MANAUS		110573	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro <i>Noemia Silva Monteiro</i>	CRC nº	009784/0-9 - DF

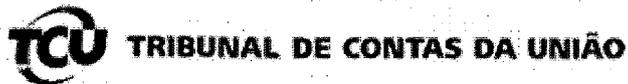
Noemia Silva Monteiro
Contadora
CRC DF-009784/0-9

EM BRANCO

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO		110572	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro 	CRC nº	009784/0-9 - DF

Noemia Silva Monteiro
Contadora
CRC DF-009784/0-9

EM BRANCO



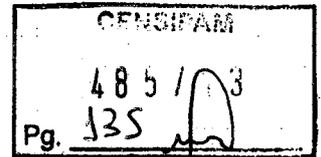
CENSIPAM
Processo nº
485/13
Pg 34

RECIBO DE ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

UNIDADE JURISDICIONADA:	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
RESPONSÁVEL PELO ENVIO:	joao valdemir dorneles de lima
DATA/HORA DO ENVIO:	28/03/2013 às 20:14:42
EXERCÍCIO:	2012

Recibo gerado em 16/04/2013 às 11:15:54

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA
SPO – Área 05 – Quadra 03 – Bloco “K” – Brasília – DF 70.610-200
Tel: (61) 3214-0200 – Fax: (61) 3214-0272

NUP: 60090.000485/2013-24

Ofício no 173/2013-DIRAF/CENSIPAM/MD

Brasília, 17 de abril de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno – Ciset/MD
Brasília – DF

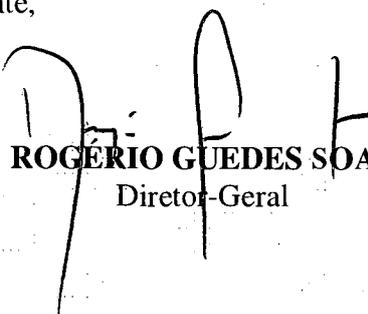
Assunto: Prestação de Contas Anual exercício 2012

Senhora Secretária,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o Processo de Prestação de Contas Anual Exercício 2012, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, elaborado com as peças iniciais, na forma da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, em atendimento a Decisão Normativa – TCU nº 124, de 5 de Dezembro de 2012.

Por oportuno, informamos a inclusão no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União, do Relatório de Gestão de 2012, conforme determinado no parágrafo 8º do Art. 4º e Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

Atenciosamente,


ROGÉRIO GUEDES SOARES
Diretor-Geral

MINISTÉRIO DA DEFESA - CENSIPAM
0056 - 17/Abr/2013 - 18:12



Protocolo Geral

Ministerio Defesa -18-Abr-2013-16:50-006627-2/2

EM BRANCO



Segue Fisicamente
 Segue Eletronicamente

Situação
ARQUIVADO

Documento está com
PROTOCOLO

Usuário Corrente:
Raimundo Pereira de Oliveira (ARQUIVO, ARQUIVO-GERAL, PROTOCOLO)

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO

Sigilo: Ostensivo

Exige Cifra: Sim Não

Precedência: Normal

Ministério da Defesa

NUP: 60090.000485/2013-24

ORIGEM: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA-CENSIPAM	TIPO DE DOCUMENTO	NÚMERO	DATA DOCUMENTO	Nº CONTROLE
	Ofício	179/2013-DIR AF/CENSIPA M/MD	17/04/2013	DR-2013/04-0157 5
AO: MD	ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL EXERCÍCIO 2012.			
CÓPIA:	DATA DE ENTRADA 18/04/2013 19:13:56			

DOCUMENTO:

OF 179 CENSIPAM.pdf

SINOPSE:

PARECER:

Prazo de Classificação: 01/12/2013

Distribuição

Trâmite **PROTOCOLO ; PROTOCOLO**

P/Conhecimento:

Autor: **PROTOCOLO (Raimundo Pereira de Oliveira)**

Acompanhamento

SETOR	USUÁRIO	DATA	AÇÃO
PROTOCOLO	RAIMUNDO	18/04/2013 19:13:56	Criado
PROTOCOLO 60090.000485/2013-24	RAIMUNDO	18/04/2013 19:16:25	Autuado com
PROTOCOLO 'CENSIPAM.pdf' incluído	RAIMUNDO PEREIRA DE	18/04/2013 19:16:43	Documento 'OF 179
PROTOCOLO encaminhado	RAIMUNDO	18/04/2013 19:16:48	Documento
PROTOCOLO ao processo 60090.000485/2013-24	RAIMUNDO	18/04/2013 19:19:48	Juntado (anexar)
PROTOCOLO Anexado ao processo 60090.000485/2013-24	RAIMUNDO	18/04/2013 19:19:48	Arquivado:

EM BRANCO



Ministério da Defesa

Setor: PROTOCOLO

Processo nº: 60090.000485/2013-24

TERMO DE ANEXAÇÃO

Em 18/04/2013, às 19:19 horas, faço a juntada por anexação ao presente processo o Documento NUP 60090.000485/2013-24, DR-2013/04-01575, constituído inicialmente com 3 (três) folha(s), devidamente numeradas e rubricadas:

Raimundo Pereira de Oliveira

EM BRANCO